



Relações Econômico-Financeiras com o Exterior

Política de comércio exterior

Em 2003, registrou-se a implementação de várias medidas relacionadas às exportações, com desdobramentos favoráveis sobre a sustentabilidade e o aumento das vendas externas. A exemplo do que já vinha ocorrendo nos últimos anos, a agenda de negociações comerciais brasileira se mostrou bastante complexa em razão do aprofundamento do processo negociador nos diversos foros em que o país participa, dos interesses envolvidos e dos impactos que a conclusão dessas negociações pode provocar na economia. Nessa área, registrou-se importante mudança da política de comércio exterior brasileira, que passou também a priorizar as relações com os parceiros comerciais da América do Sul. Essa inflexão da política de comércio exterior brasileira pôde ser também observada na reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancún, quando o Brasil liderou a formação de coalizão de países em desenvolvimento na área agrícola. Assinale-se, ainda, a postura agressiva do governo, em associação com o setor privado, visando à conquista de novos mercados e a intensificação das relações comerciais já consideradas tradicionais.

As medidas de fomento das exportações enfatizaram a simplificação dos procedimentos administrativos, a promoção comercial, a desoneração tributária, o financiamento e a garantia das exportações.

Relativamente ao processo de desburocratização das exportações, foi implementado, em junho, o acesso via internet aos módulos de exportação do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex). Uma das vantagens do novo sistema é que o representante legal da empresa não mais precisará apresentar-se a uma unidade de fiscalização aduaneira da SRF da sua região, podendo renovar sua habilitação pelo próprio sistema disponível na internet. As normas relacionadas são as Instruções Normativas SRF 330 e 331 e a Portaria SRF 885, todas de 27.6.2003.

Em setembro, foi anunciado conjunto de medidas voltadas à simplificação do processo de exportação. A mais abrangente, implementada pela Portaria MDIC 405, de 3.9.2003, revogou 29 portarias desse Ministério, relacionadas aos procedimentos administrativos de exportação. Por sua vez, a Portaria Secex 12, de 3.9.2003, consolidou, em um único

documento, 54 portarias dessa Secretaria, e revogou a Portaria Secretaria de Comércio Exterior (SCE) 2, de 22.12.1992, bem como outros normativos, até então responsáveis pelo tratamento administrativo a que se sujeitavam os exportadores. Em dez anos, foi o primeiro trabalho de consolidação e simplificação dos atos normativos relacionados às exportações no âmbito do MDIC.

As outras normas integrantes do conjunto de medidas voltadas para a simplificação do trâmite administrativo das exportações foram: i) revogação da exigência de anuência prévia de diferentes órgãos federais para a exportação de cerca de 200 produtos, a maioria dos quais itens do setor químico; ii) ampliação da lista de produtos que podem ser embarcados em consignação ao exterior, por um período de até seis meses, antes de ser fechado o contrato de exportação. Essa medida está orientada à exploração de nichos de mercados por produtos que enfrentam controles e regras estritas para o desembarque, como agropecuários e pneus. Uma vez estocados em território próximo ao mercado-alvo, os exportadores teriam condições de oferecê-los em pronta entrega; iii) eliminação do registro de venda para os embarques de alumínio, café solúvel e cacau, uma vez que a comercialização desses produtos não se baseia nas cotações de bolsas internacionais; iv) autorização para que o exportador reúna, em um único Registro de Exportação (RE), produtos com a mesma classificação, independente do valor.

Quanto à promoção comercial das exportações, pela Medida Provisória 106, de 22.1.2003, convertida na Lei 10.668, de 14.5.2003, e pelo Decreto 4.584, de 5.2.2003, a Agência de Promoção de Exportações (Apex) foi desvinculada do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), transformando-se em um serviço social autônomo, denominado Apex-Brasil. Essa mudança procurou conferir maior agilidade e melhor direcionamento dos mecanismos de promoção comercial. Em 2003, o trabalho de promoção comercial desenvolvido pela agência resultou no fechamento de negócios no valor de US\$400 milhões. Foram realizados 410 eventos internacionais, sendo 328 feiras, 31 projetos compradores, 12 projetos vendedores, 8 missões comerciais e 31 missões empresariais setoriais, envolvendo mais de 8 mil empresas. Cinco novos e importantes mercados foram prospectados, a saber: África do Sul, Rússia, Oriente Médio, China e Índia. Foram assinados, ainda, sete acordos de cooperação técnica com estados para a promoção dos seus produtos no exterior. Além disso, foram promovidas diversas rodadas de encontros bilaterais entre vice-ministros de Indústria e Comércio dos parceiros do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), em especial da Argentina, proporcionando a solução de temas comerciais pendentes.

Na área tributária, a mais expressiva mudança constituiu-se na implementação, pela Medida Provisória 135, de 31.10.2003, convertida na Lei 10.833, de 29.12.2003, de nova forma de cobrança não cumulativa da Cofins, eliminando a incidência em cascata dessa contribuição, a exemplo do que já havia sido implementado, pela Lei 10.637, de 30.12.2002, em relação ao PIS/Pasep. Tendo em vista o objetivo de

manutenção da arrecadação da Cofins no patamar observado anteriormente, a alíquota da contribuição foi aumentada de 3% para 7,6%. O valor da contribuição da Cofins passará a ser calculado pela aplicação desta última alíquota sobre o faturamento mensal das empresas, excluindo-se os créditos referentes à aplicação da mesma alíquota sobre as compras, unicamente realizadas junto a empresas domiciliadas no Brasil, de insumos e de bens de capital utilizados no processo de produção. Outras despesas e custos, como alugueis, energia, juros de empréstimos e financiamento poderão ser igualmente deduzidos. No caso das exportações, foi mantida a não-incidência da Cofins sobre as receitas originárias dessas operações. A empresa vendedora poderá utilizar o crédito apurado de acordo com a nova sistemática para deduzir do valor da Cofins a recolher, decorrente de demais operações no mercado interno e para compensar débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições federais. Essa mudança na legislação tributária favorece principalmente os produtos exportados de maior valor agregado, que possuem maior cadeia produtiva.

No tocante ao financiamento e às garantias das exportações, por ocasião do encerramento do 23º Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex), no final de novembro, foi anunciada a revisão de vários mecanismos de financiamento e garantias das exportações na área de atuação do Programa de Financiamento às Exportações (Proex)-Financiamento, Proex-Equalização, Seguro de Crédito e também no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR). O objetivo é otimizar a aplicação desses recursos orçamentários e garantir o atendimento de um volume maior de exportações.

A Resolução Câmara de Comércio Exterior (Camex) 45, de 26.12.2003, modificou a Resolução Camex 33, de 16.12.2002, que previa o destino dos recursos do Proex-Financiamento prioritariamente às micro, pequenas e médias empresas. As grandes empresas seriam atendidas pelo BNDES-Exim, que tem menos restrições orçamentárias. Nessa revisão, o Proex foi reaberto para o financiamento de grandes empresas nas operações de co-financiamento da Corporação Andina de Fomento (CAF). Esse mecanismo, já aprovado pela CAF, permite que o Proex financie 85% das exportações de bens e serviços, com garantias da própria Corporação, e que se financiem os gastos locais e o pagamento inicial a ser feito pelo importador das exportações brasileiras. Além disso, sempre que houver acordos governamentais relativos à execução de obras que não possam ser viabilizadas pelo BNDES, a Camex irá examinar, caso a caso, a oferta de financiamentos do Proex.

Outra medida relevante foi a inclusão dos organismos financeiros internacionais no Proex-Equalização. Quando um organismo financeiro internacional financia um projeto, exige-se licitação internacional pelo menor preço. A partir de agora, a empresa brasileira poderá participar do projeto oferecendo equalização do Proex, ou seja, reduzindo o custo financeiro para o importador. Com isso, a sua proposta poderá ficar mais competitiva em relação à de concorrentes dos países desenvolvidos.

Como essas operações são pagas à vista, diretamente pelo organismo financeiro, o Brasil poderá se beneficiar do crescimento de suas exportações sem assumir o risco de inadimplência dos países onde o projeto será realizado. Esse risco será assumido pelo organismo internacional.

Outro anúncio importante foi a revogação das limitações ao uso do CCR nas importações brasileiras. A Medida Provisória 142, de 2.12.2003, criou mecanismos de minimização dos riscos do Banco Central do Brasil contra possíveis intervenções, judicial ou extrajudicial, em instituições financeiras credenciadas, que não terão os créditos do CCR alcançados por essas intervenções. Além disso, a Circular Bacen 3.211, de 4.12.2003, eliminou a exigência de recolhimento antecipado do valor das operações cursadas pelo CCR. Pela sistemática anterior, o CCR estava restrito a financiamentos de até US\$200 mil para a Argentina e de até US\$100 mil para os demais países da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e a República Dominicana, com exigência de depósito prévio e por prazo de 360 dias, o que, na prática, inviabilizava o seu uso. O CCR é o mecanismo mais importante para viabilizar a expansão do comércio intra-regional e permitir a participação das empresas brasileiras no projeto Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana (IIRSA).

Ainda com relação ao CCR, foi também realizada a revisão do Seguro de Crédito nas operações cursadas naquele convênio. Ficou estabelecido que todas as exportações financiadas pelo Proex ou pelo BNDES, e garantidas pelo CCR, serão classificadas, para efeito de seguro de crédito, como operações do grupo de risco 1, mais baixo. Com a medida, pretende-se reduzir a cumulatividade de custos de garantia que estava prejudicando as exportações brasileiras para os países da Aladi, já que o seguro era feito levando-se em conta a classificação original dos países onde seria dado o empréstimo nos grupos de risco de 1 a 7. A Resolução Camex 44, de 24.12.2003, fixou as diretrizes para a utilização do Seguro de Crédito à Exportação nas operações cursadas por intermédio do CCR.

Adicionalmente, foi criado o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig), unificando as competências do Comitê de Crédito à Exportação (Ccex) e do Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação, este extinto pela Medida Provisória 143, de 10.12.2003. O novo Comitê terá a responsabilidade de examinar e de enquadrar as operações, conjuntamente, no Proex-financiamento, Proex-equalização e no Seguro de Crédito, conforme diretrizes traçadas pela Camex. O Comitê terá um representante da Secretaria do Tesouro Nacional e um de cada ministério que compõe a Camex (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fazenda, Agricultura, Planejamento, Relações Exteriores e Casa Civil).

Assinale-se, ainda, a criação do Programa de Incentivo à Produção Exportável de Pequenas e Médias Empresas (Propex). O Tesouro Nacional viabilizará linhas de financiamentos para a produção exportável das pequenas e médias empresas. Serão

realizados leilões de recursos orçamentários para o sistema financeiro com *spread* definido pelo governo. Os bancos que obtiverem as linhas deverão oferecer os recursos ao exportador com uma taxa final também fixada pelo governo.

No ano, o crescimento do valor das operações do Proex deveu-se, exclusivamente, ao desempenho da linha equalização, cujo crescimento ocorreu em contexto de forte redução do número de participantes, o que mostra a concentração da linha em reduzido número de grandes empresas. As operações do Proex, nas modalidades financiamento e equalização, totalizaram US\$4,4 bilhões, sendo US\$308 milhões destinados à modalidade financiamento e US\$4,1 bilhões, à equalização das taxas de juros.

Na modalidade financiamento, ocorreu redução de 29,6% no valor total das operações, registrando-se contração, de 1.075 para 1.035, no número de operações efetivadas, e aumento de 308 para 341, no número de empresas beneficiadas. Em 2003, 69% das operações do Proex-Financiamento envolveram o setor de serviços; 6%, o de transporte e o de máquinas e equipamentos; e 5%, o de agronegócio. A África respondeu por 48% das exportações efetivadas; seguida pelos demais países da Aladi, 30%; o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), 7%; e a União Européia, 6%. Do total de 1.035 operações realizadas, as pequenas e médias empresas responderam por 869, 20% do valor exportado, totalizando R\$61,2 milhões, enquanto as grandes empresas realizaram 58 operações, correspondendo a 78% do valor exportado, perfazendo R\$239,2 milhões.

No que se refere à modalidade equalização, ocorreu aumento de 43,1% no número de operações efetivadas, de 911 para 1.304, e decréscimo de 65,1% no número de empresas beneficiadas, de 152 para 53. No ano, 83,3% das operações envolveram o setor de transporte, essencialmente produção de aeronaves; 12,8%, o de máquinas e equipamentos; e 1%, o de agronegócio. O Nafta foi o destino de 77% das exportações efetivadas, seguindo-se os países membros da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec), 9%; e a União Européia, 4%. No ano, o valor total das exportações realizadas que deram origem a emissões de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), título que lastreia as operações de equalização da taxa de juros, totalizou US\$302,8 milhões, ante US\$132,6 milhões em 2002, expansão de 128%.

Os financiamento concedidos pelo BNDES-Exim atingiram US\$4 bilhões em 2003, aumento de 1,4%, no ano. A linha de pós-embarque respondeu por mais da metade dos desembolsos, totalizando US\$2,1 bilhões, redução de 21% em relação ao ano anterior. Do mesmo modo, a linha de pré-embarque especial, que totalizou desembolsos de US\$399 milhões em 2003, registrou retração de 30,8% em relação a 2002. Portanto, no ano, o crescimento dos desembolsos do BNDES-Exim esteve concentrado na linha pré-embarque, que inclui o pré-embarque de curto prazo, instituído em 2002 no âmbito das ações emergenciais frente à retração da oferta de linhas externas para o financiamento

das exportações brasileiras. Em 2003, a linha pré-embarque totalizou desembolsos de US\$1,5 bilhão, 114% maior que o valor desembolsado em 2002.

Há forte concentração dos créditos à exportação do BNDES-Exim em grandes empresas, que absorveram, em 2003, 96,9% dos desembolsos. Os setores aeronáutico, de veículos automotores e autopeças, e de alimentos absorveram 75% dos desembolsos do BNDES-Exim. A participação do setor produtor de aeronaves foi mais significativa na linha de pós-embarque, respondendo por 82,9% dos créditos, e a dos setores de alimentos e de automotores e autopeças, na linha pré-embarque. Em 2003, o BNDES, com a aprovação do Conselho deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador (Codefat), aumentou, de 40% para 50%, o volume de recursos destinados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) cambial, usado para financiar as exportações, especialmente das pequenas e médias empresas.

Na estratégia governamental, observa-se a tentativa oficial de recolocar a integração da América do Sul no centro das prioridades da política externa brasileira. Esse projeto de integração, denominado IIRSA, está sendo desenvolvido nos âmbitos político, de integração econômica e física. Assim, foram criadas linhas de financiamento do BNDES para Venezuela (US\$1,05 bilhão), Bolívia (US\$600 milhões), Uruguai (US\$50 milhões), e Argentina (US\$1 bilhão). Esse é mais um elemento que corrobora a importância estratégica dos países sul-americanos para o Brasil.

Na área de financiamento e garantias, foi bastante expressivo o aumento, no ano, das liberações de recursos do Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC) destinados à exportação. Esse fundo, administrado pelo BNDES, foi criado com recursos do Tesouro Nacional e tem como finalidade garantir parte do risco de crédito das instituições financeiras nas operações de micro, pequenas e médias empresas exportadoras que venham a utilizar as linhas de financiamento do BNDES. Em 2003, foram liberados US\$86,8 milhões para 185 operações, ante US\$52 milhões, em 2002, relacionados a 126 operações.

Ainda relacionada às exportações, registre-se a edição da Medida Provisória 113, de 26.3.2003, convertida na Lei 10.688, de 13.6.2003, que trata da comercialização de soja transgênica da safra de 2003. Com a norma, foi prorrogado em sessenta dias o prazo inicial de comercialização da soja transgênica, que era 31.12.2004, para assegurar o escoamento de todo o produto. Além disso, ficou definido que os produtos transgênicos deverão ser rotulados com as respectivas identificações. A Medida Provisória 131, de 25.9.2003, convertida na Lei 10.814, de 17.12.2003, disciplinou igualmente a matéria, nesse caso, para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2004.

Quanto à política de comércio exterior voltada às importações, na linha do que já havia sido implementado na área de exportação, foi publicada a Portaria Secex 17, de 2.12.2003, que consolidou vários documentos administrativos da Secex e do Departamento de Operações de Comércio Exterior (Decex). Essa nova Portaria já contempla os procedimentos acordados no âmbito da OMC. No caso do licenciamento automático das importações, sua efetivação ocorre no prazo máximo de dez dias úteis, contados a partir do registro no Siscomex, enquanto no licenciamento não automático, a tramitação deverá ser de, no máximo, sessenta dias corridos. Como a regra geral das importações brasileiras é a dispensa do licenciamento, os importadores deverão providenciar exclusivamente o registro da Declaração de Importação (DI) no Siscomex para iniciar o despacho aduaneiro. Nessa nova portaria, estão inseridas as disposições gerais e os procedimentos específicos para efetivação do licenciamento das importações. No tocante à consolidação das normas, foram definidos os procedimentos específicos para importações de material usado sujeitas a exame de similaridade; para a obtenção de cota tarifária ou não-tarifária; e para a importação de produtos que são submetidos a procedimentos especiais, como veículos, tecidos, máquinas eletrônicas programadas e diamantes brutos. Nas importações sem cobertura cambial, poderá ser emitido o licenciamento não automático, definindo procedimentos específicos para as importações sob a forma de arrendamento mercantil, *leasing*, afretamento ou arrendamento simples, aluguel e operações sob a forma de donativos. Em suma, 87 atos normativos foram revogados e/ou simplificados. Um único documento passou a consolidar as normas de importação, com atualizações automáticas disponíveis na internet.

Em dezembro, pelas Portarias Camex 39, 40 e 41, foram implementadas importantes alterações na Tarifa Externa Comum (TEC). A mais relevante mudança foi a eliminação do adicional temporário de 1,5%, instituído pela Decisão 15 do Conselho Mercado Comum (CMC) em 1997, que fixou sua redução gradual a partir de 2000, com extinção prevista para 2003. No entanto, a tarifa adicional à TEC foi mantida por mais um ano além do previsto, sendo, dessa vez, extinta a partir de 2004. Ainda com relação à TEC, o governo brasileiro formalizou, em junho, acordo com a Argentina que elevou para 14% a tarifa aduaneira incidente nas operações de importações argentinas, que não abrangem os países do Mercosul, de bens de capital a partir de janeiro de 2005. Os bens de capital classificados como sofisticados, que não são fabricados no Mercosul, terão tarifa externa de zero a quatro pontos percentuais. Essa iniciativa tem por objetivo reduzir as perfurações à TEC, no sentido de criar as condições para a recomposição da união aduaneira do Mercosul.

A exemplo do ocorrido nos anos anteriores, foi dada continuidade à política de concessão de redução tarifária nas importações de bens de capital e de informática e telecomunicações, de modo a conferir maior previsibilidade aos investimentos. O regime de ex-tarifário objetiva reduzir os custos dos investimentos, permitindo a modernização e o aumento de competitividade do parque industrial brasileiro. A alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação foi reduzida de 14%, na média, para 4%. A mais relevante medida relacionada com esse regime especial de importação foi a eliminação da exigência de licença prévia para a importação de 1.600 bens de capital, amparados por ex-tarifários.

Além disso, pela Decisão CMC 34, os regimes tarifários de importação de bens de capital vigentes nos quatro sócios do Mercosul, incluindo as exceções unilaterais à TEC adotadas pelo Brasil, tiveram sua vigência prorrogada até 31.12.2005.

Em setembro, foi divulgada a Nova Estratégia do Sistema Brasileiro de Defesa Comercial, compreendendo a redução dos prazos de duração das investigações de 12 para, no máximo, 10 meses. Os pleitos de abertura de investigações *antidumping* foram facilitados, podendo ser feitos com o preenchimento de formulário disponível no site do MDIC. Além disso, será intensificado o apoio ao exportador submetido a investigações de outros países, com divulgação sobre os serviços que poderão ser prestados gratuitamente pelos técnicos do MDIC.

Em 2003, foram encerrados dois processos de investigação, que determinaram a aplicação de medidas *antidumping*, a saber, nas importações de lâminas para corte de pedras quando originárias da Índia, e nas de glifosato, da China. Essas medidas foram implementadas, respectivamente, pelas Resoluções Camex 30, de 13.10.2003, e 5, de 12.2.2003. Ainda nessa área, foram encerrados quatro processos sem a aplicação de medidas *antidumping*. Em relação aos processos relativos a subsídios, foi prorrogado, pela Resolução Camex 47, de 30.12.2003, até 31.12.2004, a medida de salvaguarda definitiva aplicada às importações de brinquedos acabados, com a imposição de adicional de 10% à TEC. Foram excluídos da medida os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos em razão de cláusula do Sexagésimo Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção, que criou o Mercosul.

Ainda na área de importação, resalte-se que alguns dispositivos do novo Regulamento Aduaneiro, implementado pelo Decreto 4.543, de 26.12.2002, foram alterados pelo Decreto 4.765, de 24.6.2003. Adicionalmente, a Instrução Normativa SRF 327, de 14.5.2003, estabeleceu novo procedimento para o controle do valor aduaneiro de mercadoria importada, conforme definido no Acordo sobre a Implementação do artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), de 1994 (Acordo de Valoração Aduaneira), e em observância ao Regulamento Aduaneiro de dezembro de 2002 e da Medida Provisória 2.158-35, de 2001. Com a publicação da nova norma, ficou definido que os gastos relativos à descarga de mercadoria do veículo de transporte internacional serão incluídos no valor aduaneiro.

Na esfera da vigilância sanitária de mercadorias importadas, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), pela Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) 1, de 9.1.2003, instituiu Regulamento Técnico, com o objetivo de promover as adequações necessárias, em recintos alfandegados, para o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, relacionam-se com a saúde, incluindo todas as etapas e processos, desde sua produção até o consumo, bem como o controle da prestação de serviços com ligação, mesmo que indireta, com a saúde; de estabelecer a

documentação necessária a ser apresentada; e de definir procedimentos para a fiscalização, bem como os deveres e obrigações das pessoas físicas e jurídicas envolvidas com a importação.

Ressalte-se a aprovação da Lei 10.755, de 4.11.2003, que fixou o pagamento de multa ao importador que, na Declaração de Importação registrada no Siscomex, contratar operação de câmbio ou efetuar pagamento na moeda brasileira sem a observância dos prazos e das condições estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) ou quando não efetuar o pagamento em até 180 dias a partir do primeiro dia do mês subsequente ao previsto para pagamento da importação.

No que se refere às negociações comerciais, ressalte-se, no âmbito do Mercosul, a iniciativa dos dois principais membros de retomar a agenda de negociação do bloco. Essa iniciativa foi favorecida pela maior convergência da política macroeconômica do Brasil e da Argentina, em um cenário de expectativa de crescimento econômico da parte brasileira e de superação da crise econômica da parte argentina. No encerramento da presidência *pro tempore* paraguaia, na Cúpula de Assunção, em junho, o governo brasileiro apresentou a agenda Objetivo 2006, dividida em quatro programas voltados ao aprofundamento do processo de integração junto à sociedade dos países membros do bloco, bem como à consolidação da união aduaneira. O governo argentino, por seu turno, propôs a criação do Instituto de Cooperação Monetária do Mercosul, objetivando impulsionar a coordenação macroeconômica dos países membros.

No ano, os dois principais acordos firmados pelo Mercosul foram com o Peru, no marco da Aladi, e com os países membros da Comunidade Andina (CAN) – Colômbia, Venezuela e Equador, países que ainda não tinham acordo de liberalização comercial firmado com o bloco. Quanto ao acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Peru, uma de suas principais características foi o reconhecimento das assimetrias existentes entre os países signatários, determinando cronogramas variados de desgravação tarifária. As principais disposições do Acordo foram: isenção do Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante nas importações brasileiras do Peru; eliminação e não-criação de restrições tarifárias ao comércio recíproco; aplicação de direitos *antidumping* e de medidas compensatórias segundo a legislação de cada país, que deve ser consistente com a OMC; não-aplicação, no comércio recíproco agrícola, de subsídios à exportação e de outras medidas de efeito equivalente que distorçam o comércio e a produção nesse setor; não-aplicação dos subsídios à exportação no comércio recíproco de produtos industriais; não-aplicação do Programa de Liberalização Comercial no comércio de produtos usados; suspensão das preferências vinculadas aos acordos firmados pelos países do Mercosul com o Peru no âmbito da Aladi, a partir da vigência do Acordo. O Acordo Mercosul-Peru ainda não está em vigência, pois temas como zonas francas e áreas aduaneiras especiais ainda estão sendo negociados. Convém registrar que a Cúpula do Mercosul de

Montevideu, em dezembro, marcou a inclusão do Peru como Estado-associado ao grupo, mesma condição já desfrutada por Bolívia e Chile, pela qual as tarifas de importação podem ser reduzidas a zero sem obrigatoriedade de adoção de uma tarifa externa comum à dos quatro membros plenos do Mercosul.

O acordo Mercosul-CAN, assinado ao final da presidência *pro tempore* uruguaia, em dezembro, tratou de cronogramas para a liberalização comercial, regime de salvaguardas, normas técnicas, medidas fitossanitárias e sanitárias, regime de origem, medidas *antidumping* e compensatórias, medidas especiais e regime de solução de controvérsias. Em síntese, foi reafirmada a base de um acordo de livre comércio entre os quatro sócios do Mercosul e as outras três nações andinas – Colômbia, Venezuela e Equador, apesar de as listas de produtos que terão suas tarifas reduzidas só serem objeto de negociação no próximo ano.

Outra iniciativa implementada pelo Mercosul, dentro da estratégia de relacionamento externo, foi a aprovação, pela Decisão CMC 9, de 17.6.2003, do Acordo Quadro Mercosul-Índia, constituindo-se na primeira etapa de uma aproximação comercial que poderá evoluir para a conformação de uma área de livre comércio.

Pelo Decreto 4.719, de 4.6.2003, foi promulgado o Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul, que tem por objetivo regular a arbitragem como meio alternativo privado de solução de controvérsias surgidas de contratos comerciais internacionais entre pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Em um processo de integração, a celeridade na resolução de problemas decorrentes de contratos internacionais é essencial para seu desenvolvimento e aperfeiçoamento.

Em setembro, o impasse nas negociações da Reunião Ministerial de Cancún da OMC evidenciou as divergências entre os países envolvidos nas negociações da Rodada de Doha. Observou-se, naquela ocasião, a polarização Norte-Sul das negociações. Os Estados Unidos e a União Européia defenderam uma proposta minimalista na área agrícola, medida que teve como reação da parte dos países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, a formação de uma coalização denominada G-22. Outra fonte de divergência foi a insistência dos países desenvolvidos em incluir na agenda das negociações temas como investimentos, concorrência, compras governamentais e facilitação do comércio, fato que gerou o impasse final da Reunião Ministerial de Cancún.

As negociações entre o Mercosul e a União Européia estiveram condicionadas à evolução do processo negociador da OMC, que praticamente estagnou em face do impasse em Cancún. O avanço das negociações entre os dois blocos está intimamente relacionado ao desbloqueio das negociações do tema agrícola. Apesar desse cenário pouco favorável, na Reunião Ministerial Birregional de novembro, foi

firmado compromisso de concluir, até outubro de 2004, acordo estabelecendo o cronograma das reuniões que poderão representar a fase final das negociações entre os dois blocos.

No caso da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), foi adotada metodologia flexível de negociação, conforme preconizou a Declaração de Miami, ao final da 8ª Reunião Ministerial, em novembro último. Os princípios dessa declaração se apoiaram no tripé abrangência, equilíbrio e flexibilidade. Na arquitetura da Alca, foram definidos dois pisos para o acordo. O primeiro, composto de um conjunto de direitos e obrigações, é aplicável a todos os membros. O segundo piso seria aplicado somente aos países que desejassem aprofundar o escopo da liberalização, incluindo obrigações e benefícios adicionais. Essa solução evitou impasse no processo negociador do bloco. A Reunião Ministerial de Miami deixou, diante dos impasses presentes na fixação das obrigações e direitos do primeiro piso, para a reunião do Comitê de Negociações Comerciais (CNC) de fevereiro de 2004, a definição do acordo desse piso.

Quanto à organização da Camex, o Decreto 4.732, de 11.6.2003, definiu as novas competências do órgão, que passou a ser integrado por um Comitê-Executivo de Gestão (Gecex), uma Secretaria-Executiva e um Conselho Consultivo do Setor Privado (Conex). Ao Gecex, coube avaliar o impacto, supervisionar, determinar e aperfeiçoar em relação a qualquer trâmite, barreira ou exigência burocrática que se aplique ao comércio exterior e ao turismo, incluídos os relativos à movimentação de pessoas e cargas. Quanto ao Conex, passou a contar com até vinte representantes do setor privado, os quais deverão assessorar no encaminhamento de propostas setoriais para o aperfeiçoamento da política de comércio exterior.

Por fim, ressalte-se a iniciativa oficial de estabelecer, em novembro, as diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior que será adotada no período 2004/2006. Essa estratégia tem como objetivo o aumento da eficiência econômica e do desenvolvimento e a difusão de tecnologias com maior potencial de indução do nível de atividade e de competição no comércio internacional, estando orientada para o aumento da eficiência da estrutura produtiva brasileira, o aumento da capacidade de inovação das empresas brasileiras e a expansão das exportações, por meio de mecanismos de acesso ao crédito e atração de investimentos. Essa é a base para uma maior inserção do país no comércio internacional, estimulando setores que possuem maior capacidade ou necessidade de desenvolver vantagens competitivas. As diretrizes estabelecidas prevêm uma política horizontal para todos os setores econômicos, voltada à modernização e à competitividade das empresas, à inserção internacional, à inovação em pesquisa e tecnologia e ao aumento da capacidade das empresas e da escala produtiva, bem como a políticas verticais para quatro setores identificados como estratégicos para o desenvolvimento da economia brasileira e para maior inserção do país no comércio mundial: microeletrônica, *software*, fármacos

e bens de capital. Esses setores participam pouco do comércio exterior brasileiro, além de contribuir para a elevada concentração de déficits na balança comercial. Quatro grupos de trabalho foram criados para debater as diretrizes e definir os detalhes da política industrial.

Política cambial

O segundo semestre de 2002 foi caracterizado como um período de aumento da aversão dos investidores internacionais ao risco representado pelos países emergentes. No caso brasileiro, a redução registrada no fluxo de capitais e nas linhas de crédito foi intensificada pelas incertezas associadas à iminente transição do governo, registrando-se expressiva depreciação da taxa de câmbio, no período.

Nesse contexto, a atuação do Banco Central foi pautada por medidas que inibissem a volatilidade da moeda norte-americana, conforme evidenciado pela implementação da Circular 3.157, de 11.10.2002, que aumentou de 75% para 100% a exigência de capital para a exposição líquida em câmbio das instituições financeiras, e da Circular 3.156, da mesma data, que reduziu de 60% para 30% o limite máximo da posição cambial líquida como proporção do patrimônio ponderado.

A percepção do mercado quanto ao compromisso do governo eleito com os princípios básicos que garantiram a estabilidade monetária e os resultados favoráveis registrados pela balança comercial, refletindo a política comercial agressiva, ganhos internos de produtividade, assim como a depreciação do real, favoreceram, na passagem de 2002 para 2003, a melhora das expectativas dos investidores internacionais em relação à trajetória da economia brasileira.

Nesse cenário, a taxa de câmbio passou a apresentar tendência de valorização, passando, considerada a taxa Ptax-venda de final de período, de R\$3,5258/US\$1.00, em janeiro de 2003, para R\$2,8898/US\$1.00 em abril, patamar bem próximo ao vigente ao final de junho de 2002, mês que antecedeu a forte depreciação do real.

No final de maio, o Banco Central introduziu nova regra de rolagem da dívida interna vinculada ao câmbio (títulos e *swaps* cambiais), pela qual não mais se comprometeu a rolar um percentual fixo, até então de 100% do principal a cada vencimento, passando a ocorrer troca dos papéis atrelados ao dólar, assim como o pagamento de parte da dívida cambial.

Com a redução da volatilidade no mercado de câmbio, a apreciação do real e o controle da inflação, criaram-se as condições para o início da flexibilização das restrições cambiais impostas aos bancos em outubro de 2002. Assim, pela Circular 3.194, de 2.7.2003, foi reduzida de 100% para 50% a capitalização mínima necessária

para atender à exposição líquida. Essa mudança permitiu o aumento da alavancagem das instituições financeiras. É importante observar que essa norma não reduziu a exposição máxima do sistema, ainda limitada a 30%.

No início de julho, o Banco Central também anunciou novas regras para a rolagem da dívida cambial, que passou a ser realizada em dois leilões, sendo o primeiro realizado em uma quarta-feira que antecederesse, em pelo menos cinco dias úteis, o vencimento dos títulos; e o segundo, no dia útil seguinte ao do primeiro leilão. No dia anterior ao da realização do primeiro leilão, o Banco Central passou a pesquisar junto aos *dealers* do mercado de câmbio a demanda por títulos cambiais e prazos, sendo os detalhes do leilão fixados em comunicado, posteriormente. Ao definir datas para as rolagens de dívida cambial, foi conferida maior previsibilidade às regras de rolagem da dívida atrelada ao dólar, reduzindo as expectativas quanto a possíveis leilões adicionais.

Em 15.9.2003, o Banco Central anunciou outra mudança nas regras de realização dos leilões de rolagem da dívida cambial, sendo reduzido de dois para um o número de leilões destinados à rolagem da dívida atrelada ao dólar, o qual passou a ser realizado pelo menos quatro dias úteis antes dos vencimentos, preferencialmente em uma quarta-feira.

Em julho, o Tesouro Nacional começou a atuar mais efetivamente no mercado de câmbio. No ano, o Tesouro Nacional liquidou, com os recursos adquiridos no mercado, vencimentos de US\$5,7 bilhões referentes a juros e principal de bônus e Clube de Paris.

Essa matéria foi regulamentada pela Circular Bacen 3.209, de 31.10.2003, que ampliou de 90 para 180 dias o prazo máximo de liquidação de câmbio das contratações do Tesouro. Com a medida, o Tesouro Nacional ganhou maior flexibilidade para efetuar compras no mercado de câmbio para fazer frente ao pagamento de compromisso da dívida externa. A título de registro, o prazo anterior, de noventa dias, foi estipulado pela Circular Bacen 3.205, de 18.9.2003.

Contribuíram também para a maior tranquilidade no mercado de câmbio os termos do novo acordo firmado ao final de 2003 com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Pelo acordo vigente até setembro de 2003, haveria desembolso de US\$8,1 bilhões no final do ano. De acordo com as cláusulas do novo acordo negociado, esse pagamento foi substituído por um empréstimo de US\$14 bilhões, que somente deverá ser liberado em circunstâncias adversas, servindo como seguro contra eventuais turbulências no mercado financeiro internacional. Ademais, os vencimentos previstos para 2005, 2006 e 2007 foram reescalados, para diminuir, em US\$6 bilhões, a concentração de pagamentos em 2005.

No final de 2003, as reservas líquidas ajustadas, conforme metodologia prevista no Memorando Técnico de Entendimentos com o FMI, situaram-se em US\$17,4 bilhões. A estratégia de recomposição de reservas mostrou-se, acima de tudo, como regra prudencial, orientada para a recomposição das reservas para patamares mais confortáveis.

Movimento de câmbio

O resultado global do mercado de câmbio em 2003 propiciou ingressos líquidos de US\$718 milhões de recursos contratados, em comparação à saída líquida de US\$13 bilhões em 2002. O saldo de câmbio comercial contratado cresceu de US\$20,3 bilhões para US\$28,4 bilhões, reflexo de aumentos de US\$13,1 bilhões, 21,8%, nas exportações; e de US\$5,1 bilhões, 12,8%, nas importações. As contratações no mercado de câmbio financeiro somaram saídas líquidas de US\$26 bilhões, superiores em US\$1,8 bilhão às de 2002, registrando-se crescimentos de US\$2,3 bilhões, 3,4% nas compras de moeda estrangeira; e de US\$4,1 bilhões, 4,4% nas vendas. As contratações de operações com instituições no exterior somaram remessas líquidas de US\$1,7 bilhão em 2003, ante US\$9,1 bilhões no ano anterior.

Balanco de pagamentos

O ajuste promovido nas contas externas ao longo do ano foi uma resposta à rápida deterioração das condições de financiamento externo ocorrida no segundo semestre de 2002. Em 2003, principalmente no segundo semestre, as condições do mercado internacional foram se mostrando particularmente favoráveis ao Brasil sob diversos aspectos. O aumento significativo da liquidez internacional refletiu-se na valorização generalizada de bolsas de valores em países emergentes, impulsionada pelo patamar deprimido das taxas de juros americanas. Além disso, as perspectivas de crescimento mundial melhoraram, apesar das incertezas quanto ao comportamento da economia dos Estados Unidos (EUA) no médio prazo, em função do crescimento de seus déficits externo e fiscal. Aliada à relativa estabilidade da taxa de câmbio, ocorreu recuperação nos termos de troca do Brasil, durante o ano. Todos esses fatores impactaram favoravelmente o resultado do balanço de pagamentos.

Durante esse processo de ajuste, as expectativas em relação ao setor externo da economia foram se restaurando continuamente, sobretudo a partir de agosto, à medida que ocorriam recordes históricos de exportações mensais, evidenciados em saldos comerciais crescentes. A consolidação dessa visão favoreceu as captações de bônus soberanos com *spreads* menores, facilitou o acesso de empresas residentes a recursos externos e permitiu que a taxa de rolagem nas operações de longo prazo

Quadro 5.1 – Movimento de câmbio contratado

US\$ milhões

Período	Operações com clientes no País						Oper. c/ instit. no exterior ^{1/} (líq.) (D)	Saldo Global (E) = (C) + (D)	
	Comercial			Financeiro					Saldo (C) =(A)+(B)
	Exporta- ções	Importa- ções	Saldo (A)	Compras	Vendas	Saldo (B)			
2000	51 699	46 069	5 629	99 290	92 971	6 319	11 948	-7 269	4 680
2001	58 036	47 248	10 789	85 710	93 350	-7 640	3 149	-6 110	-2 962
2002									
Jan	4 513	4 200	313	5 240	5 893	- 652	- 339	- 402	- 741
Fev	3 817	3 290	527	4 222	6 395	-2 173	-1 646	- 218	-1 864
Mar	4 381	3 428	953	8 669	8 129	540	1 493	- 344	1 148
Abr	4 924	3 380	1 544	6 511	7 633	-1 122	422	- 396	26
Mai	5 042	3 229	1 813	4 781	7 291	-2 510	- 697	- 616	-1 313
Jun	6 118	2 817	3 301	5 838	9 995	-4 157	- 856	- 605	-1 461
Jul	6 027	3 105	2 922	6 108	9 090	-2 983	- 61	-1 249	-1 309
Ago	5 126	3 471	1 655	5 307	7 091	-1 785	- 130	-1 633	-1 763
Set	5 416	2 658	2 759	5 154	7 540	-2 386	372	-1 386	-1 014
Out	5 309	3 405	1 904	5 235	8 157	-2 922	-1 018	-1 725	-2 743
Nov	4 797	3 229	1 568	4 459	6 363	-1 905	- 337	- 158	- 495
Dez	4 613	3 544	1 069	8 257	10 412	-2 155	-1 086	- 374	-1 460
Ano	60 083	39 756	20 327	69 780	93 990	-24 209	-3 882	-9 107	-12 989
2003									
Jan	5 031	3 786	1 245	5 753	5 850	- 97	1 149	- 175	973
Fev	4 420	3 340	1 080	4 430	5 402	- 972	108	- 392	- 284
Mar	4 592	3 650	943	5 067	6 856	-1 789	- 846	- 389	-1 234
Abr	6 908	3 991	2 917	5 545	6 365	- 820	2 098	- 272	1 825
Mai	6 692	3 524	3 168	5 129	7 757	-2 628	540	74	614
Jun	5 635	3 661	1 973	6 572	9 495	-2 923	- 950	- 5	- 955
Jul	7 241	3 802	3 439	5 939	7 988	-2 049	1 390	- 110	1 281
Ago	5 904	3 742	2 162	5 831	6 522	- 690	1 472	- 91	1 380
Set	6 076	3 904	2 172	5 606	8 684	-3 078	- 906	47	- 859
Out	6 815	3 898	2 917	5 382	9 002	-3 620	- 703	- 74	- 777
Nov	6 240	3 388	2 852	7 233	9 361	-2 128	724	- 58	666
Dez	7 649	4 162	3 487	9 631	14 814	-5 183	-1 696	- 215	-1 910
Ano	73 203	44 848	28 355	72 118	98 094	-25 976	2 379	-1 661	718

1/ Movimentações relacionadas com transferências internacionais em reais.

de dívida privada superasse 100%, no ano, mais que o dobro da assinalada em 2002. Desse modo, o fluxo líquido de capitais para o país foi positivo, acompanhado de perfil mais favorável de prazos.

Nos últimos quarenta anos, a conta transações correntes do balanço de pagamentos foi positiva apenas seis vezes, resultado obtido pela última vez em 1992, US\$6,1 bilhões. Em 2003, a conta apresentou superávit novamente, de 0,82% do PIB, o

Quadro 5.2 – Balanço de pagamentos

US\$ milhões

Discriminação	2002			2003		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Balança comercial (FOB)	2 586	10 535	13 121	10 398	14 426	24 825
Exportações	25 052	35 310	60 362	33 002	40 082	73 084
Importações	22 466	24 774	47 240	22 604	25 656	48 260
Serviços	-2 678	-2 360	-5 038	-2 323	-2 765	-5 088
Receitas	4 777	4 829	9 606	5 026	5 517	10 543
Despesas	7 455	7 188	14 644	7 349	8 282	15 631
Rendas	-9 267	-8 924	-18 191	-8 801	-9 751	-18 552
Receitas	1 401	1 894	3 295	1 574	1 765	3 339
Despesas	10 668	10 818	21 486	10 375	11 516	21 891
Transferências unilat. correntes	923	1 466	2 390	1 227	1 639	2 867
Receitas	1 053	1 573	2 627	1 365	1 767	3 132
Despesas	- 130	- 107	- 237	- 138	- 127	- 265
Transações correntes	-8 436	718	-7 718	502	3 550	4 051
Conta capital e financeira	14 484	-5 628	8 856	9 547	-4 004	5 543
Conta capital ^{1/}	175	258	433	209	290	498
Conta financeira	14 309	-5 886	8 423	9 339	-4 294	5 045
Investimento direto (líquido)	8 608	5 500	14 108	2 844	7 050	9 894
No exterior	-1 033	-1 449	-2 482	- 656	407	- 249
Participação no capital	-1 143	-1 258	-2 402	- 675	613	- 62
Empréstimos intercompanhias	110	- 191	- 81	19	- 206	- 187
No país	9 641	6 949	16 590	3 500	6 643	10 144
Participação no capital	9 125	7 993	17 118	3 315	6 006	9 320
Empréstimos intercompanhias	516	-1 044	- 528	186	637	823
Investimentos em carteira	904	-6 023	-5 119	3 901	1 406	5 308
Ativos	- 332	11	- 321	- 94	273	179
Ações	- 276	- 112	- 389	- 167	- 91	- 258
Títulos de renda fixa	- 55	123	67	73	363	437
Passivos	1 236	-6 034	-4 797	3 995	1 134	5 129
Ações	2 002	- 21	1 981	639	2 334	2 973
Títulos de renda fixa	- 765	-6 013	-6 778	3 357	-1 201	2 156
Derivativos	- 368	12	- 356	- 71	- 80	- 151
Ativos	371	562	933	390	293	683
Passivos	- 739	- 550	-1 289	- 461	- 373	- 834
Outros investimentos ^{2/}	5 165	-5 375	- 210	2 665	-12 670	-10 006
Ativos	- 961	-2 251	-3 211	-1 527	-6 282	-7 809
Passivos	6 125	-3 124	3 001	4 192	-6 388	-2 196
Erros e omissões	- 680	- 156	- 836	-1 080	- 19	-1 099
Resultado do balanço	5 368	-5 066	302	8 969	- 474	8 496
Memo:						
Transações correntes/PIB	-3,76	0,31	-1,66	0,21	1,39	0,82
Amort. médio e longo prazos ^{3/}	14 810	16 333	31 143	11 740	15 440	27 180

1/ Inclui transferências de patrimônio.

2/ Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos e operações de regularização.

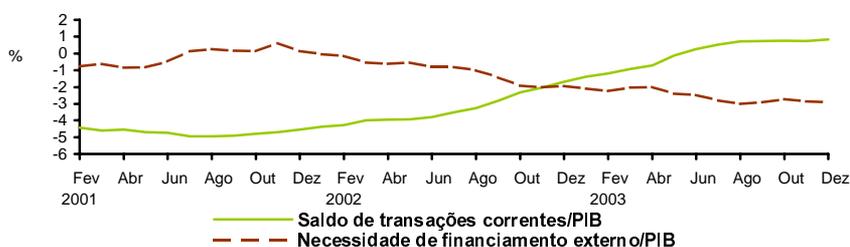
3/ Registra amortizações de crédito de fornecedores, empréstimos de longo prazo e de papéis de longo prazo colocados no exterior.

Exclui amortizações de empréstimos pelo Banco Central e amortizações de empréstimos intercompanhias.

terceiro maior já registrado, comparativamente a déficits de 4,6% e de 1,66% do PIB, respectivamente, em 2001 e em 2002. Em termos absolutos, registrou-se reversão de saldos negativos de US\$23,2 bilhões e de US\$7,7 bilhões, respectivamente, para

superávit de US\$4,1 bilhões, em 2003, resultado proporcionado, fundamentalmente, pela excepcional performance da balança comercial. Mesmo com a melhora na percepção de risco-país, que ao longo do ano foi se consolidando, houve retração das fontes autônomas de financiamento externo, movimento iniciado em 2002. Assim, o financiamento das contas externas foi complementado pelo saldo de transações correntes, que, aliado à elevação das taxas de rolagem da dívida externa, mais que compensou a redução verificada no ingresso de investimento estrangeiro no país.

Gráfico 5.1
Investimentos estrangeiros diretos e necessidade de
financiamento externo
Acumulados em 12 meses



Obs.: Necessidade de financiamento externo = déficit de trans. correntes - invest. estrangeiro direto líq.

Balança comercial

Em 2003, a balança comercial apresentou superávit de US\$24,8 bilhões, ante US\$13,1 bilhões em 2002. Ao contrário do ano anterior, quando registrou-se contração nas importações, em 2003 o superávit esteve associado ao aumento de 21,1% nas exportações, enquanto as importações elevaram-se 2,2%. Assim, as exportações acumularam US\$73,1 bilhões e as importações, US\$48,3 bilhões, no ano, produzindo fluxo comercial de US\$121,3 bilhões, 12,8% superior ao de 2002.

Quadro 5.3 – Balança comercial – FOB

US\$ milhões

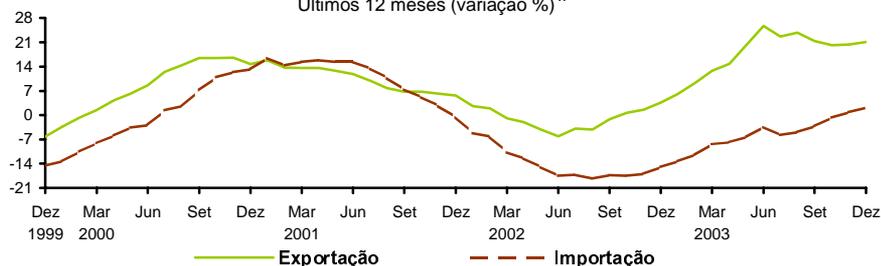
Ano	Exportação	Importação	Saldo	Fluxo de comércio
2002	60 362	47 240	13 121	107 602
2003	73 084	48 260	24 825	121 344
Variação %	21,1	2,2		12,8

Fonte: MDIC/Secex

A aceleração do saldo acumulado das exportações em doze meses, iniciada no segundo semestre de 2002, manteve-se ao longo do primeiro semestre de 2003. No

segundo semestre, a taxa de crescimento mostrou-se estável, mas em patamar elevado, revelando o vigor das exportações no período. As importações também apresentaram recuperação, porém a taxas inferiores, em razão do baixo dinamismo do setor industrial, principal demandante de produtos estrangeiros.

Gráfico 5.2
Exportação e importação – FOB
 Últimos 12 meses (variação %)^{1/}



Fonte: MDIC/Secex
 1/ Sobre igual período do ano anterior.

Dentre os fatores que contribuíram para o desempenho das exportações em 2003, saliente-se a inexistência de impactos negativos significativos, fossem de origem interna, como quebras de safras, ou externa. Pelo contrário, vários aspectos conjunturais externos favoreceram as exportações brasileiras. Assim, as vendas de carnes e de matérias-primas para produção de ração animal conquistaram novos

Quadro 5.4 – Balança comercial – FOB

Varição absoluta 2003 sobre 2002

US\$ milhões

Discriminação	Argentina	China	Demais países	Total
Exportações	2 219	2 012	8 491	12 722
I semestre	874	1 498	5 578	7 950
II semestre	1 345	514	2 913	4 772
Manufaturados	2 055	654	6 916	9 625
I semestre	778	368	2 060	3 206
II semestre	1 277	287	4 855	6 419
Demais	164	1 358	1 575	3 097
I semestre	96	1 131	3 517	4 744
II semestre	68	227	-1 942	-1 647
Importações	- 70	594	496	1 019
I semestre	- 105	263	- 20	138
II semestre	35	331	515	881
Saldo	2 289	1 418	7 995	11 703
I semestre	980	1 235	5 598	7 813
II semestre	1 310	183	2 398	3 891

Fonte: MDIC/Secex

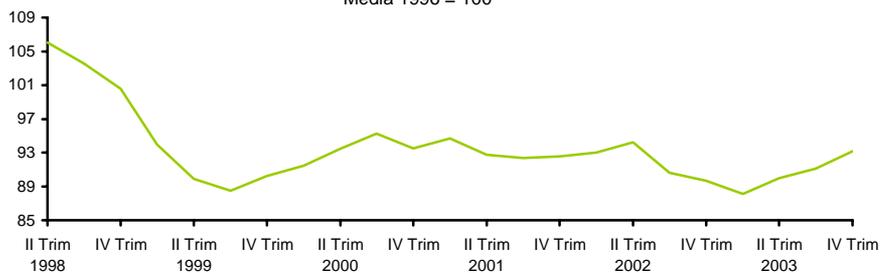
mercados, em razão da crise da “vaca louca” na Europa, e as exportações de *commodities* foram impulsionadas pelo aumento em seus preços.

Adicionalmente, a retomada das exportações para a Argentina e a solidificação de novos mercados, como a China, proporcionaram impulso representativo às vendas externas. Nesse sentido, registre-se a relevância das medidas de promoção e incentivo às exportações adotadas nos últimos anos, com impacto sobre as vendas de produtos não tradicionais e para mercados com menor participação. Cabe mencionar ainda, o efeito do câmbio depreciado em 2002 sobre decisões de exportação que, em razão da defasagem entre a contratação e o embarque, apenas se efetivaram com maior intensidade em 2003.

As importações mantiveram-se relativamente estáveis em 2003, principalmente no primeiro semestre, reflexo, em parte, do câmbio depreciado e do reduzido nível da atividade industrial. No segundo semestre, acompanhando a retomada do nível da atividade interna, as importações apresentaram relativa recuperação.

O índice de termos de troca apresentou recuo de 1,4% em 2003, considerados os aumentos médios dos preços das importações, 6,1%, e das exportações, 4,7%, em relação a 2002. Não obstante, registrou-se, ao longo do ano, tendência de crescimento contínuo do índice dessazonalizado, evidenciando a trajetória de crescimento dos preços das exportações, em especial de produtos semimanufaturados e básicos, superior à dos preços das importações, que expandiram em todas as categorias de uso final, exceto bens de capital.

Gráfico 5.3
Índice de termos de troca^{1/}
Média 1996 = 100



Fonte: Funcex
1/ Dessazonalizado pelo Bacen.

O índice de *quantum* de exportação aumentou 15,7% em 2003, registrando-se taxas de crescimento de 20,9% para produtos manufaturados, em grande parte devido à retomada das exportações para a Argentina; de 13,1% para produtos básicos, com destaque para as vendas de soja e carnes de frango e de bovinos; e de 9,7% para produtos semimanufaturados, em especial celulose.

A quantidade importada apresentou redução de 3,7% em 2003, após recuo de 12,2% em 2002, registrando-se contrações em todas as categorias, exceto em matérias-primas e produtos intermediários, na qual o *quantum* importado cresceu 3,7%, sobretudo pelas compras de produtos alimentícios. Nas demais categorias as reduções atingiram 17,5% em bens de capital, 17,7% em bens de consumo duráveis, 14,3% em combustíveis e lubrificantes, e 3,5% em bens de consumo não duráveis.

Quadro 5.5 – Índices de preço e *quantum* de exportação

Variação % sobre mesmo período do ano anterior

Discriminação	2002		2003	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum
Total	-4,6	8,6	4,7	15,7
Básicos	-4,1	15,2	10,5	13,1
Semimanufaturados	-4,5	14,0	11,3	9,7
Manufaturados	-4,6	5,2	-0,6	20,9

Fonte: Funcex

Quadro 5.6 – Índices de preço e *quantum* de importação

Variação % sobre mesmo período do ano anterior

Discriminação	2002		2003	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum
Total	-3,2	-12,2	6,1	-3,7
Bens de capital	-2,7	-18,1	0,0	-17,5
Bens intermediários	-2,0	-11,5	5,1	3,7
Bens de consumo duráveis	-7,8	-32,5	3,6	-17,7
Bens de consumo não duráveis	-7,2	-1,7	3,0	-3,5
Combustíveis	-6,2	-6,0	21,4	-14,3

Fonte: Funcex

A avaliação das exportações por categoria de fator agregado revela crescimento generalizado, e superior a 20%, em 2003. As exportações acumuladas em doze meses apresentaram aceleração de junho de 2002 a junho de 2003, para as três categorias de fator agregado, trajetória mantida, com menor intensidade, pelas vendas de produtos manufaturados, favorecidas pela retomada de embarques para a Argentina, compensando o menor ritmo de crescimento das vendas para os EUA. As exportações de produtos básicos e de semimanufaturados apresentaram taxas de crescimento menores no segundo semestre de 2003.

Quadro 5.7 – Exportação por fator agregado – FOB

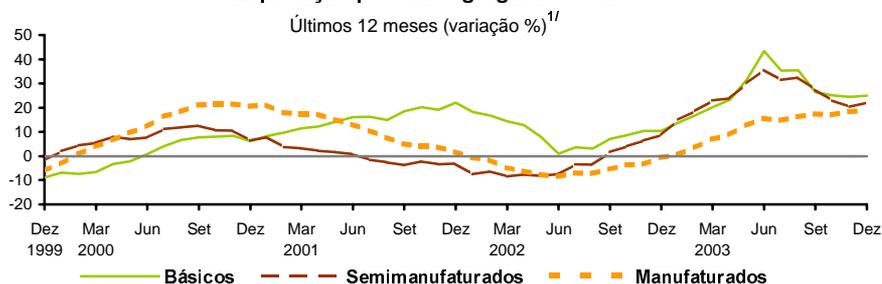
US\$ milhões

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003
Total	48 011	55 086	58 223	60 362	73 084
Produtos básicos	11 828	12 562	15 342	16 952	21 179
Produtos industrializados	35 312	41 027	41 144	41 965	50 597
Semimanufaturados	7 982	8 499	8 243	8 965	10 944
Manufaturados	27 330	32 528	32 901	33 000	39 653
Operações especiais	872	1 497	1 736	1 446	1 308

Fonte: MDIC/Secex

As exportações de produtos básicos elevaram-se 24,9%, em 2003, totalizando US\$21,2 bilhões. Assinalem-se as vendas de soja, com participação de 20,3% no total, seguidas das relativas a minérios de ferro, 16,3%; farelo de soja, 12,3%; petróleo, 10%; carne de frango, 8,1%; café em grãos, 6,1%; carne de bovino, 5,5%; fumo, 5%; e carne de suíno, 2,5%. A maioria dos produtos nessa categoria apresentou acréscimo significativo no valor exportado, relativamente a 2002, em geral reflexo de aumentos de preços e de volume. Entre os principais produtos, todos apresentaram crescimento de preços, em especial café, 23,5%; petróleo, 20,8%; soja, 13,6%; e carne de suíno, 10%. Com relação à quantidade, os aumentos foram, em geral, menos significativos, mesmo porque, em 2002, já haviam mostrado elevados crescimentos. Dentre os produtos com elevação na quantidade, cabe destacar carne de bovino, alta de 44,1%; soja, 24,5%; e carne de frango, 20,1%, beneficiados pelo “mal da vaca louca”, que afetou a produção de carnes e de ração animal. Dentre os demais produtos básicos, cabe destacar, ainda, o crescimento de 29,8% na quantidade exportada de milho, motivada pela maior utilização de insumos de origem vegetal na produção de rações. A quantidade exportada de camarão elevou-se 52,2%, a de algodão, 60%, e a de mármore e granitos, 141%. Por outro lado, os embarques de café apresentaram redução de 11,7%.

Gráfico 5.4
Exportação por fator agregado – FOB



Fonte: MDIC/Secex

1/ Sobre igual período do ano anterior.

Quanto ao destino, os produtos básicos foram direcionados principalmente para a União Européia (UE), que adquiriu 12,4% das vendas brasileiras, totalizando US\$9,1 bilhões, representando 50,1% do total adquirido pelo bloco ao Brasil. Os principais produtos básicos enviados para a UE foram soja, 25,3% do total; farelo de soja, 20,1%; minério de ferro, 11,7%; café, 7,9%; petróleo, 5,7%; carne de bovino, 5,4%; e de frango, 4,8%. Cabe destacar ainda, o crescimento de 349% nas exportações de milho para a UE, evidenciando a substituição de insumos para a produção de rações.

Quadro 5.8 – Exportação – FOB – Principais produtos básicos

Variação % de 2003 sobre 2002

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação % ^{3/}
Soja mesmo triturada	41,5	13,6	24,5	20,3
Minérios de ferro e seus concentrados	13,4	8,0	5,0	16,3
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	18,4	8,9	8,7	12,3
Óleos brutos de petróleo	25,5	20,8	3,9	10,0
Carne e miúdos de frango	28,1	6,6	20,1	8,1
Café cru em grãos	9,0	23,5	- 11,7	6,1
Carne de bovino	48,7	3,2	44,1	5,5
Fumo em folhas e desperdícios	7,6	7,4	0,2	5,0
Carne de suíno	12,2	10,0	2,0	2,5
Milho em grãos	40,2	8,0	29,8	1,8
Camarão congelado	39,7	- 8,2	52,2	1,2
Caulim e outras argilas caulínicas	26,9	- 1,0	28,3	1,0
Algodão em bruto	101,0	25,6	60,0	0,9
Carne e miúdos de peru	46,4	18,2	23,9	0,7
Castanha de caju	36,1	2,3	33,0	0,7
Minérios de alumínio e seus concentrados	33,2	- 4,7	39,7	0,6
Mármore e granitos	143,5	0,9	141,3	0,5
Tripas e buchos de animais	39,5	18,6	17,6	0,5
Peixes	9,9	20,2	- 8,6	0,4
Goiabas, mangas e mangostões	49,0	11,7	33,4	0,4
Demais básicos	17,9	-	4,1	5,5

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos básicos.

As exportações de produtos básicos para a Ásia totalizaram US\$5,4 bilhões, crescimento de 29,8% relativamente a 2002, evidenciando a intensificação das vendas à China. Esse valor representou 7,4% das exportações totais de básicos e 46,5% das exportações para o bloco. Assinale-se o desempenho das vendas de soja e de minérios de ferro, que representaram 30,6% e 28,5% das exportações de básicos destinadas a esse continente, e o crescimento significativo observado nas exportações de mármore e granitos, 258%; de algodão, 177%; de soja, 57,4%; e de farelo de soja, 30,7%.

As vendas de produtos básicos para os EUA somaram US\$1,4 bilhão, representando 2% das exportações brasileiras e 8,5% daquelas destinadas aos EUA. A reduzida participação das exportações de básicos, relativamente ao total exportado aos EUA, evidencia a similaridade, nessa categoria, entre as pautas de exportações dos dois países. As exportações de petróleo representaram 24,2% das vendas de básicos destinadas a esse país; as de café, 17,8%; as de fumo em folhas; 13,1%; as de minério de ferro, 8,8%; as de castanha de caju, 7,5%; e as de camarão e lagosta congelados, 6,4% e 4,5%, respectivamente. Registrem-se os aumentos nas exportações de petróleo, 86,9%; minérios de alumínio, 77,6%; e de caulim e outras argilas caulínicas, 79,7%. Apresentaram, ainda, aumentos significativos as vendas de uvas frescas, 246%, e de carnes de suíno e de frango, 222% e 179%, respectivamente. Em sentido inverso, as exportações de minério de ferro retraíram 10,2%; as de lagosta congelada, 4,2%; e as de farelo de soja, 59,5%.

O total de produtos básicos direcionados à Aladi atingiu US\$1,1 bilhão em 2003, crescimento de 41,3%, no ano. A reduzida participação dessa categoria nas exportações brasileiras aos países desse bloco decorre, a exemplo do observado no comércio bilateral com os EUA, da similaridade das pautas de exportação. Assim, as vendas de básicos à Aladi representaram 1,4% das exportações totais do Brasil e 8,2% do total exportado para o bloco, das quais 81,6%, em conjunto, destinadas ao Chile (38,9%), Argentina (31,1%) e México (11,6%), significando aumentos anuais de 63,4%, 49,1% e 29,9%, respectivamente. Os principais produtos básicos destinados à Aladi foram petróleo, 22% do total; minério de ferro, 18,5%; carne de bovino, 15,1%; algodão, 6,2%; soja, 5%; e carne de suíno e café, 4,5% nos dois casos. Salientem-se as expansões nas vendas de petróleo, 147%; algodão, 154%; e carne de suíno, 180%; e a contração de 50,9% nas exportações de farelo de soja, destinadas à Aladi.

As exportações de produtos semimanufaturados alcançaram US\$10,9 bilhões em 2003, o que representou aumento de 22,1%, no ano. Os principais produtos nessa categoria foram celulose, 15,9%; produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 14,8%; açúcar em bruto, 12,3%; couros e peles, 9,7%; óleo de soja, 9,5%; alumínio, 8,3%; madeira serrada ou fendida, 5,9%; e ferro fundido e ferro *spiegel*, 5,2%. Registraram-se taxas de crescimento superiores a 10% no ano em todos esses produtos, destacando-se os aumentos nas vendas de celulose, 50,3%, principalmente para os EUA e para a China; e de óleo de soja, 54,3%, sobretudo nos embarques para o Irã e para a China. As vendas desses dois produtos foram favorecidas por aumentos significativos de preços e de quantidade, atingindo 13,2% e 32,7%, para a celulose, e 23,5% e 25%, para o óleo de soja, respectivamente.

Os cinco principais países de destino dos semimanufaturados brasileiros absorveram 50,9% do total das exportações da categoria, dos quais 21,3% destinados aos EUA, 9,9% à China, 7% ao Japão, 6,6% aos Países Baixos e 6,2% à Rússia.

Quadro 5.9 – Exportação por fator agregado e região – FOB

US\$ milhões

Produto	2002		2003		
	Valor	Valor	Variação % sobre 2002	Participação %	
				No total	No bloco
Total	60 362	73 084	21,1	100,0	-
Básicos	16 952	21 179	24,9	29,0	-
Semimanufaturados	8 965	10 944	22,1	15,0	-
Manufaturados	33 000	39 653	20,2	54,3	-
Operações especiais	1 446	1 308	-9,5	1,8	-
Aladi	9 866	12 920	31,0	17,7	100,0
Básicos	749	1 058	41,3	1,4	8,2
Semimanufaturados	379	446	17,5	0,6	3,5
Manufaturados	8 711	11 384	30,7	15,6	88,1
Operações especiais	28	33	18,1	0,0	0,3
Mercosul	3 311	5 672	71,3	7,8	100,0
Básicos	278	388	39,4	0,5	6,8
Semimanufaturados	155	203	31,0	0,3	3,6
Manufaturados	2 863	5 060	76,8	6,9	89,2
Operações especiais	16	22	40,9	0,0	0,4
EUA	15 535	16 900	8,8	23,1	100,0
Básicos	1 142	1 442	26,2	2,0	8,5
Semimanufaturados	2 233	2 342	4,9	3,2	13,9
Manufaturados	11 753	13 068	11,2	17,9	77,3
Operações especiais	406	49	-87,9	0,1	0,3
União Européia	15 113	18 102	19,8	24,8	100,0
Básicos	7 421	9 077	22,3	12,4	50,1
Semimanufaturados	2 210	2 406	8,9	3,3	13,3
Manufaturados	5 436	6 571	20,9	9,0	36,3
Operações especiais	46	48	5,6	0,1	0,3
Ásia	8 791	11 676	32,8	16,0	100,0
Básicos	4 180	5 426	29,8	7,4	46,5
Semimanufaturados	2 306	3 334	44,6	4,6	28,6
Manufaturados	2 289	2 899	26,6	4,0	24,8
Operações especiais	16	18	11,5	0,0	0,2
Demais	11 056	13 485	22,0	18,5	100,0
Básicos	3 459	4 177	20,7	5,7	31,0
Semimanufaturados	1 836	2 416	31,5	3,3	17,9
Manufaturados	4 811	5 733	19,2	7,8	42,5
Operações especiais	950	1 160	22,1	1,6	8,6

Fonte: MDIC/Secex

A Ásia constituiu-se no principal bloco de destino dos semimanufaturados, total de US\$3,3 bilhões, representando 4,6% das exportações brasileiras e 28,6% das exportações para a região, que expandiram 44,6%, no ano. Concorreu para esse resultado, principalmente, o crescimento de 144% nas exportações para a China, principal destino dos semimanufaturados na região, com 32,4% do total, seguindo-se o Japão, 23%; Taiwan, 12,4%; Coréia do Sul, 8,8%; e Hong Kong, 6,1%.

Quadro 5.10 – Exportação – FOB – Principais produtos semimanufaturados

Variação % de 2003 sobre 2002

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação % ^{3/}
Pastas químicas de madeira	50,3	13,2	32,7	15,9
Produtos semimanufaturados, de ferro ou aço	14,8	23,5	-7,0	14,8
Açúcar de cana em bruto	21,5	11,0	9,5	12,3
Couros e peles, depilados, exceto em bruto	10,6	-0,1	10,7	9,7
Óleo de soja em bruto	54,3	23,5	25,0	9,5
Alumínio em bruto	11,1	4,1	6,8	8,3
Madeira serrada de espessura > 6mm	12,3	-1,8	14,4	5,9
Ferro fundido bruto e ferro <i>spiegel</i>	21,2	19,6	1,3	5,2
Ferro-ligas	12,4	-4,4	17,5	4,4
Ouro em formas semiman., não monetário	-6,3	17,1	-20,0	3,0
Ligas de alumínio, em bruto	11,2	5,1	5,8	2,0
Borracha sintética e borracha artificial	34,7	10,5	21,9	1,6
Manteiga, gordura e óleo, de cacau	32,7	10,1	20,6	0,9
Cátodos de níquel	34,0	37,9	-2,9	0,9
Madeira em estilhas ou em partículas	14,5	-2,0	16,9	0,5
Pasta de cacau	105,8	35,0	52,5	0,5
Cacau em pó	92,2	35,8	41,6	0,5
Zinco em bruto	37,1	5,1	30,5	0,5
Cátodos de cobre	-45,2	16,8	-53,0	0,4
Madeira laminada	-0,9	-15,4	17,2	0,4
Demais	13,7	-	7,1	29,5

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos semimanufaturados.

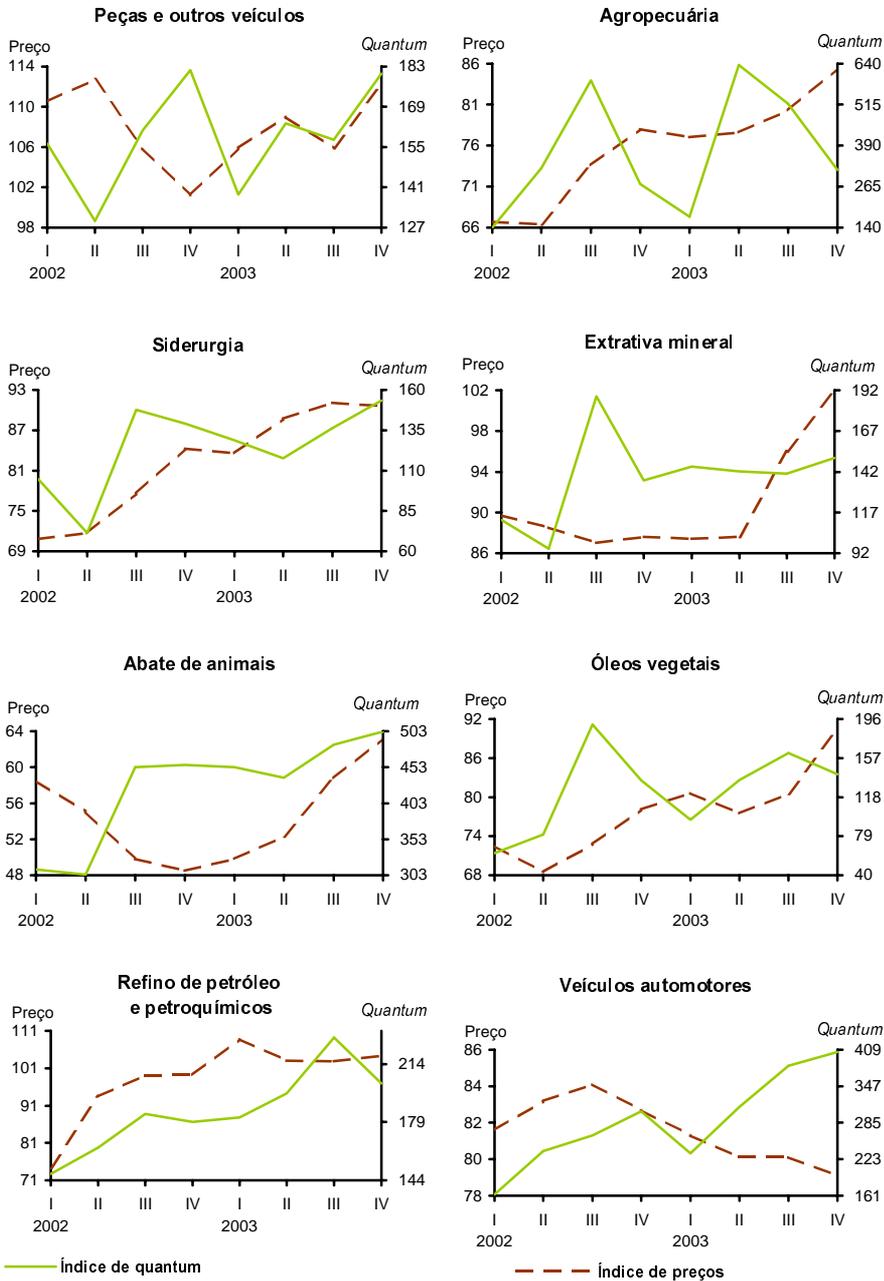
Os principais produtos semimanufaturados embarcados para a Ásia foram produtos semimanufaturados de ferro e aço, representando 26,8% das exportações da categoria destinadas ao continente; celulose, 15,1%; óleo de soja, 13,6%; os couros e peles, 12,3%; e alumínio, 12%. As vendas de todos esses produtos apresentaram aumentos significativos, em relação a 2002, sobretudo as de semimanufaturas de ferro e aço, 76,7%, e as de celulose, 70,4%.

As exportações de semimanufaturados destinadas à UE alcançaram US\$2,4 bilhões, crescimento de 8,9% ante o patamar de 2002, representando 13,3% das direcionadas à região. As vendas de celulose, que aumentaram 41,9% no ano, responderam por 28,3% das exportações destinadas à região, seguindo-se as de couros e peles, 18,1%; de alumínio, 14,4%; de madeira serrada, 8%; de ferro-ligas, 7,4%; e de produtos semimanufaturados de ferro e aço, 4,7%. As exportações de alumínio e de produtos semimanufaturados de ferro e aço retraíram, 21,1% e 25,1%, respectivamente, no ano.

Os Países Baixos adquiriram 29,8% dos semimanufaturados absorvidos pela UE, seguidos da Itália, 21,8% e da Bélgica-Luxemburgo, 16,7%. Registre-se que as

exportações para os Países Baixos elevaram-se em US\$292 milhões, expansão de 68,7%, e as direcionadas à Bélgica-Luxemburgo reduziram-se US\$116 milhões, 22,3%.

Gráfico 5.5
Índice trimestral de preço e *quantum* das exportações brasileiras
 Média de 1996 = 100



Fonte: Funcex

As compras de semimanufaturados brasileiros efetuadas pelos EUA atingiram US\$2,3 bilhões, acréscimo de 4,9%, no ano. Destacaram-se as exportações de celulose, 18,5% do total; de ferro fundido e ferro *spiegel*, 17,4%; de produtos semimanufaturados de ferro e aço, 15%; de ouro em formas semimanufaturadas, 11,6%; e de madeira serrada, 8,9%. As exportações de celulose para os EUA elevaram-se em US\$135 milhões, 44,9%, e as de produtos semimanufaturados de ferro e aço reduziram-se US\$161 milhões, queda de 31,5%, no ano.

Os países da Aladi adquiriram US\$446 milhões em produtos semimanufaturados brasileiros, representando 0,6% do total das exportações brasileiras. A Argentina recebeu 36% do total destinado ao bloco e o México, 27%, seguido do Uruguai, 8,3%, e do Equador, 7,7%. As vendas à Argentina e ao Equador expandiram 49,5% e 70%, respectivamente, no ano. O bloco recebeu, principalmente, produtos semimanufaturados de ferro e aço, 26,1%; borrachas sintéticas e artificiais, 11,4%; ferro-ligas, 10,4%; e couros e peles, 8,5%.

As exportações de produtos manufaturados alcançaram US\$39,7 bilhões, no ano, 20,2% superiores às de 2002, representando 54,3% das vendas externas do país. Entre os principais produtos exportados nessa categoria, encontram-se os ligados à indústria automobilística, beneficiados por acordos com o México e a Argentina, e pela recuperação econômica deste país. Assim, as exportações de automóveis representaram 6,7% da pauta de manufaturados, crescimento de 32,4% relativamente a 2002, não obstante a redução de 5,5% assinalada nos preços, no período. Adicionalmente as vendas de motores para veículos automóveis cresceram 24,9%; as de autopeças, 28,4%; e as de veículos de carga, 56,8%.

As exportações de aviões, o segundo item na pauta de manufaturados, declinaram 17%. A redução esteve associada à recuperação mais lenta da aviação internacional após o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, agravada, em 2003, pelos efeitos do crescimento moderado nas principais economias, da guerra no Oriente Médio e da Síndrome Respiratória Severa Aguda (Sars).

A participação do terceiro item da pauta de manufaturados, aparelhos transmissores ou receptores, situou-se em 4,2% das vendas da categoria. A contração de 6% no valor dessas exportações refletiu elevação de 14,7% na quantidade exportada e recuo de 18% nos preços. As exportações de calçados cresceram 7%, no ano, apresentando elevação de *quantum*, 9%; e queda nos preços, 1,8%. Outros dois importantes produtos manufaturados mostraram significativos aumentos na quantidade exportada e nos preços, alcançando 49,7% e 15,9%, respectivamente, em laminados planos, e 27,7% e 26,5%, em óleos combustíveis (diesel, *fuel-oil*, etc).

Os EUA, principal mercado de destino dos produtos manufaturados brasileiros, importaram US\$13,1 bilhões em produtos dessa categoria, equivalentes a 33% das

Quadro 5.11 – Exportação – FOB – Principais produtos manufaturados

Variação % de 2003 sobre 2002

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação % ^{3/}
Automóveis de passageiros	32,4	-5,5	40,1	6,7
Aviões	-17,0	-1,6	-15,7	4,9
Aparelhos transm. ou receptores e componentes	-6,0	-18,0	14,7	4,2
Motores para veículos automóveis	24,9	6,5	17,2	4,2
Calçados, suas partes e componentes	7,0	-1,8	9,0	4,1
Partes e peças p/veículos automóveis e tratores	28,4	4,9	22,5	3,8
Produtos laminados planos de ferro/aço	73,5	15,9	49,7	3,6
Óleos combustíveis (diesel, fuel-oil etc)	61,6	26,5	27,7	2,5
Suco de laranja congelado	4,7	-0,4	5,1	2,3
Bombas, compressores, ventiladores etc	14,1	5,5	8,2	2,0
Açúcar refinado	-19,6	0,9	-20,3	2,0
Veículos de carga	56,8	5,4	48,8	1,7
Móveis e suas partes	24,6	-5,2	31,5	1,7
Pneumáticos	25,6	-0,4	26,2	1,6
Madeira compensada e semelhantes	34,5	6,4	26,4	1,5
Gasolina	4,6	28,4	-18,6	1,4
Papel e cartão para fins gráficos	21,1	-3,7	25,6	1,4
Polímeros de etileno, propileno e estireno	59,2	16,2	37,1	1,3
Motores/geradores/transform. elétricos e partes	13,6	-10,9	27,5	1,3
Fio-máquina e barras de ferro ou aço	83,3	5,3	74,0	1,2
Tratores	69,3	-9,8	87,7	1,2
Chassis c/motor e carroçarias p/veíc. automóveis	24,4	2,4	21,4	1,2
Máq. e apar. p/ terraplanagem, perfuração etc	27,3	-14,0	47,9	1,2
Rolamentos e engrenagens, partes e peças	20,4	-7,3	29,8	0,9
Suco de frutas ou prods. hortícolas, exc. laranja	49,7	-4,6	56,8	0,9
Preparações e conservas de carne bovina	13,3	4,2	8,8	0,9
Óxidos e hidróxidos de alumínio	85,1	14,4	61,8	0,8
Roupas de cama, mesa, toucador ou cozinha	15,8	-8,7	26,8	0,8
Máq. e apar. p/uso agrícola, exceto trator	126,0	16,1	94,6	0,7
Barras, fios, chapas etc, de alumínio	52,4	1,2	50,7	0,7
Demais		-	17,3	44,3

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos manufaturados.

exportações brasileiras de manufaturados e a 77,3% das exportações para os EUA. O principal produto destinado ao mercado americano foi constituído por aviões, 12,9% do total, apesar da redução de 23,3% em relação ao resultado de 2002. Em seguida, apareceram os aparelhos transmissores e receptores, 9,1%; calçados, 7,7%; óleos combustíveis, 6,4%; motores para veículos automóveis, 18,2%; automóveis, 4,2%; e autopeças, 3,7%.

A Aladi foi o segundo principal destino das exportações de manufaturados, US\$11,4 bilhões, equivalentes a 15,6% do total das exportações brasileiras. Esse total representou 88,1% das exportações direcionadas ao bloco, impulsionadas pelas vendas externas de automóveis e de outros itens ligados à indústria automobilística – autopeças, veículos de carga, pneus, tratores, chassis com motor e carroçaria, e motores – que, em conjunto, representaram 32,8% das exportações à Aladi. Registre-se, ainda, o desempenho das exportações de aparelhos transmissores e receptores, perfazendo 2,9% do total absorvido pelo bloco, de laminados planos, 2,8%, e polímeros, 2,5%. Os principais países de destino dos produtos manufaturados brasileiros, na Aladi, foram Argentina, 35,7%; México, 21,9%; e Chile, 12,6%.

Os países da UE receberam manufaturados no valor de US\$6,6 bilhões, equivalentes a 9% das exportações brasileiras totais. Esse valor representou crescimento de 20,9% relativamente a 2002, e 36,3% do total exportado para o bloco. Os principais produtos foram motores para automóveis, com participação de 9,3%; suco de laranja, 8,4%; suco de frutas e produtos hortícolas, 4,3%; madeira compensada, 3,9%; móveis, 3,8%; calçados, 3,6%; laminados planos, 3,3%; e autopeças, 3,2%.

Os principais países de destino foram Alemanha, que recebeu 18,3% dos manufaturados exportados para a UE, Países Baixos, 17,3%; Reino Unido, 15,4%; Bélgica-Luxemburgo, 12,5%; e Itália, 11,7%. Apenas as exportações de manufaturados direcionadas à Grécia, entre os países da UE, declinaram em 2003, recuo de 33,8%, registrando-se os crescimentos mais significativos nas exportações direcionadas à Alemanha, 23,8%, e aos Países Baixos, 32,9%.

Embora a participação dos países asiáticos na pauta de manufaturados ainda seja reduzida, de 7,3%, equivalentes a 4% das exportações totais brasileiras, apresentou crescimento significativo no ano, de 26,6%, somando US\$2,9 bilhões. As vendas de laminados planos, que aumentaram 189% no ano, representaram 22,2% do total de manufaturas exportadas para a região. Esse resultado esteve associado, fundamentalmente, às exportações para a China, responsável por 71,2% do total de laminados planos exportados para a região, com crescimento de 384%, no período. Em seguida, situaram-se as exportações de autopeças, participação de 6,3%; motores para automóveis, 4,9%; suco de laranja, 4,4%; óleos combustíveis, 4%; e óleo de soja refinado, 2,4%.

A China foi o destino de 40,7% dos manufaturados absorvidos pela Ásia, enquanto a participação do Japão, da Coreia do Sul e de Cingapura nas importações do bloco situaram-se, respectivamente, em 14,3%, 10,2% e 7,1%. As compras da China aumentaram 125% no ano, enquanto as efetuadas pelo Japão retraíram 11,1%.

As operações especiais, caracterizadas pela dificuldade de enquadramento nas demais categorias, entre as quais as relativas a consumo de bordo e reexportações,

reduziram-se em 9,5%, em 2003, totalizando US\$1,3 bilhão. A queda deveu-se, basicamente, à redução nas reexportações, uma vez que em 2003 a devolução de aeronaves arrendadas atingiu apenas US\$16 milhões, ante US\$360 milhões, em 2002. O fornecimento de óleos e combustíveis para consumo de bordo representou 85,7% das operações especiais, com crescimento de 19,7% relativamente a 2002.

Com relação às importações por categoria de uso final, assinala-se o crescimento, em 2003, de 10% nas importações de matérias-primas e produtos intermediários, situando-se em US\$25,8 bilhões. O aumento foi mais intenso no último trimestre de 2003, sugerindo a continuidade da retomada da produção industrial nos meses seguintes. De fato, a análise da média móvel de três meses do *quantum* da importação dessa categoria de produtos revela o retorno de correlação positiva com a média móvel de três meses da produção industrial.



Fonte: IBGE e Funcex

Os principais produtos importados nessa categoria foram produtos químicos e farmacêuticos, com participação de 29,2% do total; produtos intermediários-partes e peças, 16,1%; acessório de equipamento de transportes, 14,4%; e produtos minerais, 13,8%, registrando-se que, excetuados acessórios de equipamento de transporte, esses produtos apresentaram significativos aumentos de preços, em 2003. Dessa forma, as quantidades importadas diminuíram, caso de produtos químicos e farmacêuticos e produtos intermediários-partes e peças, ou elevaram-se pouco. Cabe destacar, ainda, o crescimento de 40,8% nas importações de produtos alimentícios, com aumentos na quantidade, 25,1%, e nos preços, 12,5%. O desempenho desse grupo evidenciou o aumento nas importações de trigo, 15%; de arroz, 163%; e de soja, 32,4%.

As matérias-primas e os produtos intermediários originaram-se, principalmente, da UE, cerca de 27%, equivalentes a US\$7 bilhões, representando 54,8% das importações provenientes da UE. Nesse bloco, destacaram-se as importações de produtos químicos e farmacêuticos, que representaram 30,1% do total, de acessórios de

equipamentos de transportes, 22,1%, e de produtos intermediários-partes e peças, 12,3%. Os principais países fornecedores dessa categoria de produtos foram Alemanha, 33,3% do total; França, 15,5%; Itália, 11,4%; Reino Unido, 9,7%; e Espanha, 9,1%.

Os EUA forneceram 22,3% das importações brasileiras de matérias-primas, totalizando US\$5,7 bilhões, equivalentes a 59% do total importado desse país. Os três principais produtos da categoria, provenientes dos EUA, foram, a exemplo do observado em relação à UE, produtos químicos e farmacêuticos, acessórios de equipamentos de transportes e produtos intermediários-partes e peças, com participações de 36,6%, 17,5% e 16,7%, respectivamente. Cabe destacar, ainda, o crescimento de 45,4% nas importações de outras matérias-primas para a agricultura, principalmente de inseticidas, adubos e fertilizantes e uréia, acompanhando a expansão da produção agrícola.

Os países da Aladi forneceram 20,3% do total das matérias-primas importadas pelo Brasil, no valor de US\$5,2 bilhões, expansão de 18% em relação a 2002, representando 64% do total importado da região. Destacaram-se as compras de produtos alimentícios, 29,3% do total, em especial de trigo; produtos minerais, 24,5%, sobretudo nafta; e de produtos químicos e farmacêuticos, 19,8%. Os principais fornecedores de matérias-primas na Aladi foram a Argentina, 57%, sobretudo trigo e nafta; Chile, 13%; e Paraguai, 8,4%.

As importações de matérias-primas e de produtos intermediários provenientes da Ásia somaram US\$4,5 bilhões, 17,5% do total dessa categoria de produtos e 50,4% do total das importações do bloco. Esse valor significou crescimento de 13,9% em relação a 2002, destacando-se as compras de produtos intermediários-partes e peças, 44,5% do total da região, impulsionadas pelas importações de componentes eletrônicos; de produtos químicos e farmacêuticos, 24%; de produtos agropecuários não alimentícios, 10,2%; e de acessórios de equipamentos de transportes, 9,9%. Os principais fornecedores de matérias-primas da região foram Japão, 28,7% do total; China, 17,8%; Coreia do Sul, 14,4%; e Taiwan, 8,3%.

As compras externas de bens de capital totalizaram US\$10,3 bilhões, 21,4% do total das importações, constituindo-se no segundo maior valor entre as categoria de uso, embora declinassem 11,1% relativamente a 2002. O reduzido nível da atividade industrial e o câmbio depreciado em 2002 foram fatores determinantes do comportamento dessa categoria de uso.

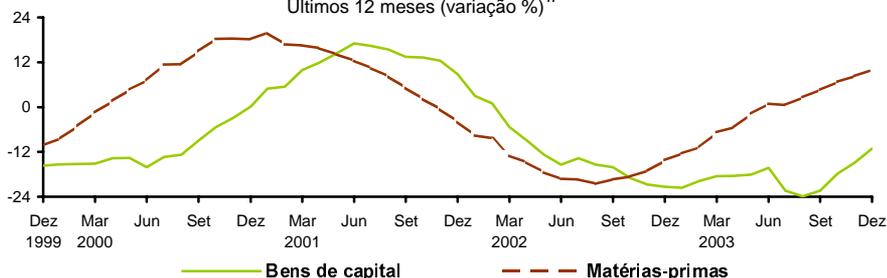
Dentre os principais produtos dessa categoria, destacaram-se maquinaria industrial, responsável por cerca de um terço do total, apresentando redução de 16,7% na quantidade, a maior entre os itens dessa categoria de uso final, e de 5,8% nos preços; máquinas e aparelhos de escritório, serviço científico, com participação de 20,4% e queda de 7,2% na quantidade e aumento de 0,6% no preço; partes e peças para bens

de capital para indústria, 11,7%, com queda de 2,6% na quantidade e elevação de 3,2% nos preços; e acessórios de maquinaria industrial, 8,8%, com recuos de 5,6% na quantidade e de 1,2% nos preços.

As importações de bens de capital originadas da UE alcançaram US\$3,6 bilhões, equivalentes a 35% do total das importações nessa categoria de uso e a 28,5% do total importado da UE. A contração de 15,5% registrada nessas importações constituiu-se no principal determinante do recuo de 3,4% no total das compras provenientes da UE. Os principais itens importados da UE nessa categoria foram maquinaria industrial, máquinas e aparelhos de escritório, serviço científico e partes e peças para bens de capital para indústria. As aquisições de maquinaria industrial retraíram 27,4%, no ano.

A Alemanha, mesmo tendo exportado US\$303 milhões a menos do que em 2002, foi o principal fornecedor de bens de capital do bloco, 38,1% do total, seguida da Itália, 18,4%, e da França, 10,4%. Registre-se a contração generalizada nas importações de bens de capital originárias dos distintos países da UE.

Gráfico 5.7
Importação por categoria de uso – FOB
 Últimos 12 meses (variação %)^{1/}



Fonte: MDIC/Secex
 1/ Sobre igual período do ano anterior.

As compras externas de bens de capital aos EUA atingiram US\$2,9 bilhões, retração de 20,8% no ano. Esse total representou 28,3% do total das importações na categoria de uso e 30,1% do total importado aos EUA. Os principais itens adquiridos foram maquinaria industrial, com participação de 32,7%; máquinas e aparelhos de escritório, serviço científico, 25,2%; bens de capital ligados à produção de aparelhos transmissores e receptores, de telecomunicação e produtos eletrônicos, 14,6%, em conjunto; e partes e peças para bens de capital para a indústria, 10,9%.

Da Ásia, foram importados bens de capital no valor de US\$2,6 bilhões, equivalentes a 24,9% das importações classificadas nessa categoria e a 28,8% das originárias desse continente, representando aumento de 18,3%, ante 2002. Destacaram-se as compras de componentes eletrônicos ligados à produção de aparelhos transmissores

e de receptores e circuitos impressos, que, conjuntamente, cresceram 56,8%, no ano, e representaram 31,2%, das compras de bens de capital à região. Seguiram-se as importações de maquinaria industrial, com participação de 26,4%, e de máquinas e aparelhos de escritório, serviço científico, 24,9%.

Os principais países fornecedores de bens de capital no bloco foram Japão, 36,1% do total; China, 21,7% e crescimento de 52,2%, no ano; Coreia do Sul, 13,2%; Taiwan, 8,7%; e Cingapura, 7,4%. Ao contrário da tendência assinalada na UE e nos EUA, a importação de bens de capital dos principais países da Ásia elevou-se em 2003.

Quadro 5.12 – Importação – FOB

US\$ milhões

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003
Total	49 295	55 839	55 572	47 240	48 260
Bens de capital	13 577	13 605	14 808	11 643	10 348
Matérias-primas e prod.intermed.	24 059	28 432	27 340	23 447	25 797
Bens de consumo	7 401	7 442	7 148	5 910	5 538
Duráveis	3 183	3 450	3 516	2 509	2 417
Não duráveis	4 218	3 993	3 631	3 400	3 121
Combustíveis e lubrificantes	4 258	6 358	6 276	6 240	6 577

Fonte: MDIC/Secex

As importações de bens de capital provenientes da Aladi somaram US\$488 milhões, declinando 28,8%, no ano. Esse total equivaleu a 4,7% das compras brasileiras de bens de capital e a 6% do valor exportado ao Brasil pelos países da região. As importações de equipamento móvel de transporte atingiram 45,1% do total, em razão dos acordos automotivos com a Argentina e com o México, países que apresentaram as maiores participações no bloco, de 80,2% e 15,8%, respectivamente.

As compras externas de combustíveis e lubrificantes somaram US\$6,6 bilhões, aumento de 5,4% relativamente a 2002, principalmente em razão da elevação do preço do petróleo, de aproximadamente 15%, consideradas as médias de 2003 contra 2002. Essa categoria de uso representou 13,6% do total importado em 2003, e os combustíveis, 98% das importações da categoria, entre os quais o petróleo em bruto foi responsável por 58,6%.

A importância do petróleo no grupo explica a distribuição dos fornecedores, com os países da África suprimindo 36,4% do total da categoria, destacando-se a Nigéria como principal vendedor do produto. Os países do Oriente Médio vêm em seguida, com 19,1%; seguidos dos países da Aladi, 18,4%, destacando-se a Argentina como principal fornecedor de petróleo na região, seguida pela Bolívia, que destacou-se, ainda, pelo fornecimento de gás natural.

Quadro 5.13 – Importações – FOB – Principais produtos

Variação % de 2003 sobre 2002

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação ^{3/}
Bens de capital				100,0
Maquinaria industrial	-21,6	-5,8	-16,7	33,1
Máq. e aparelhos de escritório, serviço científico	-6,6	0,6	-7,2	20,4
Partes e peças para bens de capital para indústria	0,6	3,2	-2,6	11,7
Acessórios de maquinaria industrial	-6,7	-1,2	-5,6	8,8
Equipamento móvel de transporte	-26,8	-38,8	19,7	4,3
Ferramentas	6,6	3,8	2,7	1,7
Demais bens de capital	0,2	-73,7	280,7	20,1
Matérias-primas e produtos intermediários				100,0
Produtos químicos e farmacêuticos	3,3	9,1	-5,4	29,2
Produtos intermediários – Partes e peças	9,8	16,2	-5,6	16,1
Acessórios de equipamento de transporte	3,9	1,6	2,2	14,4
Produtos minerais	16,7	13,9	2,5	13,8
Produtos alimentícios	40,8	12,5	25,1	8,8
Outras matérias-primas para agricultura	20,1	11,7	7,5	7,8
Produtos agropecuários não alimentícios	5,7	-1,3	7,1	6,6
Demais matérias-primas e produtos intermediários	0,5	-24,3	32,9	3,3
Bens de consumo não duráveis				100,0
Produtos farmacêuticos	3,0	7,4	-4,1	40,0
Produtos alimentícios	-14,8	-13,0	-2,1	29,6
Produtos de tocador	6,9	2,5	4,3	6,3
Bebidas e tabacos	-3,0	11,6	-13,0	5,1
Vestuário e outras confecções têxteis	-14,7	-5,0	-10,2	3,7
Outros bens de consumo não duráveis	-22,9	-13,6	-10,7	15,3
Bens de consumo duráveis				100,0
Automóveis de passageiros	-17,8	6,1	-22,5	28,4
Objetos de adorno ou de uso pessoal	4,4	0,3	4,1	29,5
Máquinas e aparelhos de uso doméstico	-0,3	-7,5	7,8	17,0
Peças para bens de consumo duráveis	18,7	18,5	0,1	16,2
Móveis e outros equipamentos para casa	-11,0	-10,3	-0,8	5,7
Demais bens de consumo não duráveis	-17,8	-20,7	3,6	3,3
Combustíveis e lubrificantes				100,0
Combustíveis	5,2	9,2	-3,7	98,0
Lubrificantes	17,8	28,3	-8,2	2,0

Fonte: MDIC/Secex

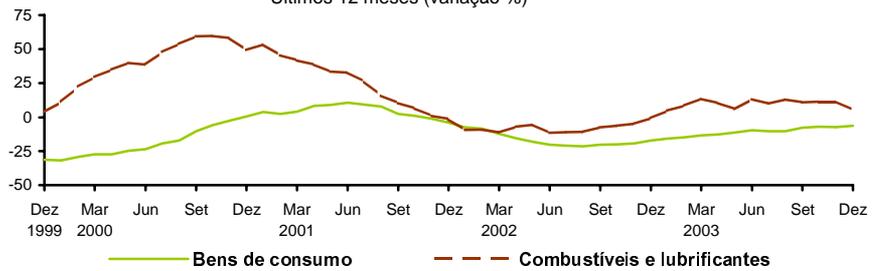
1/ Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual em cada categoria de uso final.

As importações de bens de consumo não duráveis somaram US\$3,1 bilhões, 6,5% do total importado em 2003, reduzindo-se 8,2%, no ano. Os produtos farmacêuticos representaram 40% do total, com redução de 4,1% na quantidade e aumento de 7,4% nos preços. Seguiram-se os produtos alimentícios, com 29,6% de participação e retração de 13% nos preços e de 2,1% na quantidade.

Gráfico 5.8
Importação por categoria de uso – FOB
 Últimos 12 meses (variação %)^{1/}



Fonte: MDIC/Secex

1/ Sobre igual período do ano anterior.

O equivalente a 31,5% das importações classificadas nessa categoria de uso originaram-se da UE; 28%, da Aladi, dos quais 20,9% do Mercosul; 12,4%, dos EUA; 12%, da Ásia; e 11,6%, dos demais países.

As compras de bens de consumo duráveis recuaram 3,7% em 2003, situando-se em US\$2,4 bilhões, equivalentes a 5% das importações brasileiras, no ano. Destacaram-se as importações de objetos de adorno, de uso pessoal e outros, que representaram 29,5% do total, com crescimento de 4,1% na quantidade e de 0,3% nos preços. A participação das importações de veículos automóveis de passageiros, na categoria, atingiu 28,4%; a relativa a máquinas e aparelhos de uso doméstico, 17%; e a de peças para bens de consumo duráveis, 16,2%.

Do total das importações de bens de consumo duráveis, 35,8% foram provenientes da Ásia, sendo 13,8% da China e 8,6% do Japão. A UE foi a origem de 30,6% dos bens duráveis importados em 2003, dos quais 14,2% provenientes da Alemanha, com crescimento de 10,2%, no ano. As compras de bens duráveis procedentes da Aladi reduziram-se 30,9%, significando 15,6% das importações dessa categoria. Esse resultado evidenciou contrações de 34% e de 27,8% nas importações provenientes da Argentina e do México, respectivamente. As importações de bens duráveis originárias dos EUA reduziram-se 8,1% no ano, representando 12,4% do total da categoria.

Intercâmbio comercial

O intercâmbio comercial do Brasil apresentou significativa melhora em 2003, expressa pela ampliação do saldo comercial com parcela representativa dos principais parceiros comerciais e blocos, assim como pela redução de resultados bilaterais tradicionalmente desfavoráveis. Esse desempenho deveu-se, fundamentalmente, ao aumento do volume e dos preços das exportações, em contraste com o ocorrido no ano anterior, quando o saldo favorável decorreu da redução nas importações.

Quadro 5.14 – Importações por categoria de uso e região – FOB

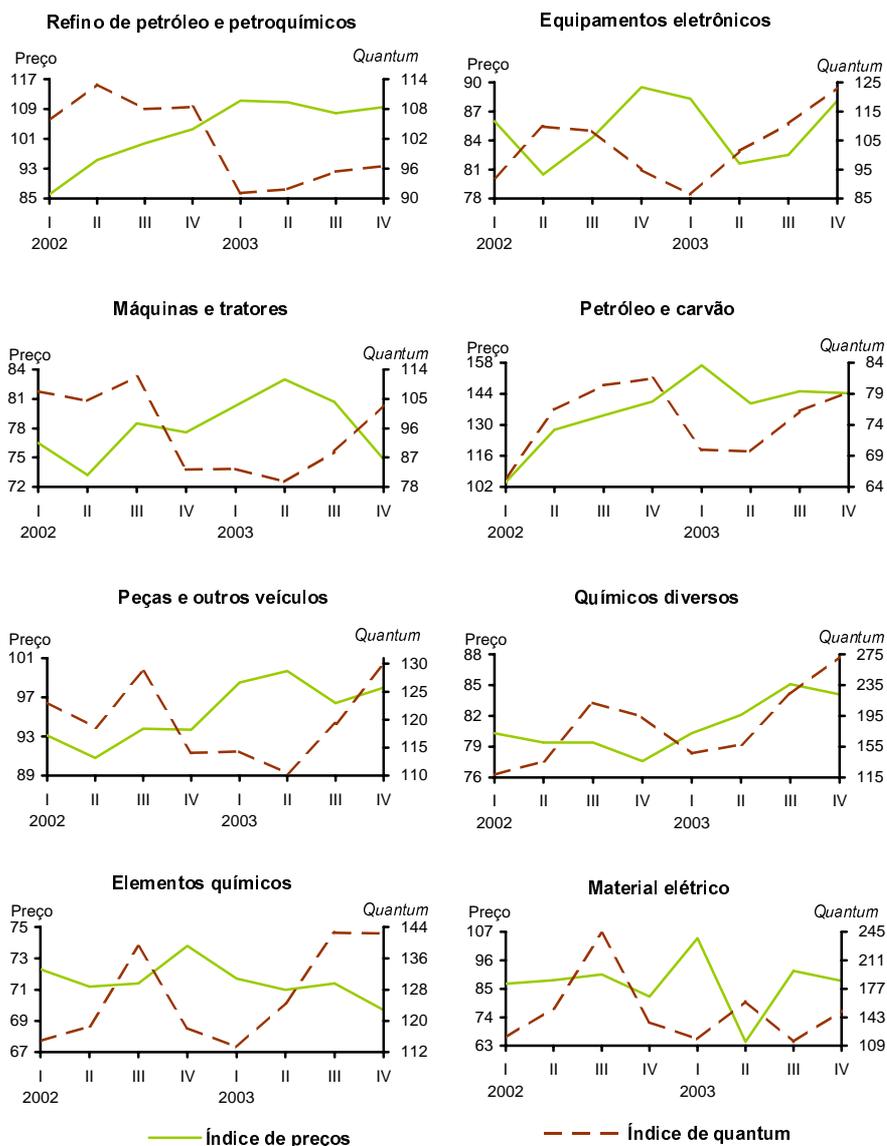
US\$ milhões

Produto	2002		2003		
	Valor	Valor	Variação % sobre 2002	Participação %	
				No total	No bloco
Total	47 240	48 260	2,2	100,0	-
Bens de capital	11 643	10 348	-11,1	21,4	-
Matérias-primas e prod.intermediários	23 447	25 797	10,0	53,5	-
Bens de consumo não duráveis	3 400	3 121	-8,2	6,5	-
Bens de consumo duráveis	2 509	2 417	-3,7	5,0	-
Combustíveis e lubrificantes	6 240	6 577	5,4	13,6	-
Aladi	8 224	8 186	-0,5	17,0	100,0
Bens de capital	686	488	-28,8	4,7	6,0
Matérias-primas e prod.intermediários	4 438	5 237	18,0	20,3	64,0
Bens de consumo não duráveis	1 012	873	-13,7	28,0	10,7
Bens de consumo duráveis	544	376	-30,9	15,6	4,6
Combustíveis e lubrificantes	1 545	1 212	-21,6	18,4	14,8
Mercosul	5 611	5 686	1,3	11,8	100,0
Bens de capital	532	397	-25,4	3,8	7,0
Matérias-primas e prod.intermediários	3 225	3 795	17,7	14,7	66,7
Bens de consumo não duráveis	746	651	-12,7	20,9	11,5
Bens de consumo duráveis	451	309	-31,5	12,8	5,4
Combustíveis e lubrificantes	656	534	-18,7	8,1	9,4
EUA ^{1/}	10 438	9 725	-6,8	20,2	100,0
Bens de capital	3 696	2 926	-20,8	28,3	30,1
Matérias-primas e prod.intermediários	5 488	5 740	4,6	22,3	59,0
Bens de consumo não duráveis	636	531	-16,6	17,0	5,5
Bens de consumo duráveis	327	300	-8,1	12,4	3,1
Combustíveis e lubrificantes	291	227	-22,0	3,5	2,3
União Européia	13 136	12 687	-3,4	26,3	100,0
Bens de capital	4 283	3 619	-15,5	35,0	28,5
Matérias-primas e prod.intermediários	6 881	6 954	1,1	27,0	54,8
Bens de consumo não duráveis	1 000	983	-1,7	31,5	7,7
Bens de consumo duráveis	671	740	10,2	30,6	5,8
Combustíveis e lubrificantes	300	391	30,3	5,9	3,1
Ásia	7 996	8 923	11,6	18,5	100,0
Bens de capital	2 174	2 572	18,3	24,9	28,8
Matérias-primas e prod.intermediários	3 952	4 502	13,9	17,5	50,4
Bens de consumo não duráveis	387	374	-3,5	12,0	4,2
Bens de consumo duráveis	850	865	1,9	35,8	9,7
Combustíveis e lubrificantes	634	611	-3,7	9,3	6,8
Demais	7 446	8 739	17,4	18,1	100,0
Bens de capital	805	742	-7,7	7,2	8,5
Matérias-primas e prod.intermediários	2 689	3 364	25,1	13,0	38,5
Bens de consumo não duráveis	365	361	-1,4	11,6	4,1
Bens de consumo duráveis	117	135	15,4	5,6	1,5
Combustíveis e lubrificantes	3 470	4 137	19,2	62,9	47,3

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclusive Porto Rico.

Gráfico 5.9
Índice trimestral de preço e *quantum* das importações brasileiras
 Média de 1996 = 100



Fonte: Funcex

Assim, pode-se considerar que também do ponto de vista qualitativo, o resultado do intercâmbio comercial do país, neste ano, superou o observado em 2002.

O maior aumento absoluto no saldo comercial brasileiro ocorreu com os países membros da UE, US\$3,4 bilhões, resultado de crescimento de 19,8% nas exportações e de queda de 3,4% nas importações. Entre os sócios da UE, os Países Baixos foram

Quadro 5.15 – Balança comercial por países e blocos – FOB

US\$ milhões

Discriminação	2002			2003		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Total	60 362	47 240	13 121	73 084	48 260	24 825
Aelc ^{1/}	618	1 118	- 499	617	1 209	- 592
Aladi	9 866	8 224	1 642	12 920	8 186	4 734
Mercosul	3 311	5 611	-2 300	5 672	5 686	- 14
Argentina	2 342	4 743	-2 401	4 561	4 673	- 112
Paraguai	558	383	175	707	475	232
Uruguai	410	485	- 74	404	538	- 134
Chile	1 461	649	812	1 880	798	1 083
México	2 342	580	1 762	2 741	533	2 208
Demais	2 752	1 384	1 368	2 627	1 169	1 457
Canadá	782	740	41	978	749	228
União Européia	15 113	13 136	1 978	18 102	12 687	5 415
Alemanha	2 537	4 419	-1 883	3 136	4 205	-1 070
Bélgica/Luxemburgo	1 892	546	1 346	1 795	515	1 281
Espanha	1 120	975	145	1 552	974	578
França	1 525	1 777	- 252	1 715	1 768	- 52
Itália	1 817	1 762	55	2 208	1 757	450
Países Baixos	3 182	535	2 647	4 246	509	3 737
Reino Unido	1 769	1 345	424	1 899	1 202	696
Demais	1 272	1 776	- 504	1 552	1 757	- 205
Europa Central e do Leste ^{2/}	1 755	919	836	2 271	1 165	1 106
Ásia ^{3/}	8 791	7 996	795	11 676	8 923	2 753
Japão	2 098	2 348	- 250	2 311	2 521	- 210
China	2 520	1 554	966	4 533	2 148	2 385
Coreia, República da	852	1 067	- 214	1 223	1 079	144
Demais	3 320	3 028	292	3 610	3 176	434
EUA ^{4/}	15 535	10 438	5 097	16 900	9 725	7 176
Outros	7 901	4 669	3 232	9 621	5 616	4 005
Memo:						
Nafta	18 659	11 759	6 900	20 619	11 007	9 612
Opep	3 536	4 132	- 596	3 844	4 509	- 665

Fonte: MDIC/Secex

1/ Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

2/ Albânia, Bulgária, Hungria, Polónia, República Eslovaca, República Tcheca, Romênia e países da ex-União Soviética.

3/ Exclui o Oriente Médio.

4/ Inclui Porto Rico.

o principal destino das exportações brasileiras, enquanto a Alemanha respondeu pela maior parcela das importações brasileiras, assim como pelo maior intercâmbio

comercial. Os principais produtos exportados aos Países Baixos foram soja em grão, farelo de soja, celulose, sucos de fruta, alumínio em bruto, carne de frango e carne bovina. Quanto aos produtos importados dos Países Baixos, destacaram-se óleos combustíveis, medicamentos para medicina humana e veterinária, polímeros de etileno, propileno e estireno. Registre-se que o intercâmbio comercial com os Países Baixos gerou o maior superávit comercial brasileiro na região, totalizando US\$3,7 bilhões. Quanto à pauta comercial com a Alemanha, foram relevantes as exportações brasileiras de soja em grão, minérios de ferro, café cru em grão, motores para veículos automóveis e suas partes, farelo de soja, carne de frango. No que se refere às importações, foram expressivas as compras de parte e peças para veículos automóveis e tratores, instrumentos e aparelhos de medida, de verificação, automóveis de passageiros, motores para veículos automóveis e suas partes, rolamentos e engrenagens, suas partes e peças.

Ainda com relação à UE, ressaltam-se as exportações para a Itália, o Reino Unido, a Bélgica/Luxemburgo, a Espanha e a França, com destaque para as vendas de produtos básicos, como soja, farelo de soja, minério de ferro, café cru em grão, carne de bovino e carne de frango. Quanto à pauta de importação, prevaleceram as compras de medicamentos para medicina humana e veterinária; partes e peças de aviões, helicópteros ou outros veículos aéreos; compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas; motores para veículos automóveis e suas partes; petróleo em bruto.

O intercâmbio comercial com os Estados Unidos apresentou comportamento diverso entre as importações, que se reduziram 6,8%, e as exportações, que se elevaram 8,8%, resultando na ampliação do superávit comercial em 40,8%. Os principais produtos brasileiros exportados ao mercado norte-americano foram aviões, com queda de 8,4%, em razão da retração do setor após os atentados terroristas nos EUA; aparelhos transmissores ou receptores e componentes, com retração de 8,5%; calçados, também com recuo de 2,7%; e óleos combustíveis e motores para veículos automóveis e suas partes, com aumentos de 138% e 18,3%, respectivamente. As importações dos principais produtos originários dos EUA declinaram em 2003, registrando-se recuos de 9,1% em motores e turbinas para aviação e suas partes; de 42,5%, em motores, geradores e transformadores elétricos e suas partes; de 2,7%, em instrumentos e aparelhos de medida e de verificação; e de 14,6%, em circuitos integrados e microconjuntos elétricos.

O saldo comercial com os países membros da Aladi aumentou 188%, desempenho associado, fundamentalmente, à elevação de 30,9% nas exportações brasileiras, uma vez que as importações situaram-se em patamar bem próximo ao de 2002. Esse resultado deveu-se, sobretudo, à forte redução do déficit com os sócios do Mercosul, em especial a Argentina, e aos resultados dos acordos de preferência comercial e automotivo assinados com o México e com o Chile.

Embora tenha ocorrido pequeno déficit no intercâmbio com os sócios do Mercosul, ressalte-se a forte redução do saldo comercial desfavorável do ano anterior, de US\$2,3 bilhões para US\$14 milhões, neste ano. Esse resultado refletiu a recuperação da economia argentina, permitindo o aumento de 94,7% nas exportações direcionadas àquele país, totalizando US\$4,6 bilhões. As importações brasileiras do mercado argentino apresentaram retração de 1,5%, perfazendo US\$4,7 bilhões. Os principais produtos importados da Argentina foram trigo em grãos, com incremento de 19,5%; naftas, com aumento de 66,7%; automóveis de passageiros, com queda de 38,1%; veículos de carga, com redução de 28,7%; partes e peças para veículos automotores e tratores, aumento de 4,2%; petróleo em bruto, com queda de 49,5%, a maior entre os principais produtos importados. Quanto às exportações para a Argentina, apresentaram expressivo crescimento, destacando-se automóveis de passageiros, com expansão de 300%; veículos de carga, 274%; partes e peças para veículos automóveis e tratores, 20,2%; polímeros de etileno, propileno e estireno, 95,5%; minérios de ferro e seus concentrados, 31%; tratores, 889%; aparelhos transmissores ou receptores e componentes, 382%; pneumáticos, 120%.

O superávit comercial com o Chile cresceu 33,3% em 2003, registrando-se aumento de 28,7% nas exportações e de 23% nas importações. Assinalem-se as exportações de óleos brutos de petróleo, com aumento de 165%; de carne bovina, 41,5%; chassis com motor e carrocerias para veículos automóveis, 36,2%; de veículos de carga, 41,2%; e de automóveis de passageiros, 74,4%. Quanto às importações provenientes do Chile, destacaram-se as de cátodos de cobre e seus elementos, minério de cobre e seus concentrados, álcoois acíclicos e seus derivados halogenados, e de nitrato de sódio potássico, todas apresentando crescimento significativo no período de comparação.

O intercâmbio com o México registrou aumento de 25,3% no superávit, em 2003, resultado de elevação de 17% nas exportações, associada à retração de 8,2% nas importações. Os principais itens exportados e sua respectiva variação anual foram: automóveis de passageiros, 43,6%; motores para veículos automóveis e suas partes, 3,6%; partes e peças para veículos automóveis e tratores, -17,1%; e produtos laminados planos de ferro ou aço, -0,21%. Quanto às importações, destacaram-se as de motores para veículos automóveis e suas partes, com aumento de 18%; e as de partes de aparelhos transmissores ou receptores, de medicamentos para medicina humana e veterinária, e de automóveis de passageiros, com os três itens apresentando queda expressiva.

O crescimento do intercâmbio comercial com os países da Ásia proporcionou aumento de 246,% no saldo favorável ao Brasil, em 2003, resultante de aumentos de 32,8% nas exportações e de 11,6%, nas importações. Assinale-se o aumento da participação relativa da China no total das exportações brasileiras, de 4,2%, em

2002, para 6,2% neste ano, consolidando-a como o terceiro país receptivo das exportações brasileiras, após EUA e Argentina.

Dessa forma, a China respondeu por 86,6% do superávit de US\$2,8 bilhões obtido no comércio com a Ásia, perfazendo US\$2,4 bilhões. Os principais produtos destinados ao mercado chinês foram soja em grão, minério de ferro, produtos laminados planos de ferro ou aço, celulose, produtos semimanufaturados de ferro ou aço, todos apresentando crescimento relevante ante 2002. No que se refere às importações, os principais produtos adquiridos da China foram partes de aparelhos transmissores ou receptores; compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas; rolamentos e engrenagens, suas partes e peças; hulhas, mesmo em pó, não aglomeradas; máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades. Desde a entrada da China na OMC, por ocasião do lançamento da Rodada de Doha, o fluxo comercial sino-brasileiro tem crescido de maneira expressiva, o que posicionou o Japão como o segundo parceiro comercial brasileiro na região. Os principais produtos vendidos ao Japão foram minério de ferro, alumínio em bruto, carne de frango, soja triturada. Relativamente às importações, destacaram-se as de partes e peças para veículos automóveis e tratores; motores, geradores e transformadores elétricos e suas partes; circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos; rolamentos e engrenagens, suas partes e peças; e de motores para veículos automóveis e suas partes.

Os dados relativos ao intercâmbio com a Europa Central e do Leste evidenciam o processo de inserção comercial em mercados não tradicionais. O superávit comercial com os países dessa região totalizou US\$1,1 bilhão, 32,3% superior ao registrado em 2002, refletindo expansões de 29,4% nas exportações e de 26,7%, nas importações. A Rússia foi um dos principais destinos das exportações brasileiras na região, em especial de açúcar, de carne de frango, e de fumo em folhas. As importações da região aumentaram em razão das aquisições de fertilizantes, de cátodos de níquel, de trigo, de adubos e de fertilizantes.

Ressalte-se, ainda, o aumento de 21,1% nas exportações para os países da África, que totalizaram US\$2,9 bilhões, destacando-se a significativa expansão nas vendas destinadas a alguns países do norte e da costa oeste do continente, como Senegal, Gana, Líbia e Argélia. A África do Sul foi o maior comprador de produtos brasileiros, em especial de manufaturados, como partes e peças para veículos automóveis e tratores, chassis com motor e carrocerias para veículos automóveis, e automóveis de passageiros. Do mesmo modo, as importações brasileiras do continente africano elevaram-se significativamente, 21,6%, registrando-se aumento das aquisições de produtos derivados de petróleo, insumos para fertilizantes e cacau em bruto. Ressalte-se que Nigéria e Argélia responderam por mais da metade do valor das compras brasileiras de petróleo em bruto no ano, além de serem importantes fornecedores de gás liquefeito de petróleo e naftas.

Serviços

A conta serviços apresentou gastos líquidos de US\$5,1 bilhões, em 2003, US\$50 milhões a mais do que no ano anterior, evidenciando a estabilidade que tem caracterizado a evolução de seus componentes.

Quadro 5.16 – Serviços

US\$ milhões

Discriminação	2002			2003		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-2 678	-2 360	-5 038	-2 323	-2 765	-5 088
Receitas	4 777	4 829	9 606	5 026	5 517	10 543
Despesas	7 455	7 188	14 644	7 349	8 282	15 631
Transportes	-1 068	- 972	-2 040	- 832	- 915	-1 746
Receitas	702	888	1 590	876	1 042	1 918
Despesas	1 770	1 860	3 630	1 707	1 957	3 664
Viagens	- 550	152	- 398	65	153	218
Receitas	874	1 124	1 998	1 111	1 368	2 479
Despesas	1 424	972	2 396	1 046	1 215	2 261
Seguros	- 152	- 268	- 420	- 201	- 235	- 436
Receitas	137	69	206	56	67	124
Despesas	289	337	626	257	302	560
Financeiros	- 100	- 132	- 232	- 197	- 186	- 383
Receitas	195	195	390	162	201	363
Despesas	296	327	623	358	387	745
Computação e informações	- 596	- 523	-1 118	- 463	- 571	-1 034
Receitas	23	13	36	13	16	29
Despesas	619	536	1 155	475	587	1 063
Royalties e licenças	- 561	- 568	-1 129	- 527	- 592	-1 120
Receitas	47	53	100	46	62	108
Despesas	608	621	1 229	574	654	1 228
Aluguel de equipamentos	- 815	- 858	-1 672	- 946	-1 367	-2 312
Receitas	37	12	49	13	12	25
Despesas	852	870	1 721	959	1 378	2 337
Serviços governamentais	- 100	- 152	- 252	- 87	- 64	- 151
Receitas	345	417	761	400	477	877
Despesas	444	569	1 013	487	540	1 028
Outros serviços	1 262	960	2 222	865	1 011	1 877
Receitas	2 417	2 058	4 475	2 349	2 272	4 621
Despesas	1 154	1 098	2 252	1 483	1 261	2 744

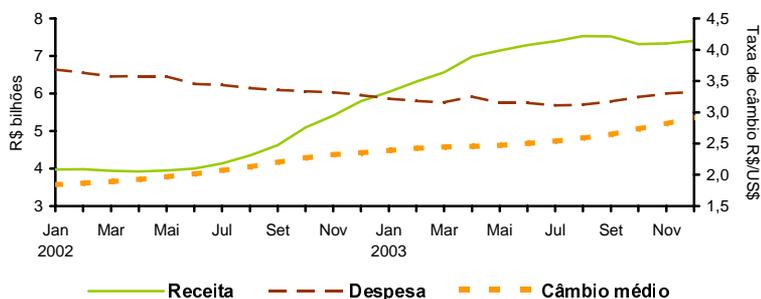
A conta viagens internacionais é tradicionalmente deficitária. Na série anual, desde 1947 existem registros de saldo positivo apenas em 1989 e 2003. Desde setembro de 2002, tem-se observado reversão de tendência nos fluxos líquidos mensais dessa conta, que pode ser explicada por sua alta sensibilidade ao câmbio

Quadro 5.17 – Viagens internacionais

US\$ milhões

Discriminação	2002			2003		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Turismo	- 441	246	- 195	173	257	430
Receita	836	1 099	1 935	1 090	1 328	2 418
Despesa	1 277	852	2 129	917	1 072	1 989
<i>Free shop</i>	75	66	142	61	84	145
Cartões de crédito	- 166	- 137	- 303	33	- 43	- 11
Receita	530	467	998	589	648	1 237
Despesa	697	604	1 301	556	692	1 248
Serviços turísticos	- 50	4	- 45	1	- 15	- 13
Receita	36	37	73	52	71	123
Despesa	85	33	118	50	86	136
Outros	- 301	312	12	77	231	308
Receita	194	528	722	388	525	913
Despesa	495	215	710	311	294	605
Negócios	- 79	- 60	- 139	- 69	- 65	- 134
Receita	9	12	21	10	12	22
Despesa	89	72	161	79	78	157
Estudantes	- 26	- 30	- 56	- 35	- 25	- 60
Receita	4	3	7	2	5	7
Despesa	30	32	63	37	30	67
Funcionários do governo	- 7	- 4	- 11	- 3	- 15	- 18
Receita	16	8	24	6	17	24
Despesa	23	12	35	9	32	42
Saúde	3	0	3	0	1	2
Receita	8	3	11	3	5	8
Despesa	5	3	8	3	3	6
Total	- 550	152	- 398	66	153	218
Receita	874	1 124	1 998	1 111	1 368	2 479
Despesa	1 424	972	2 396	1 045	1 215	2 261

Gráfico 5.10
Turismo
Acumulado 12 meses



e à renda. Em 2003, consolidando a tendência mencionada, a conta apresentou ingressos líquidos de US\$218 milhões, resultado propiciado, fundamentalmente, pelo crescimento de 25% nas despesas de turistas estrangeiros no país. Os dispêndios de brasileiros com turismo no exterior diminuíram 6,6%, o que resultou em receitas líquidas de US\$430 milhões, ante despesas líquida de US\$195 milhões, em 2002. Os gastos líquidos com cartões de crédito, principal componente da conta de turismo, somaram US\$11 milhões, retração de 96,5%, em relação ao ano anterior, quando os dispêndios líquidos totalizaram US\$303 milhões. As outras despesas com turismo apresentaram superávit de US\$308 milhões, ante US\$12 milhões, em 2002, destacando-se o crescimento das receitas, resultado do forte aumento de operações de venda de moeda estrangeira, verificado desde o segundo semestre de 2002. O resultado do componente viagens de negócios, menos sensível à flutuação cambial, mostrou-se estável, no ano.

A conta de transportes registrou saída líquida de US\$1,7 bilhão, redução de 14,4% em relação a 2002. O comportamento dos saldos da balança comercial e de viagens internacionais contribuiu para esse resultado. O aumento de exportações e o baixo crescimento em importações de bens resultaram na diminuição de 24,2% das despesas líquidas com fretes. As receitas e as despesas de fretes marítimos, em sua quase totalidade constituídas por transporte de bens, registraram, respectivamente, aumento de 18,9% e queda de 5,4%. A intensificação no fluxo internacional de viajantes resultou no crescimento tanto das receitas quanto das despesas com passagens, que, dada a proporção de cada uma das variáveis, determinou acréscimo de 7,6% nos gastos líquidos com essa rubrica, de US\$390 milhões para US\$419 milhões. As receitas aumentaram 35,1%, para US\$194 milhões, e as despesas, 15%, para US\$613 milhões. Outros itens de transporte, que inclui afretamento, somaram despesas líquidas de US\$740 milhões, queda de 15,5% em relação a 2002.

Os serviços de seguros registraram despesas líquidas de US\$436 milhões, ante US\$420 milhões, em 2002. Registraram-se retrações de 39,8% nas receitas de seguros, que atingiram US\$124 milhões, em 2003, e de 10,6% nas despesas, que situaram-se em US\$560 milhões.

Os gastos líquidos com serviços financeiros somaram US\$383 milhões, aumento de 64,7%, com redução de 7% nas receitas, que somaram US\$363 milhões, e expansão de 19,7% nas despesas, para US\$745 milhões, refletindo as comissões pagas sobre empréstimos, rubrica mais significativa nessa conta.

As despesas líquidas com serviços de computação e informação somaram US\$1 bilhão, montante US\$84 milhões inferior ao observado em 2002. As receitas somaram US\$29 milhões, e as despesas, US\$1,1 bilhão.

Quadro 5.18 – Transportes

US\$ milhões

Discriminação	2002			2003		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-1 068	- 972	-2 040	- 832	- 915	-1 746
Receitas	702	888	1 590	876	1 042	1 918
Despesas	1 770	1 860	3 630	1 707	1 957	3 664
Transporte marítimo	- 504	- 386	- 890	- 357	- 270	- 627
Receitas	556	709	1 265	658	838	1 496
Despesas	1 060	1 095	2 156	1 015	1 107	2 123
Passagens	- 1	- 1	- 2	- 1	- 1	- 2
Receitas	0	0	0	0	0	0
Despesas	1	1	2	1	1	2
Fretes	- 419	- 351	- 770	- 295	- 313	- 608
Receitas	208	305	514	278	329	606
Despesas	627	657	1 284	572	642	1 214
Outros	- 85	- 33	- 118	- 62	45	- 17
Receitas	348	404	752	380	509	889
Despesas	432	438	870	442	465	907
Transporte aéreo	- 558	- 578	-1 136	- 478	- 642	-1 120
Receitas	123	157	279	186	175	361
Despesas	680	734	1 415	664	817	1 481
Passagens	- 193	- 195	- 388	- 144	- 275	- 418
Receitas	65	78	143	108	84	193
Despesas	258	273	531	252	359	611
Fretes	1	25	26	11	24	35
Receitas	41	58	99	47	57	104
Despesas	40	32	72	36	33	69
Outros	- 366	- 408	- 774	- 346	- 392	- 737
Receitas	16	21	37	30	34	64
Despesas	382	429	811	376	425	801
Outras vias de transporte ^{1/}	- 5	- 8	- 14	4	- 3	1
Receitas	23	22	46	32	29	61
Despesas	29	31	59	28	32	60
Passagens	0	0	0	0	1	1
Receitas	0	0	0	0	1	1
Despesas	0	0	0	0	0	0
Fretes	- 13	- 18	- 31	- 4	- 11	- 15
Receitas	16	12	28	24	20	44
Despesas	28	30	59	28	31	59
Outros	7	10	17	8	7	15
Receitas	8	10	18	8	8	16
Despesas	0	0	1	0	1	1

1/ Inclui transporte terrestre.

Quadro 5.19 – Outros serviços

US\$ milhões

Discriminação	2002			2003		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	1 262	960	2 222	865	1 009	1 877
Receita	2 417	2 058	4 475	2 348	2 269	4 621
Despesa	1 155	1 098	2 252	1 483	1 261	2 744
Comunicações	12	1	14	76	8	84
Receita	128	7	135	427	22	449
Despesa	116	5	122	351	15	366
Construção	8	4	12	7	3	10
Receita	8	4	12	7	3	10
Despesa	0	0	0	0	0	0
Comerciais e corretagem	- 12	0	- 12	- 14	- 77	- 92
Receita	193	228	421	211	178	389
Despesa	205	228	433	225	256	480
Pessoais, cult. e de recreação	- 136	- 114	- 251	- 150	- 133	- 283
Receita	32	26	58	23	31	54
Despesa	168	141	309	172	164	337
Negócios, prof. e técnicos	1 390	1 070	2 460	946	1 208	2 154
Receita	2 055	1 793	3 849	1 681	2 034	3 716
Serv. administrativos	925	691	1 616	734	784	1 518
Serv. téc. especializados	972	936	1 908	817	1 073	1 890
Demais	159	166	325	130	178	308
Despesa	665	724	1 389	736	826	1 562
Serv. administrativos	117	112	229	107	163	270
Serv. téc. especializados	473	532	1 005	554	588	1 142
Demais	74	80	154	74	75	149

Os pagamentos líquidos ao exterior de *royalties* e licenças somaram US\$1,1 bilhão em 2003, mantendo-se no mesmo patamar registrado no ano anterior, com remessas estáveis e aumento nas receitas recebidas, que não são expressivas, de 7,8%.

Os gastos líquidos com aluguel de equipamentos somaram US\$2,3 bilhões, crescimento de 38,3%, evidenciando a evolução das despesas, que aumentaram 35,8%, de US\$1,7 bilhão para US\$2,3 bilhões. Esse resultado reflete, em parte, o crescimento dos gastos com plataformas marítimas de exploração de petróleo. As receitas têm valores pouco significativo.

Serviços governamentais registraram despesas líquidas de US\$151 milhões, em 2003, retração de 40% em comparação ao resultado do ano anterior. Esse declínio deveu-se ao aumento de 15,2% de gastos de governos estrangeiros no Brasil, que somaram US\$877 milhões, uma vez que os gastos do governo brasileiro no exterior situaram-se em US\$1 bilhão, mantendo-se no patamar do ano anterior.

Outros serviços somaram receitas líquidas de US\$1,9 bilhão, contração de 15,6%, em comparação ao ano anterior. Os serviços técnicos especializados registraram receitas líquidas 17,1% inferiores às de 2002, somando US\$748 milhões. Os serviços pessoais, culturais e de recreação registraram despesas líquidas de US\$283 milhões, incremento de 12,8%. Os serviços administrativos apresentaram receitas líquidas de US\$1,2 bilhão, retração de 10% frente às de 2002.

Rendas

A remessa líquida de renda para o exterior, determinada em grande medida pelos estoques do passivo externo líquido, registraram US\$18,6 bilhões, crescimento de 2% em comparação a 2002, em razão do aumento em remessas líquidas de renda de investimento em carteira e de investimento direto. Os fluxos de salários e ordenados, de valores modestos, resultaram em recebimentos líquidos de US\$109 milhões, US\$7 milhões a mais que no ano anterior, com redução de 8,3% em renda paga a trabalhadores domiciliados no país, para US\$269 milhões, e de 16,2% em pagamentos a não-residentes, para US\$160 milhões.

A renda de investimento direto totalizou saídas de US\$5,1 bilhões, superando, em 2,3%, as remessas de 2002. As remessas líquidas de lucros e dividendos somaram US\$4,1 bilhões e as relativas a juros de empréstimos intercompanhias, US\$1 bilhão, representando crescimentos de 1% e de 7,6%, respectivamente, em 2003.

A renda de investimento em carteira totalizou remessas líquidas de US\$8,7 bilhões, elevando-se 4,3%, em relação a 2002. Esse resultado deveu-se, principalmente, ao crescimento de 38,7% nas remessas líquidas de lucros e dividendos de recursos aplicados em carteiras de investimento, que somaram US\$1,6 bilhão. As remessas de juros de títulos de renda fixa totalizaram US\$7,2 bilhões, retração de 1,1%, em 2003, evidenciando a redução em pagamentos de juros de *notes e commercial papers*, de US\$4,3 bilhões para US\$3,7 bilhões. Esse resultado reflete a retração das captações nessas modalidades, ocorrida em 2002.

A renda de outros investimentos, que incluem juros de créditos de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos, totalizou remessas líquidas de US\$4,8 bilhões, reduzindo-se 2,1%, no ano. Registraram-se aumentos de 31,8% nas receitas, que somaram US\$861 milhões, e de 1,8% nas despesas, que atingiram US\$5,7 bilhões.

Quadro 5.20 – Rendas

US\$ milhões

Discriminação	2002			2003		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total de rendas	-9 267	-8 924	-18 191	-8 801	-9 751	-18 552
Receitas	1 401	1 894	3 295	1 574	1 765	3 339
Despesas	10 668	10 818	21 486	10 375	11 516	21 891
Salários e ordenados	24	77	102	48	60	109
Receitas	126	166	293	125	144	269
Despesas	102	89	191	76	84	160
Renda de investimentos	-9 291	-9 001	-18 292	-8 850	-9 811	-18 661
Receitas	1 275	1 728	3 002	1 449	1 621	3 070
Despesas	10 566	10 729	21 295	10 299	11 432	21 731
Renda de investimento direto	-2 559	-2 424	-4 983	-1 993	-3 105	-5 098
Receitas	350	617	967	297	589	886
Despesas	2 908	3 041	5 950	2 290	3 694	5 984
Lucros e dividendos	-2 118	-1 916	-4 034	-1 600	-2 476	-4 076
Receitas	297	560	857	234	525	760
Despesas	2 415	2 476	4 891	1 834	3 002	4 836
Juros de empréstimos intercompanhias	- 441	- 508	- 949	- 393	- 628	-1 022
Receitas	52	57	109	62	64	126
Despesas	493	565	1 058	456	693	1 148
Renda de investimento em carteira	-4 436	-3 948	-8 384	-4 344	-4 399	-8 743
Receitas	585	798	1 383	835	488	1 323
Despesas	5 021	4 746	9 767	5 179	4 887	10 066
Lucros e dividendos	- 653	- 475	-1 128	- 929	- 635	-1 564
Receitas	0	0	1	1	2	3
Despesas	653	476	1 129	930	637	1 568
Juros de títulos de dívida (renda fixa)	-3 784	-3 473	-7 256	-3 415	-3 764	-7 179
Receitas	584	798	1 382	834	486	1 320
Despesas	4 368	4 270	8 638	4 249	4 250	8 499
Renda de outros investimentos ^{1/}	-2 296	-2 629	-4 925	-2 513	-2 307	-4 820
Receitas	340	313	653	317	544	861
Despesas	2 636	2 942	5 578	2 830	2 851	5 681
Memo:						
Juros	-6 521	-6 610	-13 130	-6 321	-6 699	-13 020
Receitas	977	1 168	2 144	1 213	1 094	2 307
Despesas	7 497	7 777	15 275	7 534	7 793	15 328
Lucros e dividendos	-2 771	-2 391	-5 162	-2 529	-3 111	-5 640
Receitas	298	560	858	235	527	763
Despesas	3 068	2 951	6 020	2 764	3 639	6 403

1/ Inclui juros de crédito de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos.

Transferências unilaterais correntes

As transferências unilaterais correntes somaram ingressos líquidos de US\$2,9 bilhões em 2003, com crescimento de 20% em relação a 2002. Os ingressos líquidos de recursos remetidos por brasileiros residentes no exterior, representados na rubrica manutenção de residentes, registraram aumento de 19,6%. Esse resultado refletiu, principalmente, o aumento de 67,5% registrado no primeiro semestre do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, representando a continuidade do movimento iniciado no segundo semestre de 2002, quando a depreciação mais expressiva do real proporcionou ganhos mais representativos nas operações de ingresso de recursos. Do total das receitas em manutenção de residentes, 55% foram provenientes dos Estados Unidos e 27%, do Japão.

Quadro 5.21 – Transferências unilaterais correntes

US\$ milhões

Discriminação	2002			2003		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	923	1 466	2 390	1 227	1 639	2 867
Receitas	1 053	1 573	2 627	1 365	1 767	3 132
Despesas	130	107	237	138	127	265
Transferências correntes governamentais	- 2	1	- 1	- 14	- 7	- 21
Receitas	26	31	57	20	27	48
Despesas	28	30	58	34	34	68
Transferências correntes privadas	926	1 465	2 391	1 241	1 646	2 887
Receitas	1 027	1 542	2 570	1 345	1 739	3 084
Despesas	102	77	179	104	93	197
Manutenção de residentes	511	1 061	1 573	857	1 026	1 882
Receitas	591	1 120	1 711	923	1 095	2 018
Estados Unidos	275	629	904	511	598	1 109
Japão	214	319	533	254	291	545
Demais países	102	172	274	158	206	364
Despesas	80	58	138	67	69	136
Outras transferências	414	404	818	385	621	1 005
Receitas	436	423	859	422	645	1 066
Despesas	22	19	41	37	24	61

Conta financeira

A recomposição de reservas internacionais ocorrida em 2003 foi favorecida pela melhor percepção sobre a vulnerabilidade externa brasileira. Observe-se que a queda do risco-país ao longo do segundo semestre não se deveu exclusivamente à melhora dos fatores domésticos. A continuidade de políticas fiscais e monetárias

Quadro 5.22 – Saldo de transações correntes e necessidade de financiamento externo^{1/}

US\$ milhões

Período	Saldo de transações correntes			Investimentos estrangeiros diretos			Necessidade de financiamento externo			
	Valor		% PIB	Valor		% PIB	Valor		% PIB	
	Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses	Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses	Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses	
1998	-3 662	-33 416	-4,24	2 773	28 856	3,66	889	4 560	0,58	
1999	-2 999	-25 335	-4,72	2 353	28 578	5,33	646	-3 244	-0,60	
2000	-2 939	-24 225	-4,02	2 305	32 779	5,44	634	-8 555	-1,42	
2001	-1 787	-23 215	-4,55	3 659	22 457	4,41	-1 872	757	0,15	
2002	Jan	-1 181	-22 090	-4,37	1 475	22 276	4,41	- 294	- 185	-0,04
	Fev	-1 078	-21 414	-4,28	856	22 137	4,42	221	- 723	-0,14
	Mar	-1 009	-19 815	-4,00	2 387	22 438	4,53	-1 378	-2 623	-0,53
	Abr	-1 961	-19 399	-3,95	1 964	22 374	4,56	- 3	-2 975	-0,61
	Mai	-1 908	-19 121	-3,94	1 428	21 761	4,49	480	-2 640	-0,54
	Jun	-1 298	-18 309	-3,80	1 530	22 198	4,61	- 232	-3 888	-0,81
	Jul	- 550	-16 824	-3,52	930	20 638	4,32	- 380	-3 815	-0,80
	Ago	304	-15 375	-3,25	882	20 117	4,25	-1 186	-4 742	-1,00
	Set	1 228	-13 235	-2,82	1 236	19 865	4,23	-2 464	-6 630	-1,41
	Out	- 32	-10 826	-2,32	1 244	19 775	4,24	-1 212	-8 948	-1,92
	Nov	- 140	-9 414	-2,04	1 154	18 747	4,05	-1 014	-9 333	-2,02
	Dez	- 91	-7 718	-1,66	1 503	16 590	3,61	-1 412	-8 873	-1,95
2003	Jan	154	-6 382	-1,36	905	16 020	3,46	-1 059	-9 637	-2,10
	Fev	- 208	-5 513	-1,16	788	15 952	3,42	- 580	-10 439	-2,25
	Mar	167	-4 337	-0,91	284	13 849	2,95	- 451	-9 512	-2,04
	Abr	- 957	-3 332	-0,69	796	12 681	2,69	160	-9 348	-2,00
	Mai	872	- 552	-0,10	541	11 794	2,49	-1 414	-11 242	-2,38
	Jun	474	1 220	0,27	186	10 450	2,19	- 659	-11 670	-2,46
	Jul	740	2 510	0,53	1 247	10 766	2,24	-1 987	-13 277	-2,78
	Ago	1 217	3 424	0,72	980	10 864	2,26	-2 197	-14 288	-2,98
	Set	1 327	3 523	0,74	739	10 367	2,14	-2 067	-13 891	-2,87
	Out	59	3 614	0,75	314	9 438	1,94	- 373	-13 052	-2,68
	Nov	- 143	3 612	0,74	1 954	10 237	2,09	-1 811	-13 849	-2,83
	Dez	349	4 051	0,82	1 409	10 144	2,06	-1 758	-14 195	-2,88

1/ Necessidade de financiamento externo = déficit de transações correntes - investimento estrangeiro direto líquido (inclui empréstimos intercompanhias)

sólidas em muito contribuiu para esse resultado, ao restabelecer a confiança dos investidores internacionais, que elevaram o financiamento externo à economia brasileira. No entanto, tal quadro resultou, também, do expressivo aumento da liquidez internacional e da elevação significativa dos fluxos de capitais em direção aos mercados emergentes, em decorrência das baixas taxas de juros nos Estados Unidos e na União Européia.

Quadro 5.23 – Taxas de rolagem^{1/}

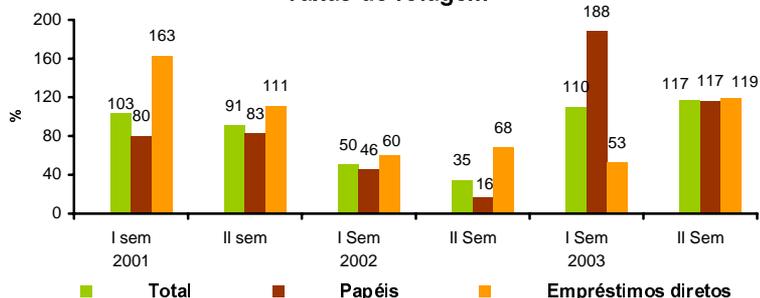
US\$ milhões

Discriminação	2002			2003		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	50%	35%	43%	110%	117%	114%
Desembolsos	2 617	1 763	4 380	3 442	5 437	8 879
Amortizações ^{2/}	5 186	5 058	10 244	3 487	5 487	8 974
<i>Notes e commercial papers</i>	46%	16%	31%	188%	117%	138%
Desembolsos	1 557	536	2 093	2 496	3 495	5 991
Amortizações ^{2/}	3 420	3 258	6 678	1 669	3 841	5 510
Empréstimos diretos	60%	68%	64%	53%	119%	84%
Desembolsos	1 060	1 226	2 286	811	2 152	1 942
Amortizações ^{2/}	1 766	1 800	3 566	1 590	3 118	1 647

1/ Operações de longo prazo.

2/ Exclui conversões em investimentos diretos.

Gráfico 5.11
Taxas de rolagem



Nota: exclui conversões de dívidas em investimentos diretos

Consolidando o processo de recuperação das expectativas relativas ao setor externo da economia brasileira, devido à redução do risco-Brasil, os percentuais de rolagem de papéis e empréstimos externos de médio e longo prazos do setor privado voltaram a subir desde meados do primeiro semestre. A taxa de rolagem de *notes* e *commercial papers* passou de 31%, em 2002, para 138%, em 2003, e a relativa a operações de empréstimos diretos, de 64% para 84%, no mesmo período de comparação. Mesmo assim, a conta capital e financeira registrou retração na captação de recursos externos, comparativamente ao resultado de 2002. Além disso, não houve recuperação no estoque de linhas interbancárias, que se situava em US\$20,2 bilhões em janeiro de 2002 e, após longo período caracterizado por quedas sucessivas, encerrou o exercício de 2003 em US\$13,6 bilhões.

O financiamento do balanço de pagamentos complementou-se com desembolsos de recursos do FMI, no âmbito do Programa de Assistência Financeira (PAF). O valor dos financiamentos externos, descontadas as operações de regularização com o FMI, foram inferiores aos observados na média de 2000/2001.

Quadro 5.24 – Investimentos estrangeiros diretos

US\$ milhões

Discriminação	2002			2003		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	9 641	6 949	16 590	3 500	6 643	10 144
Ingressos	13 466	12 994	26 460	7 802	11 436	19 238
Saídas	3 825	6 044	9 870	4 302	4 793	9 094
Participação no capital	9 125	7 993	17 118	3 315	6 006	9 320
Ingressos	9 969	8 991	18 960	5 020	8 067	13 087
Moeda	5 894	4 506	10 400	3 102	4 743	7 846
Autônomos	5 614	4 506	10 120	3 102	4 743	7 846
Privatizações	280	0	280	0	0	0
Conversões	4 059	4 425	8 484	1 905	3 308	5 213
Autônomos	4 059	4 425	8 484	1 905	3 308	5 213
Privatizações	0	0	0	0	0	0
Mercadoria	16	60	76	13	16	29
Saídas	844	998	1 842	1 706	2 062	3 767
Empréstimos intercompanhias	516	-1 044	- 528	186	637	823
Ingressos	3 497	4 003	7 500	2 782	3 368	6 150
Saídas	2 982	5 046	8 028	2 596	2 731	5 327
Das quais conversões	1 586	2 144	3 731	1 104	1 325	2 429
Memo:						
Contribuição líquida das conversões para IED	2 473	2 281	4 754	801	1 983	2 784
Desembolsos totais via conversões	4 059	4 425	8 484	1 905	3 308	5 213
Saídas de conversões de empr. intercompanhias	1 586	2 144	3 731	1 104	1 325	2 429

Ratificando a maior confiança por parte dos investidores externos, observou-se, no segundo semestre de 2003, movimento de recuperação do investimento estrangeiro direto (IED) que se situou, no período, em patamar semelhante ao registrado no primeiro semestre de 2002. Ainda assim, o resultado de 2003 atingiu US\$10,1 bilhões, ante US\$16,6 bilhões, no ano anterior.

O resultado relativo ao IED insere-se em um contexto de reduzido fluxo de investimento estrangeiro internacional. Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), o Investimento Direto Global somou US\$653 bilhões, em 2003, praticamente o mesmo valor registrado em 2002, e bastante inferior aos relativos aos dois anos anteriores. Em 2001, os fluxos globais de IED somaram US\$824 bilhões, ante US\$1,4 trilhão, em 2000.

No caso brasileiro, a retração atingiu 38,9% em 2003, comparativamente a 2002, e 60%, em relação a 2001. O recuo anual deveu-se, principalmente, à redução de 27,3%

nos ingressos. O fluxo líquido da participação no capital de empresas no país diminuiu US\$7,8 bilhões, e somou US\$9,3 bilhões, dos quais US\$5,2 bilhões resultantes de conversões de dívida externa em investimentos, as quais representam importante alteração no perfil do passivo externo. Ressalte-se que, dessas conversões, US\$2,4 bilhões originaram-se de amortizações de empréstimos intercompanhias, já incluídos no total dos investimentos estrangeiros diretos. Assim, a contribuição líquida das conversões aos investimentos limitou-se a US\$2,8 bilhões. Os empréstimos intercompanhias registraram desembolsos líquidos de US\$823 milhões, comparados a saídas líquidas de US\$528 milhões, em 2002. Em relação à privatização, não houve registro de operação em 2003, enquanto em 2002 ocorrera apenas uma, de US\$280 milhões, relativa ao Sistema Telebrás.

Quadro 5.25 – Investimento estrangeiro direto – Participação^{1/}

Por país

Discriminação	US\$ milhões					
	2002			2003		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	9 909	8 869	18 778	4 934	7 968	12 902
Estados Unidos	1 243	1 371	2 614	1 003	1 380	2 383
Ilhas Cayman	1 195	359	1 555	439	1 470	1 909
Países Baixos	1 983	1 389	3 372	619	825	1 444
Japão	158	347	504	231	1 137	1 368
França	1 487	327	1 815	461	364	825
Espanha	282	305	587	326	384	710
Bermudas	799	670	1 469	604	26	630
Ilhas Virgens Britânicas	223	278	501	120	430	550
Alemanha	277	352	628	257	249	506
Itália	232	240	473	217	173	390
Suíça	104	243	347	100	236	336
Reino Unido	136	338	475	46	207	253
Luxemburgo	165	848	1 013	76	162	238
Portugal	146	873	1 019	86	116	202
Uruguai	92	145	237	52	102	154
Panamá	91	50	141	52	95	147
Canadá	914	75	989	37	80	117
Cingapura	13	7	21	3	88	91
Noruega	21	39	60	25	30	55
Antilhas Holandesas	6	14	19	0	53	53
México	6	19	24	2	43	45
Suécia	56	149	205	4	39	43
Bahamas	61	144	205	15	21	36
Dinamarca	37	56	93	14	17	31
Bélgica	12	33	45	7	11	18
Áustria	2	33	34	7	4	11
Demais países	168	165	332	133	226	359

1/ Não inclui investimentos em bens, imóveis e moeda nacional.

Quadro 5.26 – Investimento estrangeiro direto – Participação^{1/}

Por setor

US\$ milhões

Discriminação	2002			2003		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	9 909	8 869	18 778	4 934	7 968	12 902
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	265	372	638	304	1 178	1 482
Extração de minerais metálicos	26	9	35	7	911	918
Extração de petróleo e serviços relacionados	210	297	508	176	189	365
Demais	29	66	95	121	78	199
Indústria	3 452	4 165	7 617	1 846	2 634	4 480
Fabr. e mont. de veículos automotores ^{2/}	413	1 406	1 819	326	640	966
Produtos químicos	895	678	1 573	460	455	916
Produtos alimentícios e bebidas	1 475	398	1 873	102	307	409
Metalurgia básica ^{3/}	63	75	139	333	18	351
Celulose, papel e produtos do papel	3	7	11	26	321	348
Material eletrônico e equips. de comunicação	49	494	544	90	238	328
Máquinas e equipamentos	122	268	391	109	148	256
Artigos de borracha e plástico	74	109	183	44	161	205
Máquinas, aparelhos e mat. elétricos	98	274	372	138	51	189
Edição, impressão e reprodução de gravações	11	33	44	22	123	145
Produtos de metal	33	58	91	61	46	107
Produtos minerais não metálicos	27	97	124	34	15	49
Produtos têxteis	55	43	98	13	21	34
Produtos de madeira	9	7	16	13	18	31
Máquinas p/ escritório e equip. de informática	34	61	95	3	5	8
Outras indústrias	91	156	247	71	68	139
Serviços	6 191	4 332	10 523	2 784	4 157	6 940
Correio e telecomunicações	2 506	1 684	4 190	919	1 890	2 810
Comércio	573	930	1 504	362	498	860
Serviços prestados a empresas	413	379	791	318	457	775
Intermediação financeira	730	476	1 206	370	336	706
Eletricidade, gás e água quente	1 257	277	1 534	394	257	651
Transporte	52	72	124	52	138	189
Atividades imobiliárias	78	119	197	53	135	188
Construção ^{4/}	76	72	148	31	147	177
Alojamento e alimentação	16	109	126	102	70	172
Atividades de informática e conexas ^{5/}	167	58	225	69	86	155
Seguros e previdência privada	169	47	216	80	48	128
Captação, tratamento e distrib. de água	49	45	94	1	49	50
Outros serviços	105	64	169	34	45	79

1/ Não inclui investimentos em bens, imóveis e moeda nacional.

2/ Inclui indústria de peças automotivas.

3/ Inclui siderurgia.

4/ Inclui obras de infra-estrutura relacionadas aos setores energético e de telecomunicações.

5/ Inclui internet.

Os investimentos estrangeiros diretos provenientes dos Estados Unidos, maior investidor direto, somaram US\$2,4 bilhões em 2003. Outras inversões expressivas foram as das Ilhas Cayman, US\$1,9 bilhão; dos Países Baixos, o principal investidor em 2002, US\$1,4 bilhão; e do Japão, US\$1,4 bilhão, quase três vezes mais recursos que no ano anterior. Em 2003, os demais países remeteram ao Brasil montante inferior a US\$1 bilhão, assinalando-se a retração nas inversões provenientes do Canadá, Portugal, Suécia, França e Reino Unido.

Os investimentos estrangeiros diretos por setor revelaram retração de 41,2% na indústria, de US\$7,6 bilhões para US\$4,5 bilhões. Essa redução concentrou-se nas indústrias de produtos alimentícios e bebidas, 78,2%; na fabricação e montagem de veículos automotores, 46,9%; e em produtos químicos, 41,8%. Os investimentos destinados ao setor serviços recuaram 34,1%, em especial em correio e telecomunicações, eletricidade, gás e água, comércio e intermediação financeira. Em sentido inverso, os investimentos estrangeiros diretos direcionados ao setor de extração de minerais metálicos atingiram US\$918 milhões, ante US\$35 milhões, em 2002.

Os investimentos estrangeiros líquidos em carteira totalizaram ingressos de US\$5,1 bilhões, ante amortizações de US\$4,8 bilhões, no ano anterior. Esse desempenho deveu-se à reação observada, principalmente, na colocação e na rolagem de títulos de renda fixa de longo prazo, negociados no exterior, conta cujo resultado passou de amortizações de US\$6,6 bilhões, em 2002, para ingressos de US\$1,9 bilhão, em 2003. As captações líquidas por meio de bônus somaram US\$2,3 bilhões, das quais US\$1,2 bilhão realizadas pelo setor privado e US\$1,1 bilhão, pelo setor público, estas favorecidas pelo retorno do país ao mercado de colocação de bônus soberanos, do qual esteve afastado desde meados de abril de 2002.

Os investimentos estrangeiros em ações experimentaram forte recuperação ao longo do ano e somaram ingressos líquidos de US\$3 bilhões, 78,5% dos quais ocorreram no segundo semestre e estiveram concentrados em ações negociadas no país, US\$2,1 bilhões no ano. As colocações da *American Depositary Receipts* (ADR), cujos ingressos líquidos de US\$878 milhões representaram aproximadamente um terço do valor registrado no ano anterior, apresentaram receitas de US\$1,1 bilhão, ante US\$3 bilhões, em 2002.

Os títulos de curto prazo somaram ingressos líquidos de US\$326 milhões, comparativamente a saídas líquidas de US\$815 milhões, em 2002. Esse comportamento ocorreu apesar de elevadas amortizações, sobretudo no segundo semestre, de US\$3,5 bilhões no ano, ante US\$2 bilhões, no ano anterior. Contribuíram para o ingresso líquido, em 2003, o elevado cupom cambial, no início do ano, o reduzido preço das ações, quando consideradas em dólares, e a melhora na percepção externa sobre os indicadores brasileiros, reduzindo os riscos das aplicações no Brasil.

Quadro 5.27 – Investimentos estrangeiros em carteira

US\$ milhões

Discriminação	2002			2003		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	1 236	-6 034	-4 797	3 995	1 134	5 129
Receitas	11 905	6 447	18 352	11 770	15 577	27 347
Despesas	10 669	12 481	23 150	7 775	14 443	22 218
Investimentos em ações	2 002	- 21	1 981	639	2 334	2 973
Receitas	5 588	4 467	10 055	4 021	6 531	10 552
Despesas	3 586	4 488	8 074	3 382	4 197	7 579
Negociadas no país	- 113	- 611	- 723	403	1 691	2 094
Receitas	3 339	3 764	7 103	3 681	5 794	9 475
Despesas	3 451	4 375	7 826	3 278	4 103	7 381
Negociadas no ext. (ADR)	2 114	590	2 704	236	643	878
Receitas	2 250	702	2 952	340	737	1 076
Despesas	135	113	248	104	94	198
Títulos de renda fixa	- 765	-6 013	-6 777	3 357	-1 201	2 156
Receitas	6 317	1 981	8 297	7 749	9 046	16 795
Despesas	7 081	7 993	15 075	4 393	10 246	14 639
Negociados no país	- 17	- 206	- 223	57	215	272
Médio e longo prazos	- 12	- 205	- 218	34	129	163
Receitas	253	285	538	278	439	717
Despesas	265	491	756	244	310	555
Curto prazo	- 4	- 1	- 5	23	87	109
Receitas	170	213	383	186	293	479
Despesas	174	214	388	163	207	370
Negociados no exterior	- 748	-5 807	-6 555	3 300	-1 416	1 884
Bônus	3 198	-1 600	1 598	1 406	914	2 319
Privados	94	- 444	- 350	605	637	1 242
Desembolsos	161	0	161	625	637	1 262
Amortizações	66	444	511	20	0	20
Públicos	3 104	-1 156	1 948	801	276	1 077
Desembolsos	3 940	0	3 940	2 250	3 575	5 825
Novos ingressos	3 910	0	3 910	2 250	2 377	4 627
Refinanciamentos	30	0	30	0	1 198	1 198
Amortizações	836	1 156	1 992	1 449	3 299	4 748
Pagas	806	1 156	1 962	1 449	2 100	3 550
Refinanciadas	30	0	30	0	1 198	1 198
Valor de face	30	0	30	0	1 289	1 289
Descontos obtidos	- 1	0	- 1	0	90	90
Notes e commercial papers	-3 274	-4 065	-7 338	222	- 983	- 761
Desembolsos	1 557	536	2 093	1 871	2 857	4 729
Amortizações	4 831	4 601	9 432	1 649	3 841	5 490
Títulos de curto prazo	- 673	- 142	- 815	1 672	-1 346	326
Desembolsos	236	946	1 182	2 539	1 244	3 783
Amortizações	908	1 088	1 996	867	2 590	3 457

Quadro 5.28 – Outros investimentos estrangeiros

US\$ milhões

Discriminação	2002			2003		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	6 126	-3 124	3 002	4 192	-6 388	-2 196
Crédito comercial (de fornecedores)	2 241	352	2 592	- 151	1 143	992
Longo prazo	- 889	- 481	-1 370	- 389	- 503	- 892
Desembolsos	639	645	1 284	527	548	1 075
Amortizações	1 527	1 126	2 654	916	1 051	1 967
Curto prazo (líquido)	3 130	833	3 962	238	1 646	1 884
Empréstimos	3 858	-2 827	1 031	4 248	-8 044	-3 796
Autoridade monetária	5 529	5 834	11 363	8 157	-3 513	4 645
Operações de regularização	5 588	5 893	11 480	8 220	-3 450	4 769
FMI	5 588	5 893	11 480	8 220	-3 450	4 769
Desembolsos	9 972	6 073	16 045	13 411	4 185	17 596
Amortizações	4 384	180	4 564	5 191	7 635	12 826
Outros empréstimos de longo prazo	- 59	- 59	- 118	- 62	- 62	- 125
Desembolsos	0	0	0	0	0	0
Amortizações	59	59	118	62	62	125
Demais setores	-1 671	-8 661	-10 332	-3 909	-4 532	-8 441
Longo prazo	-3 454	-1 866	-5 321	-2 920	-1 801	-4 721
Desembolsos	4 035	7 080	11 115	4 724	5 386	10 110
Organismos ^{1/}	910	2 963	3 872	1 304	1 475	2 779
Agências	547	972	1 519	1 142	589	1 731
Compradores	1 519	1 919	3 438	1 333	1 379	2 712
Empréstimos diretos	1 060	1 226	2 286	946	1 942	2 888
Amortizações	7 490	8 946	16 436	7 644	7 187	14 831
Organismos ^{1/}	723	1 789	2 511	1 799	2 180	3 979
Agências	673	1 357	2 030	1 147	1 439	2 585
Compradores	4 239	4 000	8 239	2 881	1 922	4 803
Empréstimos diretos	1 855	1 800	3 655	1 817	1 647	3 464
Curto prazo	1 784	-6 795	-5 011	- 989	-2 731	-3 720
Moeda e depósitos	27	- 648	- 621	93	511	605
Outros passivos	0	0	0	1	2	3
Longo prazo	0	0	0	1	2	3
Curto prazo	0	0	0	0	0	0

1/ Inclui Corporação Financeira Internacional (CFI).

Outros investimentos estrangeiros no país apresentaram saídas líquidas de US\$2,2 bilhões. O crédito comercial de fornecedores somou US\$1 bilhão, ante US\$2,6 bilhões, em 2002. Nessa conta, os créditos de longo prazo, que em 2002 haviam registrado remessas líquidas de US\$1,4 bilhão, apresentaram saídas líquidas de US\$892 milhões. Os créditos de curto prazo líquidos sofreram forte redução, passando de ingressos de US\$4 bilhões para US\$1,9 bilhão, em 2003. Os demais empréstimos apresentaram amortizações líquidas de US\$3,8 bilhões. Os desembolsos líquidos do FMI somaram US\$4,8 bilhões, insuficientes para compensar as amortizações líquidas dos demais itens da conta, que atingiram US\$8,4 bilhões. Os empréstimos de longo prazo totalizaram amortizações líquidas de US\$4,7 bilhões,

concentradas em pagamentos de empréstimos de compradores, diretamente relacionados ao comércio de bens, que somaram US\$2,1 bilhões, comparados a US\$4,8 bilhões, em 2002. Adicionalmente, observou-se amortização líquida de US\$1,2 bilhão de empréstimos de organismos, que, em 2002, havia registrado desembolsos líquidos de US\$1,4 bilhão e, ainda, amortizações de US\$854 milhões e de US\$576 milhões, pagas respectivamente a agências e a empréstimos diretos. Os empréstimos de curto prazo registraram remessas líquidas de US\$3,7 bilhões, ante US\$5 bilhões, no ano anterior. Os ingressos líquidos de recursos de não-residentes mantidos no país sob a forma de depósitos e moeda somaram US\$605 milhões, comparados a saídas líquidas de US\$621 milhões em 2002.

Quadro 5.29 – Investimentos brasileiros diretos

US\$ milhões

Discriminação	2002			2003		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-1 033	-1 449	-2 482	- 656	407	- 249
Retornos	302	283	585	465	1 272	1 737
Saídas	1 335	1 732	3 067	1 122	865	1 986
Participação no capital	-1 143	-1 258	-2 402	- 675	613	- 62
Retornos	166	250	417	437	1 208	1 645
Saídas	1 310	1 509	2 818	1 112	594	1 707
Empréstimos intercompanhias	110	- 191	- 81	19	- 206	- 187
Ingressos	136	33	168	28	64	93
Saídas	26	223	249	9	270	280

As saídas líquidas de US\$249 milhões em investimentos brasileiros diretos no exterior representaram um décimo daquelas registradas no ano anterior. Em 2003, do total remetido, US\$62 milhões referiram-se a aumento de participações. Os empréstimos de empresas brasileiras a coligadas no exterior representaram saídas líquidas de US\$187 milhões, ante US\$81 milhões em 2002.

Os investimentos brasileiros em carteira no exterior totalizaram ingressos de US\$179 milhões em 2003, comparados a saídas de US\$321 milhões no ano anterior, registrando-se saídas líquidas de US\$258 milhões em investimentos em ações. Os títulos de renda fixa apresentaram saldo líquido de US\$437 milhões, ante retorno líquido de US\$67 milhões, no ano anterior.

Outros investimentos brasileiros no exterior registraram saídas líquidas de US\$7,8 bilhões, mais que o dobro das remessas de 2002. Esse comportamento foi resultado, principalmente, de investimentos na forma de moeda e depósitos, que proporcionaram saídas líquidas de US\$6,6 bilhões, dos quais US\$5 bilhões representando constituição de ativos externos de bancos no exterior, contrapartida do fluxo positivo de capitais

Quadro 5.30 – Investimentos brasileiros em carteira

US\$ milhões

Discriminação	2002			2003		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	- 332	11	- 321	- 94	273	179
Receitas	426	590	1 016	615	1 189	1 805
Despesas	758	580	1 337	710	916	1 626
Investimentos em ações	- 276	- 112	- 389	- 167	- 91	- 258
Receitas	80	240	320	35	31	66
Despesas	356	353	709	202	122	324
<i>Brazilian Depositary Receipts (BDR)</i>	6	100	106	- 8	- 2	- 10
Receitas	6	108	113	1	1	2
Despesas	0	7	7	9	3	12
Demais	- 282	- 213	- 495	- 160	- 88	- 248
Receitas	74	133	207	34	30	64
Despesas	356	345	702	193	119	312
Títulos de renda fixa	- 55	123	67	73	363	437
Receitas	346	350	696	580	1 158	1 738
Colaterais	0	0	0	0	359	359
Demais	346	350	696	580	799	1 379
Despesas	402	227	629	507	794	1 302

para o país, e US\$1,6 bilhão associados à remessas de setores não financeiros. Os empréstimos de longo prazo ao exterior somaram US\$891 milhões, praticamente a metade do resultado do ano anterior. Os outros ativos totalizaram saídas líquidas de US\$363 milhões, dos quais US\$286 milhões em curto prazo.

Quadro 5.31 – Outros investimentos brasileiros

US\$ milhões

Discriminação	2002			2003		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	- 961	-2 251	-3 211	-1 527	-6 282	-7 809
Empréstimos	- 484	-1 256	-1 740	- 20	- 872	- 891
Longo prazo	- 551	-1 173	-1 724	- 96	- 570	- 665
Receitas	777	961	1 739	1 089	872	1 962
Despesas	1 329	2 134	3 462	1 185	1 442	2 627
Curto prazo (líq.)	68	- 83	- 16	76	- 302	- 226
Moeda e depósitos	- 475	- 825	-1 300	-1 344	-5 212	-6 555
Bancos	1 338	3 003	4 341	- 533	-4 452	-4 985
Demais setores	-1 813	-3 828	-5 641	- 811	- 759	-1 570
Demais	-1 813	-3 828	-5 641	- 811	- 759	-1 570
Outros ativos	- 2	- 170	- 172	- 164	- 198	- 363
Longo prazo	- 53	- 70	- 122	- 41	- 36	- 77
Receitas	2	2	3	0	1	1
Despesas	54	71	126	41	37	78
Curto prazo	51	- 101	- 50	- 123	- 162	- 286

Reservas internacionais

Em 2003, as reservas internacionais totalizaram US\$49,3 bilhões, com crescimento de US\$11,5 bilhões em relação ao estoque do final do ano anterior. As intervenções do Banco Central no mercado doméstico de câmbio totalizaram compras líquidas

Quadro 5.32 – Fluxos financeiros por credor externo – Itens selecionados^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2000	2001	2002	2003
Bird ^{2/}	305	207	- 81	- 906
Desembolsos	1 837	1 789	1 681	1 327
Amortizações	1 156	1 135	1 355	1 898
Juros	376	447	407	335
BID	1 885	144	247	-1 448
Desembolsos	2 837	1 294	2 041	1 302
Amortizações	322	508	1 157	2 081
Juros	630	642	638	669
FMI	-7 259	6 616	11 003	3 673
Desembolsos	0	6 757	16 045	17 596
Amortizações	6 876	0	4 565	12 826
Juros	383	141	477	1 097
Agências governamentais				
Agências	- 493	- 870	-1 184	-1 366
Desembolsos	1 034	1 739	1 519	1 731
Amortizações	988	1 879	2 030	2 585
Juros	539	730	673	512
memo:				
Clube de Paris	- 754	-1 363	-1 519	-1 474
Amortizações	469	914	1 126	1 206
Juros	285	449	393	268
Bônus	- 478	-3 666	-2 958	-2 788
Desembolsos	12 222	9 699	4 101	7 087
Novos ingressos	6 086	7 549	4 070	5 889
Refinanciamentos	6 136	2 150	30	1 198
Amortizações	8 515	8 539	2 504	4 768
Pagas	2 370	6 389	2 473	3 570
Refinanciadas	6 145	2 150	30	1 198
Juros	4 185	4 826	4 555	5 107
Notes e commercial papers	-2 238	-7 538	-11 255	-4 039
Desembolsos	6 496	7 350	2 093	4 729
Amortizações	4 610	10 468	9 432	5 490
Juros	4 124	4 420	3 917	3 278
Intercompanhias – IED	1 630	2 389	-1 586	- 325
Desembolsos	6 888	8 924	7 500	6 150
Amortizações	4 125	5 232	8 028	5 327
Juros	1 133	1 303	1 058	1 148
Bancos ^{3/}	-3 450	-2 732	-8 020	-4 148
Desembolsos	10 219	9 460	5 724	5 600
Amortizações	10 724	9 809	11 894	8 267
Juros	2 945	2 382	1 850	1 481
De empréstimos	2 067	1 625	1 075	951
De financiamentos	878	757	775	530

1/ Não inclui fornecedores.

2/ Inclui CFI.

3/ Inclui empréstimos de bancos e créditos de compradores.

de US\$1,6 bilhão, as quais ocorreram somente de janeiro a maio de 2003, além de se concentrarem, de março em diante, na recompra de linhas ofertadas anteriormente.

As operações externas do Banco Central somaram receitas líquidas de US\$9,9 bilhões. Ressaltaram-se os desembolsos de US\$23 bilhões, especialmente em organismos, em virtude do PAF, com saques de US\$18,5 bilhões, dos quais US\$17,6 bilhões relativos ao FMI e US\$902 milhões, ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Ocorreram, ainda, desembolsos de US\$5,8 bilhões relativos aos lançamentos dos bônus *Global 07N* (US\$1 bilhão), *Global 13* (US\$1,25 bilhão), *Global 11* (US\$1,25 bilhão), *Global 24B* (US\$825 milhões) e *Global 10N* (US\$1,5 bilhão), sendo US\$4,5 bilhões em recursos novos e US\$1,3 bilhão em troca de dívida.

As amortizações totalizaram US\$15,5 bilhões, assim distribuídas: US\$1,9 bilhão de bônus, US\$125 milhões de *Multi-Year Deposit Facility Agreement (MYDFA)*, US\$12,8 bilhões a organismos (PAF) e US\$706 milhões ao Clube de Paris.

A despesa líquida de juros somou US\$1,5 bilhão, com destaque para pagamentos de US\$1,8 bilhão relativos a bônus, despesas de US\$1,1 bilhão junto ao FMI e para as receitas de US\$1,5 bilhão provenientes da remuneração das reservas.

As demais operações totalizaram receitas líquidas de US\$3,9 bilhões, especialmente devido aos ganhos de US\$2,7 bilhões em paridade, e de US\$232 milhões em preços de títulos.



Quadro 5.33 – Demonstrativo de variação das reservas internacionais

US\$ milhões

Discriminação	2001	2002	2003
I - Posição das reservas (final do ano anterior)	33 011	35 866	37 823
1. Compras (+)/vendas (-) do Banco Central (intervensões)	- 7 225	- 9 113	1 591
Pronto	- 7 225	- 5 910	- 185
Linhas com recompra	-	- 1 771	1 776
Linhas para exportação	-	- 1 432	-
2. Operações externas do Banco Central	10 080	11 070	9 882
Desembolsos	14 582	21 332	22 998
Bônus	6 680	3 940	4 500
Organismos	7 902	17 392	18 498
Amortizações	- 3 891	- 8 171	- 15 511
Bônus e MYDFA	- 2 844	- 2 111	- 1 977
Organismos	- 115	- 4 921	- 12 828
Clube de Paris	- 932	- 1 139	- 706
Juros	- 3 174	- 3 553	- 1 482
Bônus e MYDFA	- 4 494	- 4 148	- 1 753
Organismos	- 151	- 622	- 1 097
Clube de Paris	- 467	- 393	- 162
Remuneração das reservas	1 938	1 609	1 531
Demais ^{1/}	2 562	1 462	3 876
II - Total das operações do Banco Central (1+2)	2 855	1 957	11 473
III - Posição das reservas (final de período)	35 866	37 823	49 296
Memo:			
Mercado de câmbio liquidado:	- 7 225	- 7 342	- 185
Operações com clientes no país (líquido)	3 152	- 4 060	3 078
Fluxo de operações interbancárias com o exterior (líquido)	- 6 227	- 9 133	- 1 649
Variação da posição dos bancos (líquido) ^{2/}	- 4 150	5 850	- 1 614
Reservas líquidas ajustadas (exclui empréstimo do FMI) ^{3/}	27 797	16 339	20 525
Reservas líquidas ajustadas – Acordo FMI	27 837	14 232	17 369

1/ Compreende recebimento/pagamento de CCR, flutuação nos preços dos papéis, variação na paridade das moedas e preço do ouro, recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, liberação de garantias colaterais e variação de derivativos financeiros (*forwards*).

2/ A variação de posição dos bancos não é afetada pelas intervenções de linhas com recompra. Assim, o resultado do mercado de câmbio consolidado coincide apenas com as intervenções do Banco Central nas modalidades "pronto" e "linhas para exportação".

3/ As reservas líquidas ajustadas denominadas em dólares consideram as paridades do mês anterior para mensurar os ativos denominados em outras moedas que não o dólar norte-americano. Para efeito de cumprimento do critério de desempenho, no âmbito do acordo com o FMI, devem ser observados os parâmetros de cálculo das reservas líquidas ajustadas estabelecidos pelo MTE da 3ª revisão do acordo stand-by. Nesse caso, as reservas líquidas ajustadas denominadas em dólares consideram as paridades definidas em datas estabelecidas pelo MTE para mensurar os ativos denominados em outras moedas que não o dólar norte-americano, inclusive em DES. O mesmo vale para o preço do ouro. Ainda conforme o MTE, do total das reservas líquidas ajustadas devem ser excluídos os depósitos em bancos domiciliados no exterior, mas com sede no país, e os títulos de emissão de residentes que excederem, juntos, US\$1.023 milhões. O valor excedente até 2003 é de US\$2.520 milhões. Observados os parâmetros de cálculo estabelecidos pelo MTE, as reservas líquidas ajustadas totalizaram US\$17.369 milhões em dezembro de 2003.

Programa de assistência financeira – Acompanhamento do critério de desempenho com o FMI

No âmbito do programa de assistência financeira, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram estabelecidos critérios para o cálculo das reservas internacionais líquidas ajustadas (RLA), definida como as reservas oficiais brutas menos o passivo oficial bruto.

Quadro 5.34 – Demonstrativo das reservas internacionais

Acompanhamento do critério de desempenho com o FMI

US\$ milhões

Discriminação	2002	2003
I - Liquidez internacional	37 823	49 296
(-) Empréstimos do FMI	20 793	28 374
(-) Excesso de depósitos em bancos bras. domiciliados no exterior (b-a)	- 358	- 358
a - Posição em 14.9.2001 (definida no MTE)	408	408
b - Posição no mês	50	50
(-) Excesso de títulos de emissão de residentes (d-c)	3 296	2 878
c - Posição em 14.9.2001 (definida no MTE)	615	615
d - Posição no mês ^{1/}	3 911	3 493
(-) Variação por paridade e preço	- 139	1 033
II - RLA para fins de acordo com o FMI ^{2/}	14 232	17 369

1/ Inclui as operações de *buy-back*, conforme medidas anunciadas pelo Banco Central em 13.6.2002. Total de compras até dezembro de 2003: US\$2.759 milhões.

2/ Denominadas em dólares consideram as paridades definidas em datas estabelecidas pelo MTE para mensurar os ativos denominados em outras moedas que não o dólar norte-americano, inclusive em direitos especiais de saque (DES). O mesmo. Ainda conforme o MTE, do total das reservas líquidas ajustadas devem ser excluídos os depósitos em bancos domiciliados no exterior, mas com sede no país, e os títulos de emissão de residentes que excederem, juntos, US\$1.023 milhões.

Quadro 5.35 – Critério de desempenho para as reservas internacionais – 2003

Acordo com o FMI

US\$ milhões

Período	Reservas líquidas ajustadas	
	Piso	Ocorrido ^{1/}
Jan	5 000	14 758
Fev	5 000	14 256
Mar	5 000	14 154
Abr	5 000	13 001
Mai	5 000	14 240
Jun	5 000	14 594
Jul	5 000	14 389
Ago	5 000	15 420
Set	5 000	16 167
Out	5 000	17 514
Nov	5 000	17 164
Dez	5 000	17 369

1/ Ajustes por paridades definidas no âmbito dos acordos.

Segundo o MTE, as reservas oficiais brutas compreendem: i) disponibilidades monetárias; ii) ouro não comprometido; iii) haveres em Direito Especial de Saque (DES); iv) posição de reserva no FMI e v) haveres em instrumentos de renda fixa. A data-base para o cálculo da variação de paridades dos haveres de i) a iv), assim como para os itens do passivo, denominados em outras moedas que não o dólar norte-americano, é definida e fixada pelo MTE. O item v) é contabilizado pelo valor de mercado. Ainda conforme o MTE, os depósitos contra bancos domiciliados no exterior, mas com sede no país, e os haveres em títulos de emissão de residentes, que excederem, juntos, US\$1.023 milhões (nível existente em 14 de setembro de 2001), devem ser excluídos das reservas líquidas ajustadas.

O passivo oficial bruto compreende as obrigações junto ao FMI, as obrigações de curto prazo e eventual posição cambial líquida devedora do Banco Central.

O MTE estabeleceu, ainda, piso mínimo (critério de desempenho) de US\$5 bilhões para as reservas internacionais líquidas ajustadas, em setembro de 2002. Os pisos foram superados ao longo do ano e, em dezembro, as reservas líquidas ajustadas, de acordo com o critério do MTE, somaram US\$17,4 bilhões.

Dívida externa

Em dezembro de 2003, a dívida externa total atingiu US\$215 bilhões, aumento de US\$4,2 bilhões em relação ao estoque de dezembro de 2002. A dívida de médio e longo prazos registrou aumento de US\$7,4 bilhões e a de curto prazo, redução de US\$3,2 bilhões, situando-se em US\$20,2 bilhões. O estoque de empréstimos intercompanhias alcançou US\$20,5 bilhões, dos quais US\$16,1 bilhões referentes a empréstimos de médio e longo prazos.

A dívida com o FMI, em dezembro de 2003, totalizou US\$28,3 bilhões, aumento de US\$7,5 bilhões em relação à posição do ano anterior, registrando-se desembolsos de US\$17,6 bilhões e amortizações de US\$12,8 bilhões. A variação de paridade DES em relação ao dólar americano no período explica o restante do aumento na posição da dívida.

O estoque de bônus aumentou US\$3,7 bilhões em dezembro de 2003, em relação ao mesmo mês de 2002. A parcela composta por *Bradies* reduziu-se US\$2,2 bilhões no período, passando a representar 26% do total do estoque de bônus soberanos. O estoque dos demais bônus aumentou US\$5,9 bilhões, 74% do total, sendo 95,6% dessa participação em bônus da República e o restante em bônus do setor privado.

Da dívida externa de médio e longo prazos em dezembro de 2003, 31,7% referiam-se a bônus, 29,2% a créditos relativos a empréstimos em moeda e 24,6% a financiamentos

Quadro 5.36 – Endividamento externo bruto^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003-Dez
A. Dívida total (B+C)	223 996	216 921	209 934	210 711	214 898
B. Dívida de médio e longo prazos ^{2/}	197 387	189 501	182 276	187 316	194 736
Programa de assistência financeira	12 281	1 771	8 346	20 793	28 255
FMI	8 834	1 771	8 346	20 793	28 255
BIS	3 150	-	-	-	-
BoJ	297	-	-	-	-
Demais empréstimos do FMI	-	-	-	-	-
Bônus de dívida reestruturada (<i>Bradies</i>)	35 330	25 250	18 958	18 226	16 068
Demais bônus ^{3/}	16 509	29 504	36 024	39 848	45 747
Financiamentos de importações	61 608	58 769	48 618	48 321	47 869
Organismos internacionais	18 544	21 504	22 440	24 377	23 433
Agências governamentais	14 812	14 237	12 418	12 731	12 856
Outros financiadores	28 252	23 027	13 760	11 213	11 579
Empréstimos em moeda	71 529	74 197	70 330	60 127	56 797
<i>Notes</i> ^{4/}	61 779	61 024	57 007	48 539	46 661
Empréstimos diretos	9 750	13 173	13 323	11 588	10 136
Empréstimos diversos	130	10	-	-	-
C. Dívida de curto prazo	26 609	27 420	27 658	23 395	20 163
Linhas de crédito de importação de petróleo	3 318	2 572	364	65	-
Bancos comerciais	18 954	18 164	16 850	15 059	14 791
Financiamento rural (Resolução 2.483)	542	319	-	-	-
Outras operações ^{5/}	3 795	6 364	10 444	8 271	5 372
Financiamentos	2 616	3 850	6 121	4 760	1 299
Empréstimos	1 179	2 514	4 323	3 512	4 073
D. Empréstimos intercompanhias	15 859	19 236	15 901	16 978	20 484
E. Dívida total + empréstimos intercompanhias (A+D)	239 855	236 157	225 835	227 689	235 383

1/ A partir de 2001, contempla a revisão na posição de endividamento, que aparta as vencidas, e exclui estoque de princípio relativo a intercompanhias. Para os anos anteriores, os estoques de empréstimos intercompanhias também passaram a ser apresentados separadamente.

2/ As posições referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central, que podem não coincidir com os números apresentados no balanço de pagamentos, que especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

3/ Inclui *pré-bradies* (BIB e *Exit Bond*).

4/ Inclui *commercial papers* e *securities*.

5/ A partir de 1997, inclui, além de operações do Banco Central, *bridge loans* e empréstimos para repasse a empresas exportadoras. Em 1999, inclui ainda, captações de curto prazo de *commercial paper*, *notes*, bônus, empréstimos diretos e financiamentos de importação amparados em registro no Banco Central.

de comércio. A parcela restante, 14,5%, referia-se a empréstimos do FMI. O estoque de empréstimos em moeda apresentou redução de US\$3,3 bilhões no período em análise, com as *notes*, *commercial papers* e *securities* sendo responsáveis pela contração de US\$1,9 bilhão. Vale ressaltar que, do total de reduções nos empréstimos em moeda, US\$1,2 bilhão voltou na forma de conversão em investimentos diretos.

Os financiamentos de comércio diminuíram em US\$452 milhões, resultado para o qual contribuiu a diminuição em US\$944 milhões do financiamento de organismos internacionais.

A dívida de curto prazo, em dezembro de 2003, diminuiu 13,8% em relação à posição de dezembro de 2002. Esse resultado foi influenciado pelo desempenho dos financiamentos de outras operações, que retraíram US\$3,5 bilhões no período.

Considerando somente o estoque de dívida externa registrada, que representava 93,1% da dívida externa total, o setor público figurava como maior devedor, com 64,7% do total da dívida externa registrada, acumulando US\$130 bilhões em recursos de médio e longo prazos. Os 35,3% restantes da dívida externa registrada, representados pelo setor privado, dividiam-se em US\$65,2 bilhões de médio e longo prazos e US\$5,4 bilhões de curto prazo. O endividamento de médio e longo prazos do setor privado concentrava-se na modalidade *notes*, US\$41,8 bilhões, responsável por 59,2% do total.

Quadro 5.37 – Dívida externa registrada

US\$ milhões

Devedor	Credor				
	Bônus	Clube de Paris	Organismos ^{1/}	Bancos	Notes ^{2/}
A. Total	61 865	4 900	51 714	19 599	48 226
B. Médio e longo prazos	61 815	4 900	51 688	16 370	46 661
Setor público	59 837	4 900	49 165	4 924	6 438
Setor público não financeiro	59 523	4 900	45 977	3 384	2 247
Tesouro Nacional	59 350	4 900	9 687	1 351	-
Banco Central do Brasil	-	-	28 255	540	-
Estatais	173	-	2 247	1 424	2 247
Estados e municípios	-	-	5 788	69	-
Setor financeiro	314	-	3 188	1 540	4 191
Setor privado	1 978	-	2 523	11 446	40 223
Não financeiro	1 253	-	2 359	7 316	31 262
Financeiro	725	-	164	4 130	8 961
C. Curto prazo	50	-	26	3 229	1 565
Empréstimos	50	-	-	2 384	1 565
Não financeiro	50	-	-	363	1 060
Financeiro	-	-	-	2 021	505
Financiamento de importações	-	-	26	845	-
Não financeiro	-	-	-	298	-
Financeiro	-	-	26	547	-
D. Empréstimos intercompanhias	35	-	-	-	2 982
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	61 900	4 900	51 714	19 599	51 208

(continua)

Quadro 5.37 – Dívida externa registrada (continuação)

US\$ milhões

Posição: 31.12.2003

Devedor	Credor			
	Agências	Fornecedores	Outros	Total
A. Total	7 957	5 465	382	200 107
B. Médio e longo prazos	7 957	5 037	308	194 736
Setor público	3 549	630	63	129 505
Setor público não financeiro	3 082	610	63	119 785
Tesouro Nacional	981	461	-	76 729
Banco Central do Brasil	55	-	-	28 850
Estatais	1 542	147	63	7 843
Estados e municípios	505	2	-	6 364
Setor financeiro	467	20	-	9 720
Setor privado	4 408	4 407	245	65 230
Não financeiro	4 175	4 393	50	50 808
Financeiro	233	14	195	14 422
C. Curto prazo	-	428	74	5 372
Empréstimos	-	-	74	4 073
Não financeiro	-	-	1	1 474
Financeiro	-	-	73	2 599
Financiamento de importações	-	428	-	1 299
Não financeiro	-	427	-	725
Financeiro	-	1	-	574
D. Empréstimos intercompanhias	-	-	17 468	20 484
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	7 957	5 465	17 849	220 592

1/ Inclui FMI.

2/ Inclui *commercial papers* e empréstimos securitizados.

O setor público não financeiro detinha, em dezembro de 2003, US\$120 bilhões em dívida externa de médio e longo prazos. Desse total, 64,1% concentravam-se em obrigações do Tesouro Nacional, dos quais US\$59,4 bilhões na modalidade bônus. Da dívida do Banco Central, US\$28,3 bilhões referiam-se a créditos fornecidos pelo FMI e US\$540 milhões ao MYDFA, empréstimo originário de dívida reestruturada. A dívida dos governos estaduais e municipais representava 5,3% do total do setor público não-financeiro, concentrada em créditos de organismos internacionais. A dívida de estatais, 6,6% do total do setor público não financeiro, concentrava-se em créditos de organismos internacionais e em *notes*.

A dívida contratada com aval do setor público atingiu US\$41,2 bilhões em dezembro de 2003. Desse total, apenas US\$225 milhões eram dívida do setor privado. Os demais US\$41 bilhões referiam-se a dívidas com aval do governo central ao setor público.

Quadro 5.38 – Dívida pública externa registrada

Composição do principal por devedor e avalista

US\$ milhões

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003-Dez
Governo federal (contratada diretamente)	68 959	72 592	71 191	75 323	76 729
Estados e municípios	5 401	5 575	5 436	6 149	6 364
Direta	320	97	2	3	2
Com aval	5 081	5 478	5 434	6 146	6 363
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	30 398	21 439	26 823	39 650	48 328
Direta	19 575	14 242	13 658	13 539	13 708
Com aval	10 823	7 197	13 165	26 111	34 620
Setor privado (com aval do setor público)	919	919	396	328	225
Total geral	105 677	100 525	103 845	121 450	131 646
Direta	88 854	86 931	84 851	88 866	90 439
Com aval	16 823	13 594	18 995	32 584	41 207
Pelo governo federal	16 622	13 246	18 924	32 376	41 023
Pelos estados e municípios	3	1	-	-	-
Pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	198	347	70	208	184

Quadro 5.39 – Dívida externa registrada – Por devedorEsquema de amortização^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	Estoque	2004	2005	2006	2007	2008
A. Dívida total (B+C)	200 107	44 624	30 726	27 668	25 583	12 877
B. Dívida de médio e longo prazos	194 736	39 253	30 726	27 668	25 583	12 877
Setor público não financeiro	119 785	16 047	16 232	17 143	17 483	6 385
Governo central (impacto em reserva)	105 579	13 898	14 027	15 740	16 219	5 165
Demais	28 255	4 360	6 775	8 406	8 714	-
Setor público financeiro	14 206	2 149	2 205	1 403	1 263	1 219
Setor privado	9 720	1 305	1 831	1 358	505	1 260
C. Dívida de curto prazo	5 372	5 372	-	-	-	-
Setor público não financeiro	11	11	-	-	-	-
Setor público financeiro	1 905	1 905	-	-	-	-
Setor privado	3 456	3 456	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	20 484	9 020	2 402	1 834	1 542	842
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	220 592	53 644	33 128	29 502	27 125	13 719

(continua)

O esquema de amortização para o endividamento de médio e longo prazos, posição de dezembro de 2003, revelou concentração de 64,3% dos vencimentos entre os anos de 2004 a 2007. A dívida de médio e longo prazos do setor público concentrou 55,2%

Quadro 5.39 – Dívida externa registrada – Por devedor (continuação)Esquema de amortização^{1/}

US\$ milhões Discriminação	Posição: 31.12.2003					
	2009	2010	2011	2012	2013	Posteriores e vencidos
A. Dívida total (B+C)	8 537	7 992	6 466	5 597	4 584	25 453
B. Dívida de médio e longo prazos	8 537	7 992	6 466	5 597	4 584	25 453
Setor público não financeiro	5 539	5 987	5 150	4 611	3 086	22 123
Governo central (impacto em reserva)	4 704	5 303	4 530	3 959	2 638	19 396
Demais	-	-	-	-	-	0
Setor público financeiro	835	685	620	652	448	2 727
Setor privado	256	596	242	239	527	1 600
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Setor público não financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor público financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor privado	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	652	468	307	810	325	2 284
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	9 189	8 460	6 773	6 407	4 909	27 737

1/ Inclui operações de regularização.

Quadro 5.40 – Dívida externa registrada – Por credorEsquema de amortização^{1/}

US\$ milhões Discriminação	Estoque	2004 a 2008				
		2004	2005	2006	2007	2008
A. Dívida total (B+C)	200 107	44 624	30 726	27 668	25 583	12 877
B. Dívida de médio e longo prazos	194 736	39 253	30 726	27 668	25 583	12 877
Organismos internacionais	51 689	8 191	8 978	10 154	10 367	1 564
Agências governamentais	12 856	2 662	2 830	2 856	1 004	727
Compradores	6 542	3 299	737	516	395	293
Fornecedores	5 037	2 060	716	588	371	200
Empréstimos em moeda	56 797	16 655	12 426	8 981	6 944	5 710
Notes ^{2/}	46 661	13 135	10 750	7 609	5 678	4 642
Empréstimo diretos	10 136	3 520	1 676	1 373	1 265	1 068
Bônus	61 815	6 386	5 039	4 573	6 502	4 383
C. Dívida de curto prazo	5 372	5 372	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	20 484	9 020	2 402	1 834	1 542	842
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	220 592	53 644	33 128	29 502	27 125	13 719

(continua)

dos vencimentos até 2007 e a dívida do setor privado, 51,4%. As amortizações de moeda e de bônus correspondiam a 54,8% dos vencimentos de médio e longo prazo no período de 2004 a 2007 e os organismos internacionais a 30,6% desses vencimentos.

Quadro 5.40 – Dívida externa registrada – Por credor (continuação)

Esquema de amortização^{1/}

Discriminação	US\$ milhões						Posição: 31.12.2003
	2009	2010	2011	2012	2013	Posteriores e vencidos	
A. Dívida total (B+C)	8 537	7 992	6 466	5 597	4 584	25 453	
B. Dívida de médio e longo prazos	8 537	7 992	6 466	5 597	4 584	25 453	
Organismos internacionais	1 501	1 347	1 431	2 339	1 131	4 685	
Agências governamentais	617	587	369	302	212	690	
Compradores	264	176	155	145	127	436	
Fornecedores	200	135	161	60	37	508	
Empréstimos em moeda	2 076	1 203	244	663	673	1 222	
<i>Notes</i> ^{2/}	1 860	1 039	111	451	615	771	
Empréstimo direto	216	165	134	212	58	450	
Bônus	3 879	4 543	4 107	2 088	2 404	17 911	
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-	
D. Empréstimos intercompanhias	652	468	307	810	325	2 284	
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	9 189	8 460	6 773	6 407	4 909	27 737	

1/ Inclui operações de regularização.

2/ Inclui *commercial papers* e *securities*.

O prazo médio da dívida externa registrada reduziu-se de 6,1 anos, na posição de dezembro de 2002, para 5,8 anos, na posição de dezembro de 2003. A parcela referente a bônus apresentava prazo médio de 10,8 anos e os financiamentos de fornecedores e compradores, de 2,9 anos. As datas dos vencimentos dos empréstimos do FMI concentram-se entre 2004 e 2007, o que contribuiu para a diminuição para 4,3 anos do prazo médio de organismos internacionais.

Gráfico 5.13
Prazo médio de endividamento registrado



Quadro 5.41 – Prazo médio de amortização

Dívida externa registrada^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2003-Dez	Prazo médio (anos)
A. Total	197 406	5,78
Organismos internacionais	50 587	4,30
Agências governamentais	12 828	3,81
Fornecedores/compradores	10 962	2,93
Empréstimos em moeda + curto prazo	61 214	2,85
Bônus	61 815	10,80
<i>Bradies</i>	16 378	7,53
Global/Euro	42 972	12,41
Outros	2 465	4,49
B. Empréstimos intercompanhias	16 933	3,38
C. Total + intercompanhia	214 338	5,59

1/ Exclui vencidos.

A participação do dólar norte-americano na composição dívida externa registrada diminuiu de 61,5%, em dezembro de 2002, para 58,8%, em dezembro de 2003. No mesmo período, a participação das demais moedas aumentou de 23,9% para 26,5%. Essa mudança de composição foi influenciada pelo aumento da dívida em DES, decorrente dos desembolsos efetuados em 2003 pelo FMI. As participações das dívidas registradas em euro e em iene não sofreram alterações significativas, passando de 5,2% e 7,7%, em dezembro de 2002, para 6% e 7%, em dezembro de 2003, respectivamente.

Quanto à composição por modalidade de taxas de juros, o estoque da dívida remunerada por taxas flutuantes diminuiu de 43,1%, em dezembro de 2002, para 41,8%, em dezembro de 2003. Nesse estoque contratado sob taxas flutuantes, a *Libor*

Gráfico 5.14

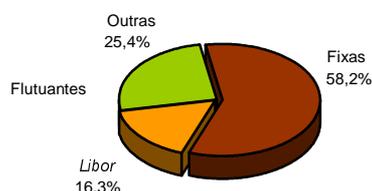
Composição da dívida externa registrada

Dezembro de 2003

Distribuição por moeda



Distribuição por modalidade de taxas de juros



semestral permaneceu como principal indexador, embora com participação menor no estoque da dívida, 39,1%, ante 47,4% em dezembro de 2002.

Indicadores de endividamento

Em dezembro de 2003, observou-se melhora nos indicadores de endividamento, em relação a dezembro de 2002.

Quadro 5.42 – Indicadores de endividamento

US\$ milhões

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003-Dez
Serviço da dívida	70 375	52 085	50 621	50 952	54 137
Amortizações ^{1/}	52 907	34 989	33 000	35 677	38 809
Juros brutos	17 468	17 096	17 621	15 275	15 328
Dívida de médio e longo prazos (A)	199 000	189 501	182 276	187 316	194 736
Dívida de curto prazo (B)	26 609	27 420	27 658	23 395	20 163
Dívida total (C)=(A+B) ^{2/}	225 609	216 921	209 934	210 711	214 898
Reservas internacionais (D)	36 342	33 011	35 866	37 823	49 296
Créditos brasileiros no exterior (E) ^{3/}	7 274	6 801	3 050	2 798	2 694
Haveres de bancos comerciais (F)	7 534	6 028	8 313	5 087	11 720
Dívida total líquida (G)=(C-D-E-F)	174 459	171 082	162 704	165 002	151 188
Exportações	48 011	55 086	58 223	60 362	73 084
PIB	536 554	602 207	510 360	459 379	493 348
Indicadores (em porcentagem)					
Serviço da dívida/exportações	147	95	87	84	74
Serviço da dívida/PIB	13	9	10	11	11
Dívida total/exportações	470	394	361	349	294
Dívida total/PIB	42	36	41	46	44
Dívida total líquida/exportações	363	311	279	273	207
Dívida total líquida/PIB	33	28	32	36	31

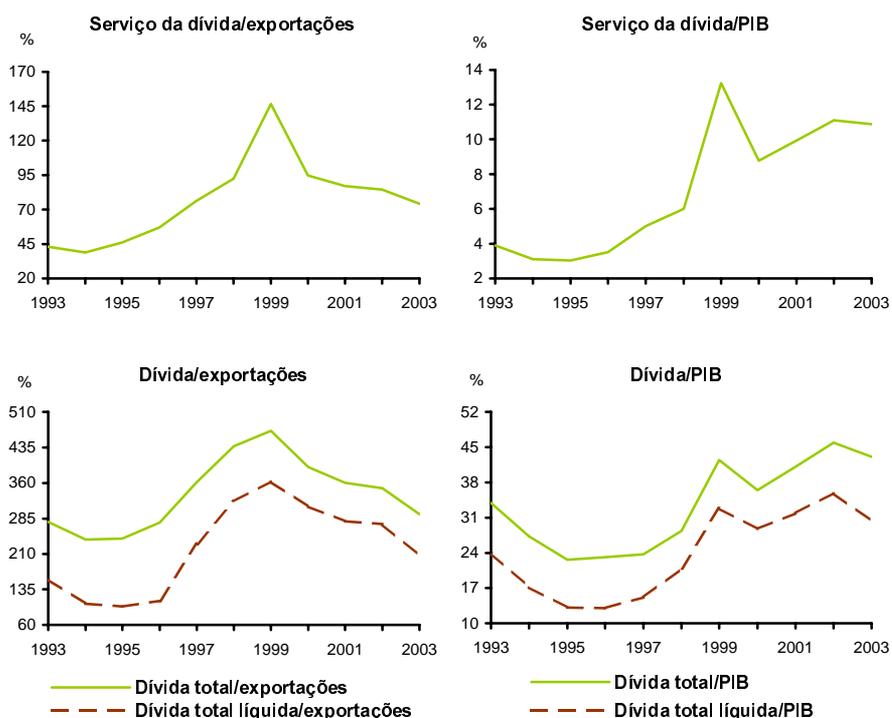
1/ Inclui pagamentos de programa de assistência financeira. Exclui amortizações refinanciadas.

2/ Exclui empréstimos intercompanhias.

3/ Proex.

Nesse período, o valor do serviço da dívida aumentou 6,3% e o valor das exportações, 21,1%, diminuindo a participação do serviço da dívida nas exportações em 10 p.p. Adicionalmente, as elevações de 7,4% no PIB em dólares e de 2% na dívida externa total determinaram contração de 2 p.p. na relação entre a dívida externa total e o PIB. A relação entre o serviço da dívida e o PIB manteve-se estável e a relação entre a dívida externa total e as exportações passou de 349% para 294%, no período. A dívida total líquida de ativos, que em dezembro de 2002 representava 273% do valor da receita de exportações dos últimos doze meses, atingiu 207% em dezembro de 2003, enquanto, como participação do PIB, passou de 36% para 31%.

Gráfico 5.15
Indicadores de endividamento



Captações externas

O valor de face dos títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em 2003 somou US\$5,8 bilhões. Esses títulos foram emitidos no mercado americano, registrando-se que 61,4% das emissões concentraram-se no segundo semestre. Os prazos de resgate variaram de 4 a 21 anos. O prêmio de risco, diferença entre a taxa de retorno oferecida por títulos do Tesouro Americano e a dos títulos brasileiros (*spread*), atingiu o menor valor, de 561 p.b., para o *Global 10N*, e o maior valor, de 783 p.b., para o *Global 07N*, primeira emissão do ano. A amplitude da variação deveu-se à melhora no risco-país verificada no segundo semestre.

Ocorreu uma operação de troca em 2003, envolvendo a emissão de US\$373 milhões de *Global 11*, em troca do cancelamento de US\$293 milhões de *Discount Bonds* e de US\$157 milhões de *Par Bonds*, e a emissão de US\$825 milhões de *Global 24B*, em troca de US\$545 milhões de *Discount Bonds* e de US\$292 milhões de *Par Bonds*. A operação liberou US\$542 milhões em garantias ao País.

Quadro 5.43 – Emissões da República

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US\$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	Spread sobre US Treasury ^{1/} (p.b.)
Euromarco 07	26.2.1997	26.2.2007	10	592	8,000		242
Global 27 ^{2/}	9.6.1997	9.6.2027	30	3 500	10,125	10,90	395
Eurolira ^{3/}	26.6.1997	26.6.2017	20	443	11,000		348
Eurolibra	30.7.1997	30.7.2007	10	244	10,000	8,73	268
Euro 03	3.3.1998	3.3.2003	5	547	8,625		417
Global 08	7.4.1998	7.4.2008	10	1 250	9,375	10,29	375
Euromarco 08 ^{4/}	23.4.1998	23.4.2008	10	410	10 a 7	8,97	328
Global 04	22.4.1999	15.4.2004	5	3 000	11,625	11,88	675
Euro 04	30.9.1999	30.9.2004	5	531	11,125	13,18	742
Global 09	25.10.1999	15.10.2009	10	2 000	14,500	14,01	850
Euro 06	17.11.1999	17.11.2006	7	723	12,000	12,02	743
Euro 01	26.11.1999	26.11.2001	2	613	8,250	10,69	493
Global 20	26.1.2000	15.1.2020	20	1 000	12,750	13,27	650
Euro 10	4.2.2000	4.2.2010	10	737	11,000	12,52	652
Global 30 ^{5/}	6.3.2000	6.3.2030	30	1 600	12,250	12,90	663
Samurai 03	17.4.2000	17.4.2003	3	573	4,500	11,23	474
Euro 05 ^{6/}	5.7.2000	5.7.2005	5	1 156	9,000	10,40	470
Global 07 ^{7/}	26.7.2000	26.7.2007	7	1 500	11,250	12,00	612
Global 40	17.8.2000	17.8.2040	40	5 157	11,000	13,73	788
Euro 07 ^{8/}	5.10.2000	5.10.2007	7	656	9,500	11,01	508
Samurai 06	22.12.2000	22.3.2006	5	531	4,750	10,92	531
Global 06	11.1.2001	11.1.2006	5	1 500	10,250	10,54	570
Euro 11	24.1.2001	24.1.2011	10	938	9,500	10,60	560
Global 24	22.3.2001	15.4.2024	23	2 150	8,875	12,91	773
Samurai 07	10.4.2001	10.4.2007	6	638	4,750	10,24	572
Global 05	17.5.2001	15.7.2005	4	1 000	9,625	11,25	648
Samurai 03	30.8.2001	28.8.2003	2	1 661	3,750	8,10	430
Global 12	11.1.2002	11.1.2012	10	1 250	11,000	12,60	754
Global 08N	12.3.2002	12.3.2008	6	1 250	11,500	11,74	738
Euro 09	2.4.2002	2.4.2009	7	440	11,500	12,12	646
Global 10	16.4.2002	15.4.2010	8	1 000	12,000	12,38	719
Global 07N	6.5.2003	16.1.2007	4	1 000	10,000	10,70	783
Global 13	17.6.2003	17.6.2013	10	1 250	10,250	10,58	738
Global 11 ^{9/}	7.8.2003	7.8.2011	8	1 250	10,000	11,15	701
Global 24B	7.8.2003	15.4.2024	21	825	8,875	12,59	764
Global 10N	22.10.2003	22.10.2010	7	1 500	9,250	9,45	561

1/ Sobre US Treasury, no lançamento. Para títulos emitidos em mais de uma *tranche*, *spread* ponderado pelo valor de cada *tranche*.

2/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US\$3 bilhões em 9.6.1997 e US\$500 milhões em 27.3.1998.

3/ Os recursos ingressaram em dois momentos: ITL500 bilhões em 26.6.1997 e ITL250 bilhões em 10.7.1997.

4/ *Step-down* – 10% nos dois primeiros anos e 7% nos anos subsequentes.

5/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US\$1 bilhão em 6.3.2000, com *spread* de 679 bps e US\$0,6 bilhão em 29.3.2000, com *spread* de 635 bps.

6/ A emissão do Euro 05 ocorreu em duas *tranches*: EUR750 milhões, com *spread* de 488 bps, em 5.7.2000, e EUR500 milhões, com *spread* de 442 bps, em 9.5.2001.

7/ A emissão do Global-07 ocorreu em duas *tranches*: US\$1 bilhão, com *spread* de 610 bps, em 26.7.2000, e US\$500 milhões, com *spread* de 615 bps, em 17.4.2001.

8/ A emissão do Euro-07 ocorreu em duas *tranches*: EUR500 milhões, com *spread* de 512 bps, em 19.9.2000, e EUR250 milhões, com *spread* de 499 bps, em 2.10.2000.

9/ A emissão do Global-11 ocorreu em duas *tranches*: US\$500 milhões, com *spread* de 757 bps, em 7.8.2003, e US\$750 milhões, com *spread* de 633 bps, em 18.9.2003.

Quadro 5.44 – Operações de trocas de bônus da República

US\$ milhões

Bônus emitido	Data de Ingresso	Data de vencimento	Valor da nova emissão ^{1/}	Valor de <i>Bradies</i> cancelados	Redução nominal de dívida externa	Colateral liberado
Global 27 ^{2/}	9.6.1997	15.4.2027	2 245	2 693	448	610
Global 04 ^{3/}	30.4.1999	15.4.2004	1 000	1 193	193	-
Global 09 ^{4/}	15.10.1999	15.10.2009	2 000	3 003	1 003	587
Global 30 ^{5/}	29.3.2000	6.3.2030	578	705	127	139
Global 07 ^{6/}	26.7.2000	26.7.2007	379	416	37	-
Global 40 ^{7/}	17.8.2000	17.8.2040	5 158	5 400	242	334
Global 24 ^{8/}	22.3.2001	15.4.2024	2 150	2 150	-	700
Global 11 ^{9/}	7.8.2003	7.8.2011	373	451	78	190
Global 24B ^{10/}	7.8.2003	15.4.2024	825	837	12	352
Total			14 708	16 848	2 140	2 912

1/ Inclui somente parcela emitida a partir do cancelamento de *Bradies*.2/ *Bradies* aceitos na troca: *Par*, *Discount* e *C Bond*.3/ *Bradies* aceitos na troca: EI e IDU.4/ *Bradies* aceitos na troca: *Par*, *Discount*, *C Bond* e DCB.5/ *Bradies* aceitos na troca: *Par*, *Discount*, DCB, FLIRB, e EI.6/ *Bradies* aceitos na troca: FLIRB, NMB, EI e BIB.7/ *Bradies* aceitos na troca: *Par*, *Discount*, *C Bond*, DCB, FLIRB, NMB, EI, IDU e BIB.8/ *Bradies* aceitos na troca: *Par*, *Discount*, *C Bond*, DCB.9/ *Bradies* aceitos na troca: *Par* e *Discount*.10/ *Bradies* aceitos na troca: *Par* e *Discount*.

A dívida externa reestruturada totalizou US\$16,9 bilhões em dezembro de 2003, representando redução de US\$2,3 bilhões em relação ao saldo de dezembro de 2002. Esse resultado refletiu a operação de troca envolvendo as emissões de *Global 11* e *Global 24B* por *Discount* e *Par Bonds* e os pagamentos de duas parcelas de *Bradies*, no valor de US\$398 milhões, em abril e em outubro de 2003.

Quadro 5.45 – Dívida externa reestruturada – *Bradies*, Pré-*Bradies* e MYDFA

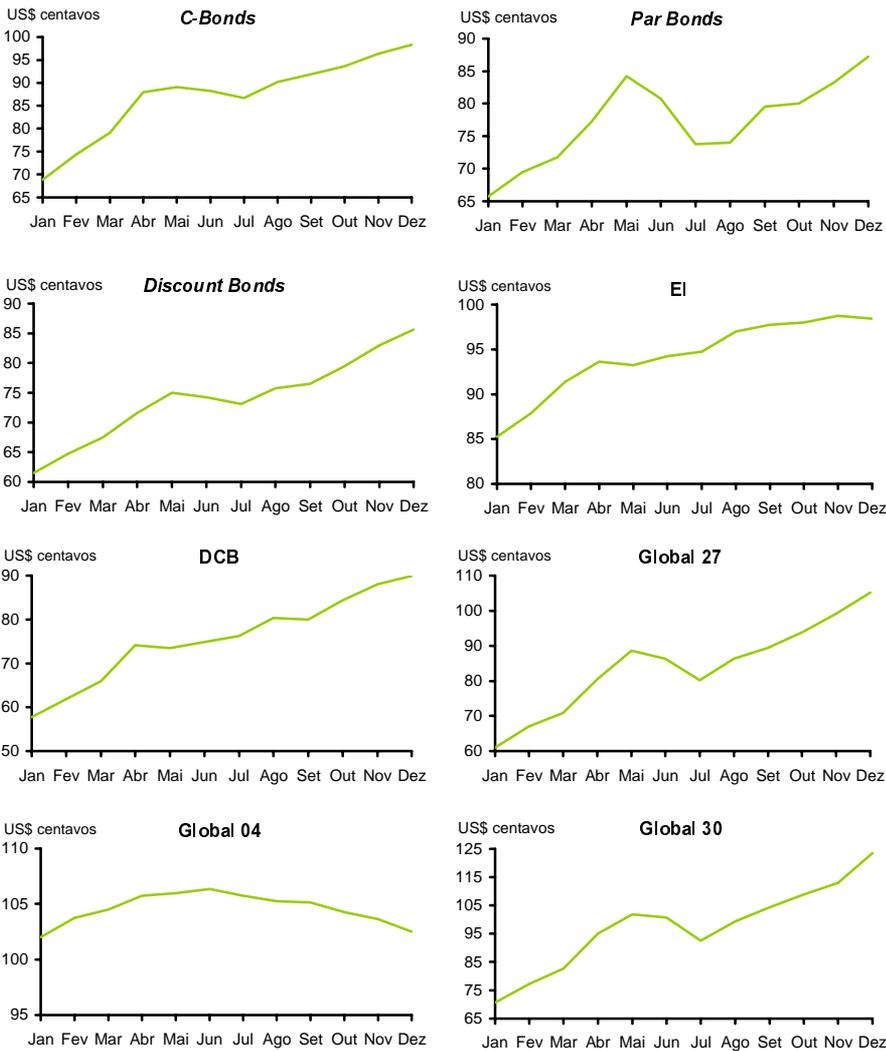
Discriminação	Saldo em 31.12.2003	Data de
	US\$ milhões	vencimento
<i>Capitalization Bonds</i> (C Bonds)	6 540	15.4.2014
<i>Debt Conversion Bonds</i> (DCB)	3 755	15.4.2012
<i>Discount Bonds</i>	1 342	15.4.2024
<i>Eligible Interest Bonds</i> (EI)	1 233	15.4.2006
<i>Front Loaded Interest Reduction Bond</i> (Flirb)	514	15.4.2009
<i>New Money Bond 1994</i> (NMB)	1 146	15.4.2009
<i>Par Bonds</i>	1 539	15.4.2024
<i>Exit Bond</i> (BIB) – (Pré- <i>Bradies</i>)	310	15.9.2013
<i>Multiyear Deposit Facility Agreement</i> (MYDFA)	540	15.9.2007
Total	16 918	-

Títulos da dívida externa brasileira

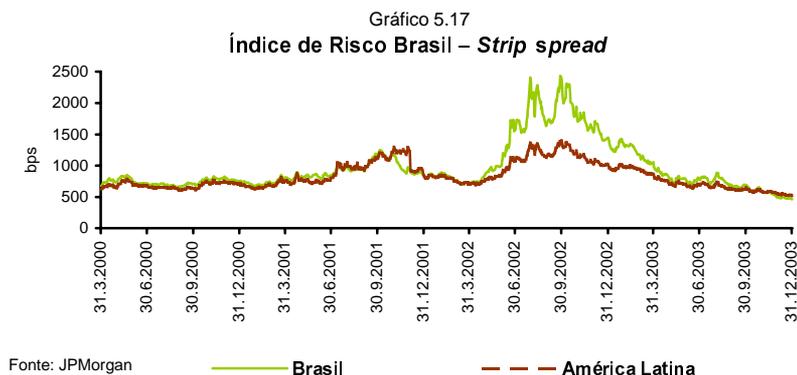
Em 2003, registrou-se aumento nas cotações dos principais papéis da dívida externa brasileira. O *C-Bond*, título soberano de maior liquidez e referência para papéis remunerados a taxas flutuantes, iniciou o ano cotado a 66,5% do seu valor de face e terminou cotado a 98,3% do valor de face, evidenciando a reversão de expectativas dos investidores e a melhora do risco-país.

A cesta contendo títulos da dívida externa brasileira, ponderados por liquidez, apresentou diferencial médio de remuneração em relação a títulos do Tesouro Americano (*spread*), calculada com base em observações diárias, de 834 p.b. em

Gráfico 5.16
Cotações de títulos brasileiros no exterior
Mercado secundário - cotação de compra, final de período - 2003



2003, comparativamente a 1.372 p.b., em 2002. No início de 2003, o *spread* situava-se em 1.379 p.b. e, no final do ano, em 463 p.b.



Programa de assistência financeira internacional – Saques e amortizações

Em dezembro de 2003, a diretoria executiva do FMI aprovou o novo Acordo *Stand-by* (SBA), após o Brasil ter completado com sucesso as revisões do SBA anterior. O novo acordo, além dos 5,6 bilhões de DES (US\$8,2 bilhões) já liberados para saque no acordo anterior, coloca à disposição do País mais 4,5 bilhões de DES (US\$6,6 bilhões) pelo prazo de quinze meses, possibilitando que o país saque 10,1 bilhões de DES (US\$15 bilhões) em qualquer momento deste período. Além disso, o novo acordo estende parte das expectativas de desembolso de *Credit Tranche* (CT) no valor de 8 bilhões de DES (US\$10,6 bilhões), que venceriam em 2005 e 2006, para os anos subsequentes.

As metas para a dívida externa do setor público não-financeiro foram integralmente cumpridas ao final do ano. As dívidas de médio e longo prazos, de curto prazo e com aval mantiveram-se dentro das novas metas.

Em 2003, os empréstimos do FMI totalizaram desembolsos de US\$17,6 bilhões, amortizações de US\$12,8 bilhões e pagamento de juros de US\$1,1 bilhão. Do total de desembolsos, US\$4,1 bilhões foram efetuados em março, relativos ao terceiro saque do acordo SBA de 2002, envolvendo igualmente R\$2,06 bilhões, nas modalidades SRF e CT. Em junho, foram desembolsados US\$9,3 bilhões referentes ao quarto saque do acordo SBA de 2002, sendo US\$3,2 bilhões na modalidade SRF e US\$6 bilhões na modalidade CT. Em setembro, foi realizado o quinto saque desse

Quadro 5.46 – Programa de assistência financeira junto ao FMIAcordo *Stand-by* – Setembro 2002 (cronograma de desembolso)

Discriminação	Cronograma original		Saques efetivados	
	Data	Milhões de DES	Data	Milhões de USD
Primeira tranche	6.9.2002	2 282	11.9.2002	3 008
<i>Credit tranche</i> (CT)		1 141		1 504
<i>Supplemental Reserve Facility</i> (SRF)		1 141		1 504
Segunda tranche	6.12.2002	2 282	23.12.2002	3 065
<i>Credit tranche</i> (CT)		1 141		1 532
<i>Supplemental Reserve Facility</i> (SRF)		1 141		1 532
Terceira tranche	7.3.2003	3 042	19.3.2003	4 120
<i>Credit tranche</i> (CT)		1 521		2 060
<i>Supplemental Reserve Facility</i> (SRF)		1 521		2 060
Quarta tranche	6.6.2003	6 551	17.6.2003	9 290
<i>Credit tranche</i> (CT)		4 266		6 049
<i>Supplemental Reserve Facility</i> (SRF)		2 285		3 241
Quinta tranche	8.8.2003	3 043	9.9.2003	4 185
<i>Credit tranche</i> (CT)		1 521		2 092
<i>Supplemental Reserve Facility</i> (SRF)		1 521		2 092
Sexta tranche ^{1/}	7.11.2003	5 621		
<i>Credit tranche</i> (CT)		5 621		
Total CT		15 212		13 239
Total SRF		7 609		10 430
Total geral		22 821		23 669

1/ *Tranche* não sacada.

Nota: A última parcela do acordo *Stand-by*, de setembro de 2002, faz parte do novo acordo com o FMI, de dezembro de 2003, que além dos DES 5,6 bilhões já liberados, coloca a disposição do Brasil mais DES 4,5 bilhões, por um prazo de 15 meses. Valor disponível em 31.12.2003, US\$15 bilhões.

Quadro 5.47 – Metas de dívida externa – 2003 (acordo com FMI)

US\$ milhões

Período	Setor público não financ.		Curto prazo		Aval	
	Meta	Ocorrido	Meta	Ocorrido	Meta	Ocorrido
Mar	95 600	89 306	3 500	50	1 600	281
Jun	95 200	90 839	3 500	31	1 600	247
Set	94 900	90 262	3 500	0	1 600	221
Dez	95 600	91 541	3 500	0	1 600	225

SBA, de US\$4,2 bilhões, dos quais US\$2,1 bilhões na modalidade SRF e US\$2,1 bilhões na modalidade CT. O sexto saque, no valor de 5,6 bilhões de DES (US\$8,2 bilhões) em CT não foi realizado.

Em 2004, o país terá de amortizar 2,9 bilhões de DES (US\$4,4 bilhões), sendo 1,8 bilhão de DES (US\$2,7 bilhões) de CT e 1,1 bilhão de DES (US\$1,7 bilhão) de SRF. Em 2005, serão 4,5 bilhões de DES (US\$6,8 bilhões) de amortizações de SRF. As amortizações previstas para 2006 atingem 5,7 bilhões de DES (US\$8,4 bilhões), sendo 4,9 bilhões de DES (US\$7,3 bilhões) na modalidade CT e 800 milhões de DES (US\$1,1 bilhão) na modalidade SRF. Em 2007, as amortizações previstas são de 5,9 bilhões de DES (US\$8,8 bilhões) na modalidade CT.

Os recursos complementares do PAF desembolsados pelo Bird totalizaram US\$902 milhões. Esses recursos referiram-se ao Programa de Ajuste do Setor Público. As amortizações junto a esses organismos totalizaram US\$2,3 bilhões, sendo US\$758 milhões relativos ao BID e US\$1,5 bilhão ao Bird. Os pagamentos de juros junto a esses dois organismos totalizaram US\$348 milhões.

Quadro 5.48 – Empréstimos de regularização

US\$ milhões

	2000			2001		
	Desembolso	Amortização	Juros	Desembolso	Amortização	Juros
Bird ^{1/}	1 010	-	104	1 162	-	220
BID ^{1/}	1 921	-	273	444	-	352
FMI	-	6 876	383	6 757	-	158
BIS	-	3 150	179	-	-	-
BoJ	-	297	17	-	-	-
Total	2 931	10 323	956	8 363	-	730

(continua)

Quadro 5.48 – Empréstimos de regularização (continuação)

US\$ milhões

	2002			2003		
	Desembolso	Amortização	Juros	Desembolso	Amortização	Juros
Bird ^{1/}	850	253	181	902	758	136
BID ^{1/}	497	740	266	-	1 514	212
FMI	16 045	4 565	495	17 596	12 826	1 089
BIS	-	-	-	-	-	-
BoJ	-	-	-	-	-	-
Total	17 392	5 558	942	18 498	15 098	1 437

1/ Valores incluídos no balanço de pagamentos em empréstimos a demais setores que não o Banco Central.

Posição internacional de investimento

A análise da posição internacional de investimento (PII) revela aumento de 13,5% do passivo externo líquido, entre dezembro de 2002 e setembro de 2003, de US\$231 bilhões para US\$262 bilhões.

O ativo expandiu-se US\$17,4 bilhões, com destaque para os ativos de reservas internacionais, com crescimento de US\$14,9 bilhões, e para outros investimentos em moedas e depósitos, elevação de US\$2,7 bilhões.

Como se observa, a variação da PII deveu-se, principalmente, à elevação de US\$48,5 bilhões no passivo externo, especialmente em investimento estrangeiro direto, ampliação de US\$27,6 bilhões. Além do ingresso de IED ter somado US\$10,1 bilhões no período, a variação cambial foi responsável pelo aumento de US\$17,5 bilhões no seu estoque final. Registrou-se, ainda, aumento de US\$14,4 bilhões em investimento em carteira, sendo US\$11,6 bilhões em ações e US\$2,8 bilhões em títulos de renda fixa. Contribuiu, adicionalmente, para a elevação do passivo externo, a elevação de US\$12,7 bilhões da dívida com o FMI.

Quadro 5.49 – Posição internacional de investimento

US\$ milhões

Discriminação	2002	2003-Set
Posição internacional de investimento (A-B)	- 230 515	- 261 707
Ativo (A)	112 901	130 255
Investimento direto brasileiro no exterior	54 423	54 646
Participação no capital ^{1/}	43 397	43 452
Empréstimos intercompanhia	11 026	11 194
Investimentos em carteira ^{2/}	5 845	5 415
Investimentos em ações	2 388	2 615
Títulos de renda fixa	3 457	2 800
Bônus e notas	2 337	1 680
Dos quais títulos colaterais (principal)	1 395	964
Títulos de curto prazo	1 120	1 120
Derivativos	105	17
Outros investimentos	14 705	17 501
Crédito comercial (de fornecedores)	313	313
Empréstimos	540	600
Moeda e depósitos	7 890	10 541
Outros ativos	5 962	6 046
Dos quais títulos colaterais (juros)	-	-
e cotas em organismos internacionais	1 357	1 234
Ativos de reservas	37 823	52 675

(continua)

Quadro 5.49 – Posição internacional de investimento (continuação)

US\$ milhões

Discriminação	2002	2003-Set
Passivo (B)	343 416	391 961
Investimento estrangeiro direto	100 847	128 425
Participação no capital ^{1/}	83 869	109 657
Empréstimos intercompanhia	16 978	18 768
Investimentos em carteira	137 355	151 751
Investimentos em ações	27 249	38 877
No país	8 394	13 039
No exterior	18 855	25 838
Títulos de renda fixa	110 106	112 874
Bônus e notas	110 106	112 874
No país	2 492	2 519
No exterior	107 614	110 355
Médio e longo prazos	106 614	107 985
Curto prazo	1 000	2 369
Derivativos	250	161
Outros investimentos	104 965	111 624
Crédito comercial (de fornecedores)	5 919	5 830
Médio e longo prazos	4 896	5 447
Curto prazo	1 023	383
Empréstimos	97 178	103 540
Autoridade monetária	21 457	33 999
FMI	20 793	33 459
Outros empréstimos de longo prazo	664	540
Curto prazo	-	-
Demais setores	75 721	69 541
Médio e longo prazos	54 348	53 399
Organismos	24 377	24 256
Agências	12 731	12 822
Crédito de compradores	6 317	6 844
Empréstimos diretos	10 924	9 478
Curto prazo	21 373	16 142
Moeda e depósitos	1 867	2 254
Autoridade monetária	237	107
Bancos	1 630	2 147
Outros passivos	-	-

1/ Inclui lucros reinvestidos.

2/ Contempla títulos de emissão de residentes.